



AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE



PLANO DE GESTÃO DE REGIÃO HIDROGRÁFICA

**Avaliação Intercalar da Implementação das
Medidas**

**REGIÃO HIDROGRÁFICA DO
GUADIANA (RH7)**

Março 2019

FICHA TÉCNICA

Coordenação Geral Nacional

Nuno Lacasta

Pimenta Machado

Coordenação Técnica Nacional

Maria Felisbina Quadrado

Maria Fernanda Gomes

ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS FINAIS

Departamento de Recursos Hídricos

Maria Felisbina Quadrado	Coordenação e Gestão de Projeto
--------------------------	---------------------------------

Maria Fernanda Gomes	Elaboração dos relatórios
----------------------	---------------------------

Lia de Barros dos Reis	Desenvolvimento dos trabalhos de base
------------------------	---------------------------------------

Ana Catarina Mariano	Apoio ao desenvolvimento dos trabalhos de base
----------------------	--

Administração da Região Hidrográfica do Alentejo

André Matoso	Coordenação Geral a nível regional
--------------	------------------------------------

Alice Fialho	Coordenação e Gestão de Projeto a nível regional
--------------	--

	Desenvolvimento dos trabalhos de base
--	---------------------------------------

Índice

1. ENQUADRAMENTO	1
2. METODOLOGIA	3
3. REGIÃO HIDROGRÁFICA – BREVE SÚMULA DO PGRH EM VIGOR.....	6
4. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO 2.º CICLO DE PLANEAMENTO 2016-2021	20
4.1. Avaliação do programa de medidas	20
4.1.1. Medidas regionais	20
4.1.1.1. Análise da execução física das medidas	21
4.1.1.2. Análise da execução financeira das medidas	24
4.1.1.3. Análise de indicadores de monitorização das medidas.....	29
4.1.2. Medidas específicas.....	31
4.1.2.1. Análise da execução física das medidas	32
4.1.2.2. Análise da execução financeira das medidas	34
4.1.2.3. Análise de indicadores de monitorização das medidas.....	39
4.2. Síntese dos desvios da execução das medidas face ao previsto	41
4.2.1. Medidas regionais	42
4.2.1. Medidas específicas.....	44
4.3. Novas medidas e medidas eliminadas.....	47
5. BALANÇO DA AVALIAÇÃO INTERCALAR DAS MEDIDAS DO 2.º CICLO DE PLANEAMENTO.....	50
5.1. Análise da execução das medidas por massa de água	50
5.2. Análise custo-eficácia das medidas	53
5.3. Identificação dos principais obstáculos.....	63
6. ACOMPANHAMENTO NA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS NA SEGUNDA METADE DO 2ºCICLO DO PLANO (2018-2021)	65
ANEXO I – MEDIDAS REGIONAIS	67
ANEXO II – MEDIDAS ESPECÍFICAS	87
ANEXO III – MEDIDAS ESPECÍFICAS E MASSAS DE ÁGUA.....	103

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 2.1 – ESQUEMA DAS FASES DO PGRH	3
FIGURA 2.2 – ESQUEMA DA ESTRATÉGIA PARA AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS	5
FIGURA 3.1 – DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA DA RH7	6
FIGURA 3.2 – ZONAS PROTEGIDAS DA RH7	7
FIGURA 3.3 - SÍNTESE DAS CARGAS REJEITADAS PELOS SETORES (KG/ANO)	9
FIGURA 3.4 - DISTRIBUIÇÃO DOS CONSUMOS DE ÁGUA PELAS PRINCIPAIS UTILIZAÇÕES CONSUMPTIVAS	9
FIGURA 3.5 - NÚMERO DO TIPO DE INTERVENÇÕES/INFRAESTRUTURAS EXISTENTES NAS MASSAS DE ÁGUA COSTEIRAS E DE TRANSIÇÃO	10
FIGURA 3.6 – CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DAS MASSAS DE ÁGUAS SUPERFICIAIS	11
FIGURA 3.7 - CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DAS MASSAS DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS	12
FIGURA 3.8 – NÚMERO DE MEDIDAS POR ÂMBITO	15
FIGURA 3.9 – NÚMERO DE MEDIDAS POR EIXO	16
FIGURA 3.10 – CUSTO DAS MEDIDAS POR EIXO DE MEDIDA PREVISTO NO PGRH EM VIGOR (MIL €)	17
FIGURA 3.11 – PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DAS MEDIDAS PREVISTA NO PGRH EM VIGOR (MIL €)	18
FIGURA 3.12 – DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS TOTAIS DAS MEDIDAS POR FINANCIAMENTO PREVISTO NO PGRH EM VIGOR (MIL €)	18
FIGURA 3.13 - OBJETIVOS AMBIENTAIS PARA AS MASSAS DE ÁGUA SUPERFICIAL E SUBTERRÂNEA	19
FIGURA 4.1 – NÚMERO DE MEDIDAS REGIONAIS POR ENTIDADE RESPONSÁVEL	20
FIGURA 4.2 – PONTO DE SITUAÇÃO DAS MEDIDAS REGIONAIS	22
FIGURA 4.3 – GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS REGIONAIS	23
FIGURA 4.4 – EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS MEDIDAS REGIONAIS	27
FIGURA 4.5 – DESAGREGAÇÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA PELA COMPONENTE NACIONAL E COMPONENTE COMUNITÁRIA	28
FIGURA 4.6 – GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DOS INDICADORES DAS MEDIDAS REGIONAIS	30
FIGURA 4.7 – GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DOS INDICADORES DAS MEDIDAS REGIONAIS POR EIXO DE MEDIDA	30
FIGURA 4.8 – NÚMERO DE MEDIDAS ESPECÍFICAS POR ENTIDADE RESPONSÁVEL	31
FIGURA 4.9 – PONTO DE SITUAÇÃO DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS	33
FIGURA 4.10 – GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS	34
FIGURA 4.11 – EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS NOS EIXOS PTE1 E PTE2	36
FIGURA 4.12 – EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS NOS EIXOS PTE3, PTE4, PTE5, PTE7 E PTE9	36
FIGURA 4.13 – DESAGREGAÇÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA PELA COMPONENTE NACIONAL E COMPONENTE COMUNITÁRIA NOS EIXOS PTE1 E PTE2	38
FIGURA 4.14 – DESAGREGAÇÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA PELA COMPONENTE NACIONAL E COMPONENTE COMUNITÁRIA NOS EIXOS PTE3, PTE4, PTE5, PTE7 E PTE9	38
FIGURA 4.15 – GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DOS INDICADORES DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS EM 2016/2017	40
FIGURA 4.16 – GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DOS INDICADORES DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS POR EIXO DE MEDIDA	40
FIGURA 4.17 – DESVIO DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS REGIONAIS EM 2016/2017	44
FIGURA 4.18 – DESVIO DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS EM 2016/2017	46
FIGURA 5.1 – NÚMERO DE MASSAS DE ÁGUA E RESPETIVO ESTADO GLOBAL POR EIXO DE MEDIDA	51
FIGURA 5.2 – NÚMERO DE MASSAS DE ÁGUA SUPERFICIAIS POR OBJETIVO AMBIENTAL E RESPETIVAS MEDIDAS	52
FIGURA 5.3 – INVESTIMENTO PREVISTO E RETIFICADO POR ANO	64

Índice de Quadros

QUADRO 3.1 - MASSAS DE ÁGUA POR CATEGORIA	7
QUADRO 3.2 - BARRAGENS COM CAPACIDADE DE REGULARIZAÇÃO	10
QUADRO 3.3 - CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO GLOBAL DAS MASSAS DE ÁGUA SUPERFICIAIS	11
QUADRO 3.4 - CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO GLOBAL DAS MASSAS DE ÁGUA SUBTERRÂNEA	12
QUADRO 3.5 – EIXOS E PROGRAMAS DE MEDIDAS	13
QUADRO 3.6 – NÚMERO DE MEDIDAS POR ÂMBITO	15
QUADRO 3.7 – NÚMERO DE MEDIDAS POR EIXO.....	16
QUADRO 4.1 – LEGENDA APLICADA PARA CLASSIFICAR O PONTO DE SITUAÇÃO DAS MEDIDAS.....	21
QUADRO 4.2 – PONTO DE SITUAÇÃO DAS MEDIDAS REGIONAIS ATÉ FINAL DE 2017	21
QUADRO 4.3 – GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS REGIONAIS EM FINAL DE 2017	23
QUADRO 4.4 – MEDIDAS REGIONAIS RELACIONADAS COM AS AÇÕES DO PDR2020	24
QUADRO 4.5 – EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS MEDIDAS REGIONAIS ATÉ AO FINAL DE 2017	26
QUADRO 4.6 – DESAGREGAÇÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA PELA COMPONENTE NACIONAL E COMPONENTE COMUNITÁRIA.....	27
QUADRO 4.7 – GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DOS INDICADORES DAS MEDIDAS REGIONAIS ATÉ FINAL DE 2017	29
QUADRO 4.8 – LEGENDA APLICADA PARA CLASSIFICAR O PONTO DE SITUAÇÃO DAS MEDIDAS.....	32
QUADRO 4.9 – PONTO DE SITUAÇÃO DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS POR EIXO ATÉ FINAL DE 2017	32
QUADRO 4.10 – GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS EM FINAL DE 2017	33
QUADRO 4.11 – EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS ATÉ FINAL DE 2017	35
QUADRO 4.12 – DESAGREGAÇÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA PELA COMPONENTE NACIONAL E COMPONENTE COMUNITÁRIA.....	37
QUADRO 4.13 – GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DOS INDICADORES DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS ATÉ FINAL DE 2017	39
QUADRO 4.14 – CORRESPONDÊNCIA ENTRE KTM E PM E RESPECTIVAS DESIGNAÇÕES	41
QUADRO 4.15 – DESVIO DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS REGIONAIS POR PROGRAMA DE MEDIDAS E RESPECTIVO KTM	43
QUADRO 4.16 – DESVIO DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS POR PROGRAMA DE MEDIDAS E RESPECTIVO KTM....	45
QUADRO 4.17 – MEDIDAS ELIMINADAS OU AGREGADAS.....	47
QUADRO 4.18 – MEDIDAS NOVAS.....	48
QUADRO 5.1 – NÚMERO DE MASSAS DE ÁGUA E RESPECTIVO ESTADO GLOBAL ABRANGIDAS POR MEDIDAS REGIONAIS	50
QUADRO 5.2 – NÚMERO DE MASSAS DE ÁGUA E RESPECTIVO ESTADO GLOBAL ABRANGIDAS POR MEDIDAS ESPECÍFICAS	50
QUADRO 5.3 – NÚMERO DE MASSAS DE ÁGUA SUPERFICIAIS POR OBJETIVO AMBIENTAL E RESPECTIVAS MEDIDAS COM A SUA TAXA DE EXECUÇÃO	51
QUADRO 5.4 – NÚMERO DE MASSAS DE ÁGUA SUBTERRÂNEAS POR OBJETIVO AMBIENTAL E RESPECTIVAS MEDIDAS COM A SUA TAXA DE EXECUÇÃO	52
QUADRO 5.5 – PARÂMETROS CONSIDERADOS NO ÍNDICE DE PRIORIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO (IPI)	54
QUADRO 5.6 – MEDIDAS REGIONAIS DE BASE: RESULTADOS DA ANÁLISE CUSTO-EFICÁCIA.....	57
QUADRO 5.7 – MEDIDAS REGIONAIS SUPLEMENTARES: RESULTADOS DA ANÁLISE CUSTO-EFICÁCIA	58
QUADRO 5.8 – MEDIDAS ESPECÍFICAS DE BASE: RESULTADOS DA ANÁLISE CUSTO-EFICÁCIA	60
QUADRO 5.9 – MEDIDAS ESPECÍFICAS SUPLEMENTARES: RESULTADOS DA ANÁLISE CUSTO-EFICÁCIA.....	61

1. ENQUADRAMENTO

No âmbito da Diretiva 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, Diretiva Quadro da Água (DQA), nomeadamente no seu artigo 13.º, e da Lei da Água (LA - Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho), no disposto no seu artigo 29.º, será assegurada a elaboração de um Plano de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) por ciclos de seis anos, sendo que este plano é um instrumento de planeamento das águas que visa a gestão, a proteção e a valorização ambiental, social e económica das águas ao nível de cada região hidrográfica.

Neste contexto, o 2.º ciclo de planeamento, que vigora no período 2016-2021, foi finalizado em maio de 2016 (5 meses após o prazo estabelecido que seria dezembro de 2015) e aprovado em reunião de Conselho de Ministros realizado a 8 de junho de 2016 e publicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro, retificada e republicada na Declaração de Retificação n.º 22-B/2016, de 18 de novembro, sendo o prazo de reporte no WISE deste relatório intercalar em dezembro de 2018.

A Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA) na qualidade de Autoridade Nacional da Água procedeu à divulgação e disponibilização do [Plano na sua página da internet](#), assim como o respetivo Relatório Final de Avaliação Ambiental e Declaração Ambiental.

Na Parte 7 (Sistema de promoção, acompanhamento e avaliação) do PGRH foi estabelecida a metodologia de acompanhamento e avaliação da aplicação do PGRH através de indicadores dos objetivos de gestão da água definidos e de indicadores de monitorização do programa de medidas que é necessário implementar para atingir os objetivos referidos.

A avaliação da eficácia dos PGRH depende do cumprimento dos objetivos de gestão da água e da implementação das medidas definidas. O sistema de indicadores permite avaliar o desempenho das medidas implementadas para atingir os objetivos propostos e tal possibilita a análise do progresso que se vai registando e a aproximação a esses objetivos.

Desta forma, a avaliação do plano deve ser realizada mediante a elaboração de um relatório intercalar no prazo de três anos a contar da data de publicação dos PGRH, com as conclusões da avaliação, designadamente os progressos na implementação do programa de medidas, o grau de realização dos objetivos definidos, as recomendações e correções necessárias.

A elaboração do presente relatório intercalar, após três anos a contar da publicação do PGRH, em que se descrevam os progressos realizados na execução do programa de medidas planeado, é estabelecido no artigo 15.º da DQA, e reforçado no artigo 87.º da Lei da Água, onde se refere que a autoridade nacional da água deve enviar à Comissão Europeia o PGRH e respetivas atualizações, bem como os relatórios intercalares de execução dos programas de medidas previstos nesse plano.

Os tipos de medidas necessárias para melhorar e proteger as massas de água são muito diversos, podendo estar associados à gestão de cargas de nutrientes, à melhoria do tratamento de descargas pontuais urbanas e industriais, ao controle das fontes difusas com origem na agricultura e na pecuária, à redução/eliminação do uso de substâncias químicas, à revisão dos títulos de utilização dos recursos hídricos, às técnicas de controlo de espécies invasivas não nativas, à reposição da continuidade fluvial, à implementação do regime de caudais ecológicos, entre outros.

A transversalidade da água implica que a implementação das medidas envolva diferentes entidades, públicas e privadas, tornando bem mais complexa a sua execução e verificação. Acresce que a crise financeira que assolou Portugal e, da qual lentamente tem vindo a recuperar, dificulta a execução da

programação física previamente estabelecida. O curto período de tempo que decorreu entre a aprovação do plano e a elaboração deste relatório intercalar não permitem ainda relacionar o efeito das medidas iniciadas e concluídas com o estado das massas de água. No entanto, ao avaliar o estado de execução das medidas e ao ajustar a programação física permitirá gerir as expectativas de potenciais efeitos no estado das massas de água.

No fim do período de vigência do plano de gestão de região hidrográfica será elaborada uma avaliação dos resultados da aplicação dos programas de medidas definidos, permitindo aferir a sua eficácia e eficiência para atingir os objetivos definidos e avaliar os sucessos e insucessos, contribuindo com orientações e recomendações no decurso da revisão do 3.º ciclo do plano.

2. METODOLOGIA

O programa de medidas constitui uma fase crucial de implementação dos PGRH e tem como objetivo atingir os objetivos ambientais, concretizado no bom estado de todas as massas de água. Para tal é essencial a monitorização das massas de água para se saber o seu estado atual e se identificar quais os respetivos impactes. A partir daqui é preciso atuar nas pressões existentes, através da aplicação das medidas necessárias para o efeito, de forma a se atingir os objetivos ambientais (Figura 2.1).

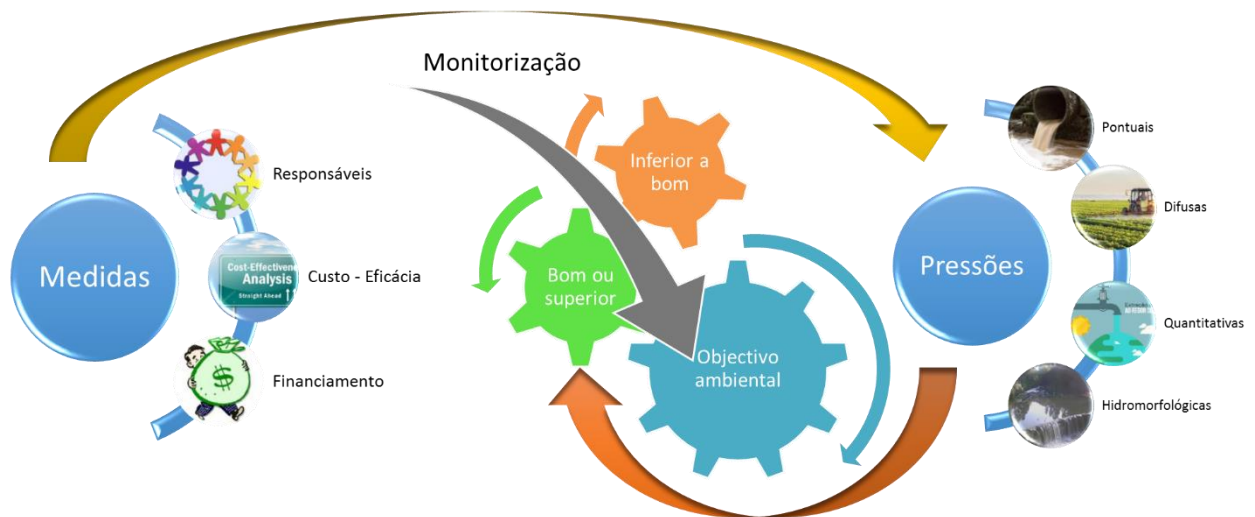


Figura 2.1 – Esquema das fases do PGRH

A definição das medidas passa por definir quem são as entidades responsáveis pela sua implementação, respetivas fontes de financiamento a utilizar e a programação física e financeira da sua execução, o que vai permitir definir um prazo para a finalização da medida. Deste modo, permite prever quando os seus efeitos se irão refletir na melhoria do estado da massa de água.

No entanto, os efeitos da execução das medidas no estado das massas de água não pode ser reconhecido até que tenham sido implementadas em pleno e, mesmo após a sua implementação, há que aguardar que produza os efeitos esperados. Também há que considerar o estado da massa de água antes da implementação da medida, pois a não recuperação de uma massa de água em estado medíocre é mais complexa do que no estado razoável, assim como os elementos biológicos têm uma resposta mais lenta do que as características físico-químicas da massa de água.

A falta de informação, o tempo necessário para a implementação efetiva de uma medida, o tempo de resposta das massas de água e o tempo necessário para obter resultados definitivos sobre o seu estado dificultam uma análise realista do efeito das medidas sobre a massa de água num espaço temporal tão curto.

O sistema de avaliação da implementação dos PGRH passa por conhecer o ponto de situação da execução das medidas e pela avaliação dos indicadores de acompanhamento do PGRH.

O grande número de medidas e de entidades envolvidas implicou a definição de uma estratégia para levantamento da informação necessária de forma pragmática, mas discriminada medida a medida, que permitisse efetuar esta avaliação intercalar.

Um dos órgãos consultivos, em matéria de recursos hídricos fundamentais neste processo, é o Conselho de Região Hidrográfica (CRH), em que estão representados os organismos da Administração Pública, os municípios diretamente interessados e as entidades representativas dos principais utilizadores relacionados com o uso consumptivo e não consumptivo da água na região hidrográfica respetiva, bem como as organizações técnicas, científicas e não-governamentais representativas dos usos da água na bacia hidrográfica. Entre as suas competências, o CRH tem que:

- a) Acompanhar e participar na elaboração dos planos de gestão de bacia hidrográfica e dos planos específicos de gestão das águas, emitindo parecer prévio à sua aprovação;
- b) Participar na elaboração dos programas de medidas, com vista à sua operacionalização e implementação futuras;
- c) Promover e acompanhar a definição de procedimentos e a produção de informação relativamente à avaliação da execução dos programas de medidas para os recursos hídricos, constituindo-se como fóruns dinamizadores da articulação entre as entidades promotoras dessas medidas.

Assim, começou-se por realizar uma sistematização das entidades responsáveis pela implementação das medidas e dos indicadores e verificar quais dessas entidades tinham assento no CRH. No âmbito das reuniões do CRH foram realizadas as seguintes etapas de interação:

- 1) 2.ª Reunião de 2017 do CRH – Apresentação da estratégia;
- 2) 3.ª Reunião de 2017 do CRH - Solicitação dos pontos focais para reuniões de trabalho;
- 3) 1.ª Reunião de 2018 do CRH – Apresentação do ponto de situação dos dados recolhidos;
- 4) 3.ª Reunião de 2018 do CRH – Apresentação dos resultados da avaliação da implementação das medidas a constar no relatório de avaliação.

No que se refere às entidades que não estavam representadas no CRH foi igualmente solicitada a identificação de pontos focais dentro dessas entidades para pedir o ponto de situação da implementação das medidas.

A recolha dos dados incidiu nos anos de 2016 e 2017, em termos de execução física e financeira das medidas, e de programação para os restantes anos. Desta forma conseguiu-se retificar a programação física e o investimento previsto face ao que estava programado no PGRH.

No investimento foi solicitada a separação da componente nacional da componente comunitária, tendo para o efeito sido contactadas as autoridades de gestão do Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 (PDR2020) e do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR2020), a solicitar informação sobre as candidaturas aprovadas e sua execução.

O processo de validação da informação para apresentação dos resultados neste relatório de avaliação foi um processo moroso e complexo, em que foi necessário contactar várias vezes as entidades para esclarecimento de dúvidas, para se chegar a obter a avaliação da implementação das medidas do PGRH.

Na Figura 2.2 encontra-se o esquema da estratégia para avaliação da implementação das medidas.

Foram também sistematizadas as medidas não previstas no PGRH em vigor mas que foram entretanto implementadas e que contribuem para o atingir dos objetivos ambientais.

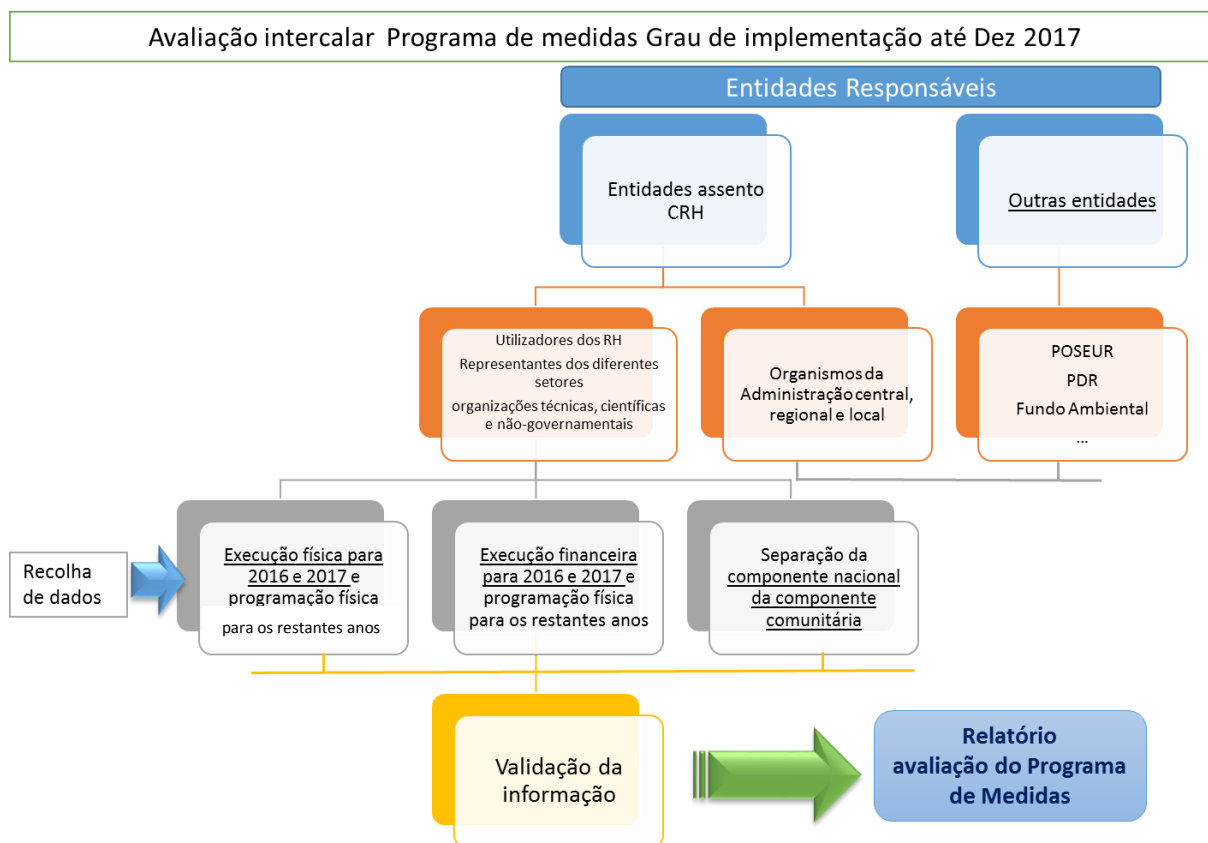


Figura 2.2 – Esquema da estratégia para avaliação da implementação das medidas

Para as bacias internacionais foram ainda realizadas reuniões com as autoridades espanholas no âmbito da gestão e planeamento da água para definir uma metodologia de avaliação conjunta da implementação das medidas nas massas de água transfronteiriças, tendo ficado definido na XXI reunião plenária da Comissão para a Aplicação e Desenvolvimento da Convenção (CADC), realizada a 25 de outubro em Madrid, a estrutura do documento conjunto a realizar até março de 2019.

3. REGIÃO HIDROGRÁFICA – Breve sùmula do PGRH em vigor

A Região Hidrográfica do Guadiana (RH7), é uma região hidrográfica internacional com uma área total em território português de 11 611 km². Integra a bacia hidrográfica do rio Guadiana localizada em território português e as bacias hidrográficas das ribeiras de costa, incluindo as respetivas águas subterrâneas e águas costeiras adjacentes.

A Figura 3.1 apresenta a delimitação geográfica da RH7.



Figura 3.1 – Delimitação geográfica da RH7

Massas de água

A revisão do processo de delimitação das massas de água, realizado no PGRH do 2.º ciclo de planeamento na região hidrográfica do Guadiana, originou 268 massas de água superficial, das quais 261 são massas de água naturais, e 8 massas de água subterrânea (Quadro 3.1).

Quadro 3.1 - Massas de água por categoria

Categoria		Naturais (N.º)	Fortemente modificadas (N.º)	Artificiais (N.º)	TOTAL (N.º)
Superficiais	Rios	205	50	6	261
	Águas de transição	5	-	-	5
	Águas costeiras	2	-	-	2
SUB-TOTAL		212	50	6	268
Subterrâneas		8	-	-	8
TOTAL		220	50	6	276

Zonas protegidas

A RH do Guadiana inclui os seguintes tipos de zonas protegidas.

- Captação de água destinada à produção de água para consumo humano;
- Zonas designadas para a proteção de espécies aquáticas de interesse económico (águas piscícolas);
- Águas de recreio, incluindo as designadas como águas balneares;
- Zonas designadas como sensíveis em termos de nutrientes;
- Zonas designadas para a proteção de habitats ou de espécies, incluindo os sítios relevantes da rede Natura 2000 (Diretiva Habitats e Diretiva Aves);
- Sítios Ramsar.

Na Figura 3.2 apresenta-se o número de zonas protegidas e respetivo número de massas de água abrangidas, e para algumas das quais poderá requerer uma avaliação complementar de conformidade de acordo com os objetivos para as quais foram criadas.

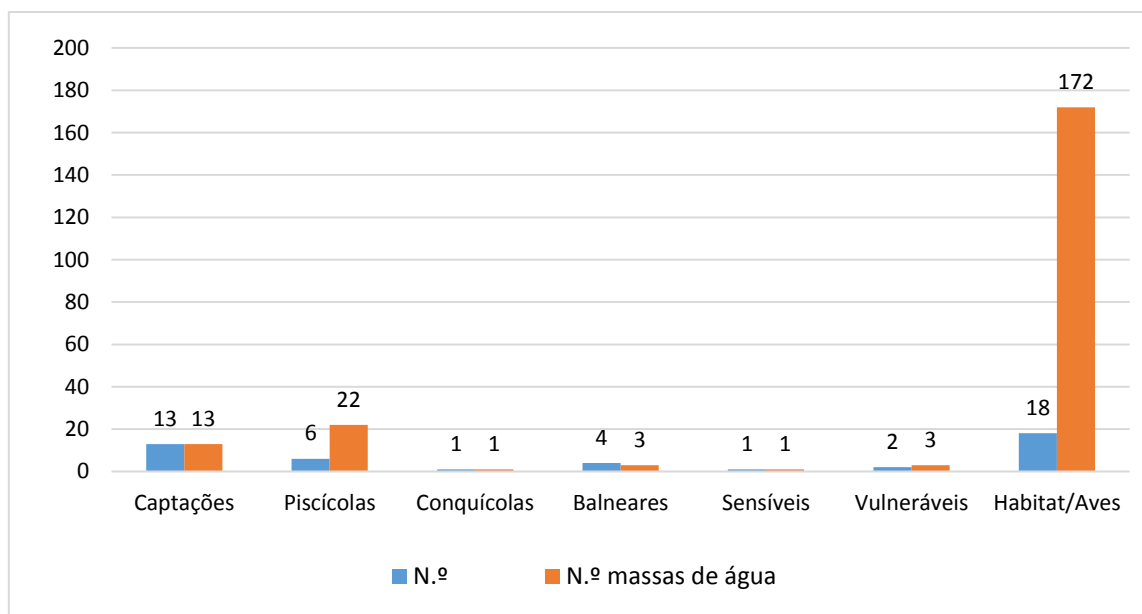


Figura 3.2 – Zonas protegidas da RH7

Pressões

A análise das principais pressões e impactes é fundamental para a identificação das questões significativas e do risco de atingir os objetivos ambientais. Em regra, consideram-se quatro grupos principais de pressões que mais afetam as águas superficiais e subterrâneas:

- Pressões qualitativas, pontuais ou difusas;
- Pressões quantitativas, as referentes às atividades de extração de água para fins diversos;
- Pressões hidromorfológicas;
- Pressões biológicas.

Todas essas pressões, agrupadas em conjunto ou isoladamente, cumulativamente ou de forma sinérgica, podem produzir uma série de impactes negativos sobre as massas de água, nos habitats e na biodiversidade (Figura 3.3).

Na RH7 as **pressões qualitativas pontuais** relacionadas com as cargas de origem urbana consideradas incluem 415 descargas urbanas, das quais 305 correspondem a descargas pontuais para o meio hídrico e 110 correspondem a descargas no solo. Nesta região predominam os sistemas de tratamento secundário (45%) e primário (38%). Apenas 9,1% das rejeições apresenta tratamento preliminar e 7,7% tratamento mais avançado que secundário. Existe apenas um sistema coletor que ainda não está ligado à ETAR (0,2%).

Nesta região foram identificados 4 aterros instalados e em exploração não efetuam descargas no meio hídrico. No que respeita às lixeiras encerradas e seladas foram identificadas 59, das quais 13 têm monitorização de águas subterrâneas. Embora não sendo possível determinar as cargas rejeitadas, considera-se relevante representar a localização desta pressão uma vez que as águas lixiviantes continuam a ser libertadas, constituindo um risco para as massas de água.

Nesta região estão identificadas 17 instalações com licença ambiental (PCIP), sendo a atividade mais representativa a produção animal e vegetal, das quais apenas 1 tem título de utilização dos recursos hídricos emitido. O parâmetro mais representativo da carga rejeitada pelas instalações PCIP que têm TURH para rejeição de águas residuais, relativas à eliminação ou de valorização de resíduos perigosos, é o CQO com cerca de 103 t/ano.

No que se refere à indústria transformadora, as atividades associadas estão ligadas aos sistemas públicos de tratamento de águas residuais, pelo que não foram identificadas descargas para o meio hídrico nem para o solo.

No que diz respeito à indústria alimentar e do vinho, a atividade mais expressiva, em termos de cargas, é a produção de vinho. Não foram identificadas descargas para o solo.

Nesta região não foram identificadas cargas associadas ao setor de atividade da aquicultura.

Na RH7 existe uma concessão mineira ativa que procede à extração de cobre e zinco, numa área de 14,2 km².

Para a caracterização das **pressões qualitativas difusas**, identificam-se a superfície agrícola utilizada (SAU), os regadios públicos (existentes e previstos), a superfície irrigável, a superfície regada, as explorações pecuárias extensivas e intensivas com valorização agrícola e estimam-se as cargas de azoto e fósforo.

Na RH7 destaca-se uma % da área de SAU relativamente à área da RH (69%) muito superior à média do continente (39,8%).

O setor da pecuária é responsável pela produção de efluentes pecuários que, por conterem azoto e fósforo, podem constituir uma importante fonte de poluição, tanto pontual (se ocorrerem descargas no solo ou nas

águas superficiais) como difusa (se os efluentes pecuários forem aplicados nos solos agrícolas de forma menos adequada).

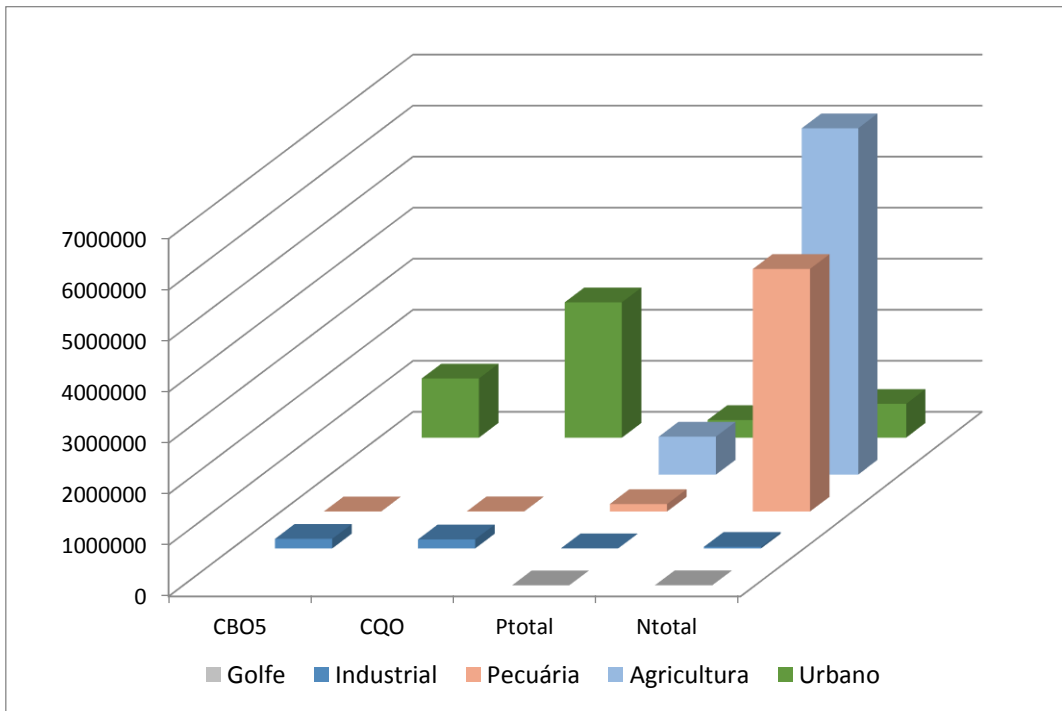


Figura 3.3 - Síntese das cargas rejeitadas pelos setores (kg/ano)

Em termos de **pressões quantitativas**, os principais volumes captados/consumidos dizem respeito à energia (volumes não consumptivos), com cerca de 88% do total captado, seguido da agricultura com 9,1% e do abastecimento público com 1,8% (Figura 3.4).

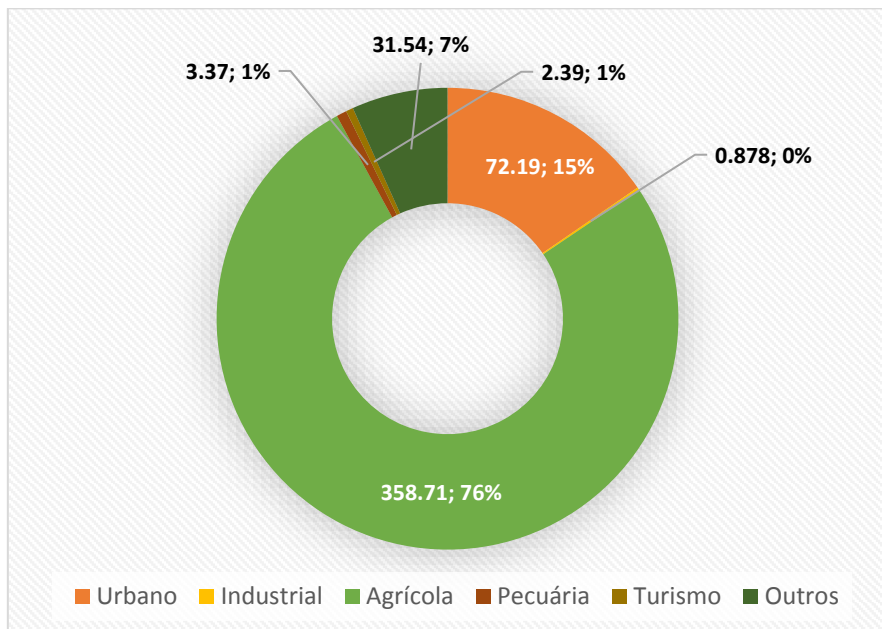


Figura 3.4 - Distribuição dos consumos de água pelas principais utilizações consumptivas

Das **pressões hidromorfológicas** de origem antrópica existem 1648 barragens e açudes, das quais 43 são classificados como grandes barragens (1 para abastecimento público, 6 para abastecimento público e rega, 2 para abastecimento público, rega e produção de energia, 7 exclusivamente para rega e 27 para outras finalidades) pelo que estão abrangidas pelo regulamento de segurança de barragens.

Nesta região existem 9 infraestruturas com capacidade de regularização, 6 das quais destinadas simultaneamente a rega e abastecimento público, 2 destinadas a rega e uma para fins múltiplos (sistema Alqueva-Pedrógão) (Quadro 3.2).

Quadro 3.2 - Barragens com capacidade de regularização

Barragem	Finalidade	Regime de caudais ecológicos (S/N)	Volume útil (hm ³)
Alqueva e Pedrógão	Abastecimento público, rega e produção de energia	S	3150
Enxoé	Abastecimento público e rega	S	10
Odeleite		S	117
Beliche		S	48
Vigia		S	16
Caia		S	192,3
Monte Novo		N	15
Lucefecit	Rega	S	9
Abrilongo		S	19

Nas massas de águas de transição e costeiras existem cerca de 13 intervenções e infraestruturas (Figura 3.5).

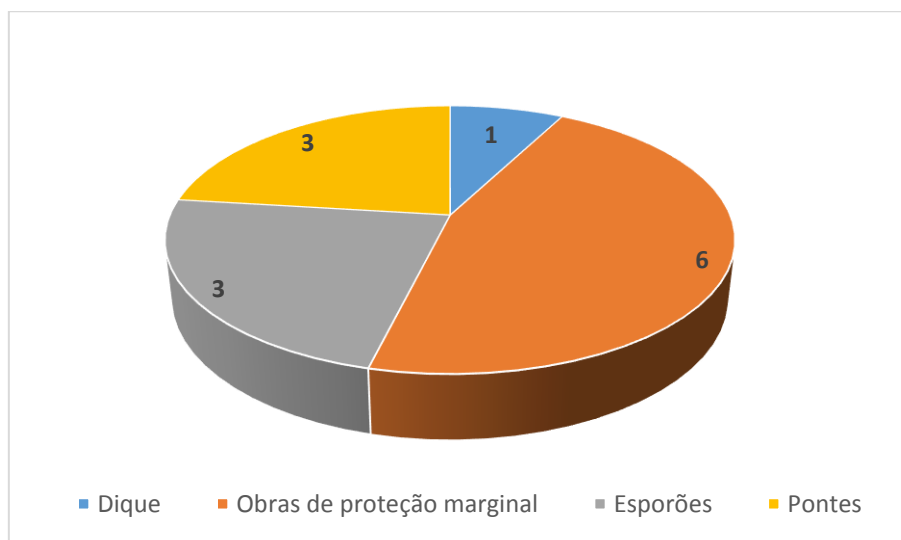


Figura 3.5 - Número do tipo de intervenções/infraestruturas existentes nas massas de água costeiras e de transição

Estado das massas de água

A classificação do estado das massas de água superficiais indica 38% com estado Bom ou superior, 59% com estado inferior a Bom e 3% com estado Desconhecido (Quadro 3.3).

Quadro 3.3 - Classificação do estado global das massas de água superficiais

Classificação	Rios	Rios (albufeiras)	Águas de Transição	Águas Costeiras	TOTAL	
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	%
Bom e Superior	91	11	1	0	103	38
Inferior a Bom	136	16	4	2	158	59
Desconhecido	7	0	0	0	7	3
TOTAL	234	27	5	2	268	100

A Figura 3.6 ilustra a classificação do estado/potencial ecológico e estado químico das massas de água superficiais desta Região Hidrográfica, determinados no PGRH em vigor.

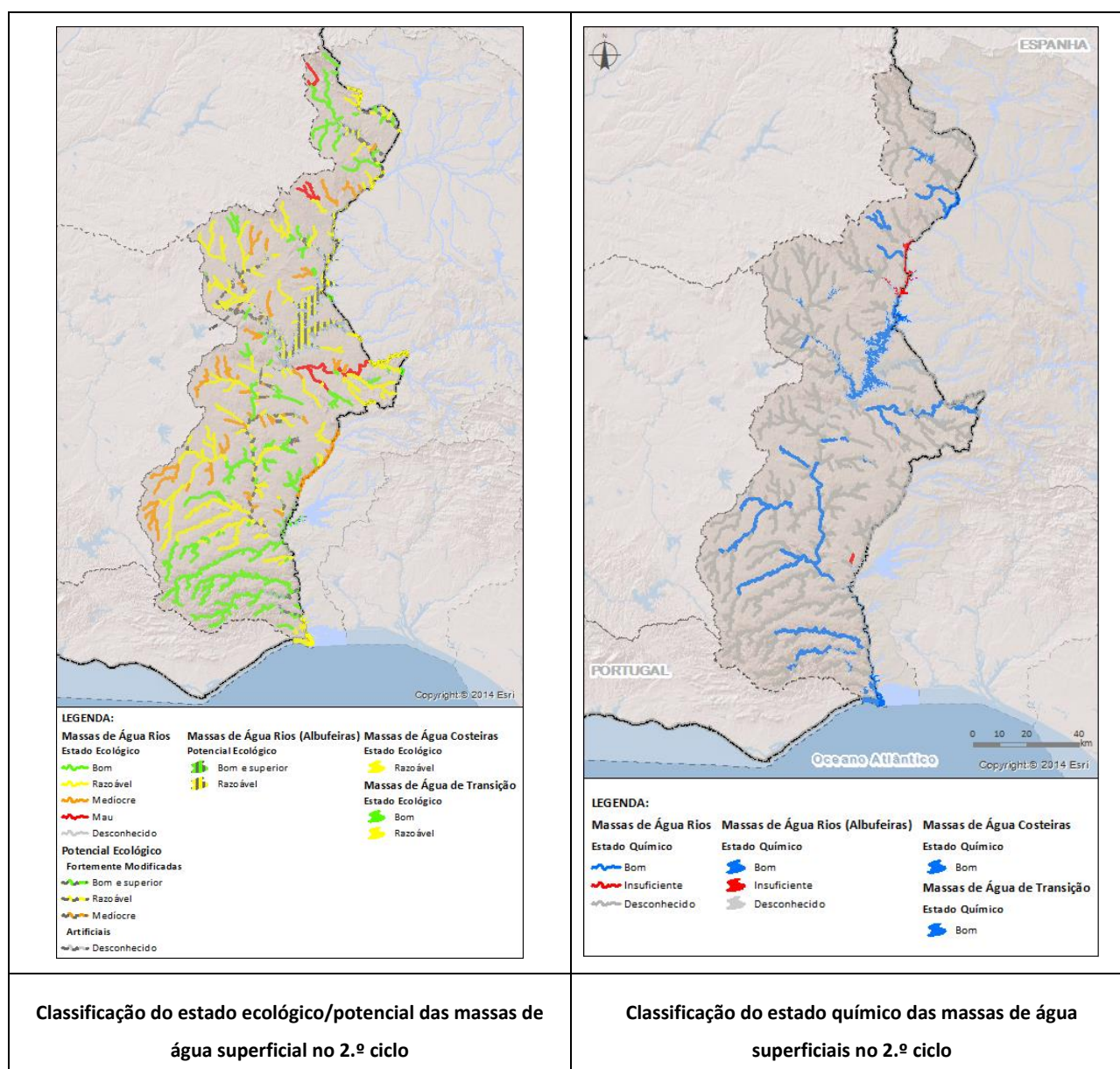


Figura 3.6 – Classificação do estado das massas de águas superficiais

A classificação do estado das massas de água subterrâneas indica 75% com estado Bom, 25% com estado inferior a Bom e 0% com estado Desconhecido (Quadro 3.4).

Quadro 3.4 - Classificação do estado global das massas de água subterrânea

Classificação	Massas de água	
	N.º	%
Bom	6	75
Medíocre	2	25
Desconhecido	0	0
TOTAL	8	100

A Figura 3.7 ilustra a classificação do estado quantitativo e estado químico das massas de água subterrâneas desta Região Hidrográfica, determinados no PGRH em vigor.

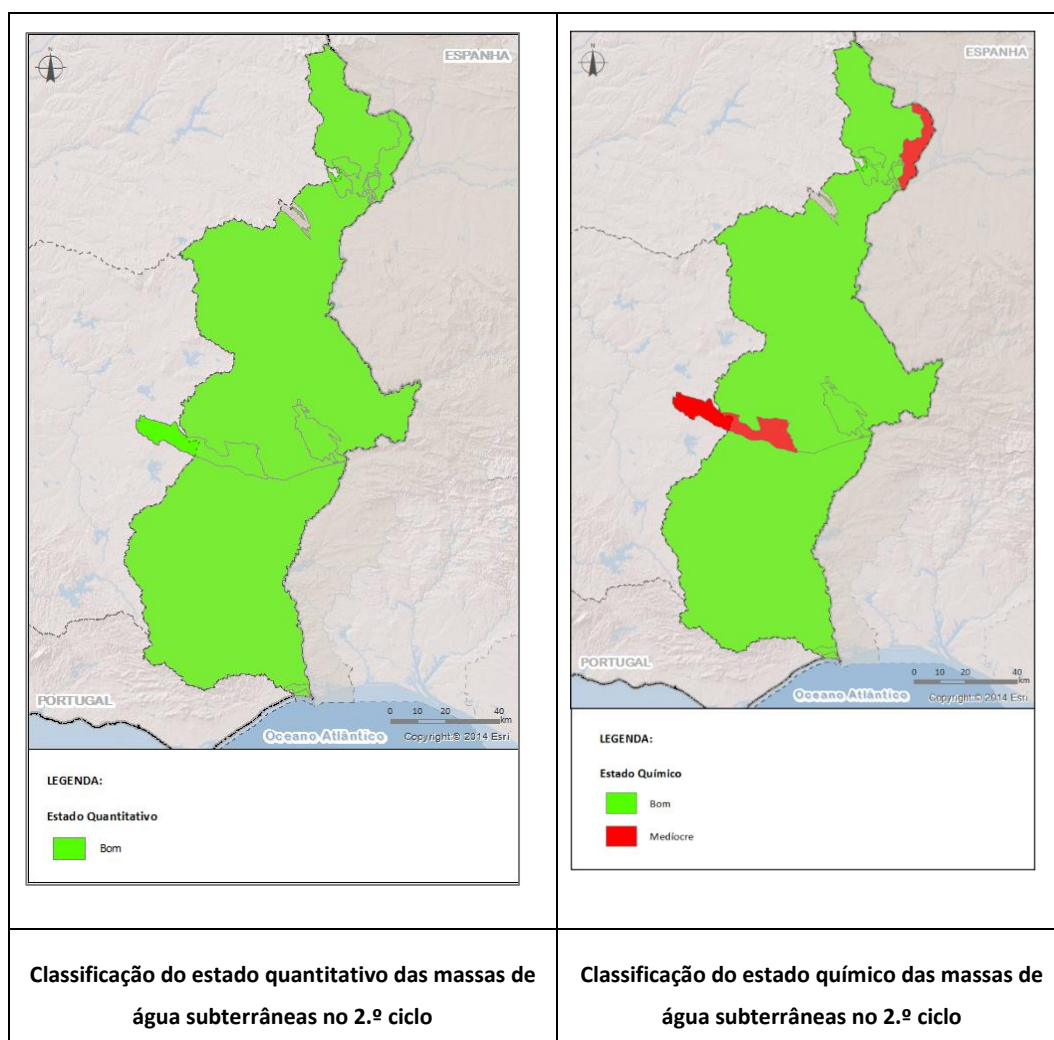


Figura 3.7 - Classificação do estado das massas de águas subterrâneas

Cerca de 58% das massas de água com estado inferior a Bom têm como pressões significativas a agricultura (incluindo a pecuária), 33% pressões pontuais urbanas, 6% pressões hidromorfológicas, 2% pressões pontuais industriais e 1% pressões quantitativas.

Programa de medidas

O programa de medidas inclui medidas de base e medidas suplementares, em que as medidas de base correspondem aos requisitos para cumprir os objetivos ambientais ao abrigo da legislação em vigor e as medidas suplementares visam garantir uma maior proteção ou uma melhoria adicional das águas sempre que tal seja necessário, nomeadamente para o cumprimento de acordos internacionais.

A classificação das medidas quanto à prioridade, que relaciona o estado da massa de água com o cumprimento de obrigações legislativas, variou entre 1 a 5, sendo a classificação 1 atribuída à situação menos prioritária e a pontuação 5 à mais prioritária. As medidas foram ainda classificadas como Corretiva (visavam solucionar um problema existente) ou como Preventiva (preveniam a ocorrência de um problema que se sabe que ocorrerá se não forem tomadas medidas ou que seja previsível que aconteça).

Em termos de âmbito as medidas classificadas como regionais têm um carácter mais preventivo, aplicáveis, em regra, a toda a região, podendo incidir em particular em determinadas massas de água em que não é possível definir medidas específicas, atendendo a que as causas de não se atingir o bom estado se relacionam com dificuldades de aplicação de legislação, falta de informação e sensibilização ou mesmo desconhecimento. As medidas classificadas como específicas, são medidas que incidem diretamente sobre as pressões significativas identificadas na massa de água, tendo por isso características mais corretivas e direcionadas.

O Quadro 3.5 apresenta a organização das medidas em eixos e programas de medidas, com a respetiva correspondência aos KTM (*Key Type Measure*), que correspondem aos programas de medidas definidos no WISE de forma a ser comparável entre Estados-membros.

Quadro 3.5 – Eixos e programas de medidas

EIXO		PROGRAMA DE MEDIDAS		
Código	Designação	Código	Designação	KTM
PTE1	Redução ou eliminação de cargas poluentes	PTE1P01	Construção ou remodelação de estações de tratamento de águas residuais urbanas	KTM01
		PTE1P02	Remodelação ou melhoria das estações de tratamento de águas residuais industriais (incluindo as explorações agrícolas)	KTM16
		PTE1P03	Eliminação progressiva de emissões, descargas e perdas de substâncias perigosas prioritárias	KTM15
		PTE1P04	Redução das emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias	KTM15
		PTE1P05	Definição de condicionantes a aplicar no licenciamento	KTM99
		PTE1P06	Reduzir a poluição por nutrientes provenientes da agricultura, incluindo pecuária	KTM02
		PTE1P07	Reduzir a poluição por pesticidas proveniente da agricultura	KTM03
		PTE1P08	Reduzir a poluição proveniente da atividade florestal	KTM22
		PTE1P09	Remediação de áreas contaminadas (poluição)	KTM04
		PTE1P10	Prevenir e/ou controlar a entrada de poluição proveniente de áreas urbanas, transportes e infraestruturas	KTM21
		PTE1P11	Locais de deposição de resíduos: aterros sanitários	KTM04
		PTE1P12	Explorações mineiras: medidas de minimização	KTM04
		PTE1P13	Áreas Aquícolas: medidas de minimização	KTM20

EIXO		PROGRAMA DE MEDIDAS		
Código	Designação	Código	Designação	KTM
		PTE1P14	Drenagem urbana: regulamentação e/ou códigos de conduta para o uso e descarga em áreas urbanizadas	KTM21
		PTE1P15	Eliminar ou reduzir águas residuais não ligadas à rede de drenagem	KTM21
PTE2	Promoção da sustentabilidade das captações de água	PTE2P01	Uso eficiente da água, medidas técnicas para rega, indústria, energia e habitações	KTM08
		PTE2P02	Promover a aprovação de perímetros de proteção de captações	KTM13
		PTE2P03	Proteger as origens de água potável e reduzir o nível de tratamento necessário.	KTM13
		PTE2P04	Condicionantes a aplicar no licenciamento	KTM99
		PTE2P05	Controlar a recarga das águas subterrâneas	KTM99
PTE3	Minimização de alterações hidromorfológicas	PTE3P01	Promover a continuidade longitudinal	KTM05
		PTE3P02	Melhorar as condições hidromorfológicas das massas de água,	KTM06
		PTE3P03	Implementar regimes de caudais ecológicos	KTM07
		PTE3P04	Condicionantes a aplicar no licenciamento	KTM99
PTE4	Controlo de espécies exóticas e pragas	PTE4P01	Prevenir ou controlar os impactes negativos das espécies exóticas invasoras e introdução de pragas	KTM18
		PTE4P02	Prevenir ou controlar os impactes negativos da pesca e outras formas de exploração / remoção de animais e plantas	KTM20
PTE5	Minimização de riscos	PTE5P01	Minimizar riscos de inundação (nomeadamente medidas naturais de retenção de água)	KTM23
		PTE5P02	Adaptação às mudanças climáticas	KTM24
		PTE5P03	Medidas para combater a acidificação	KTM25
		PTE5P04	Reduzir os sedimentos provenientes da erosão do solo (incluindo floresta)	KTM17
		PTE5P05	Prevenção de acidentes de poluição	KTM15
		PTE5P06	Medidas para combater a erosão costeira	KTM24
PTE6	Recuperação de custos dos serviços da água	PTE6P01	Medidas de política de preços da água para a implementação da recuperação dos custos dos serviços urbanos	KTM09
		PTE6P02	Medidas de política de preços da água para a implementação da recuperação de custos dos serviços de água da indústria	KTM10
		PTE6P03	Medidas de política de preços da água para a implementação da recuperação de custos dos serviços de água da agricultura	KTM11
PTE7	Aumento do conhecimento	PTE7P01	Investigação, melhoria da base de conhecimento para reduzir a incerteza	KTM14
PTE8	Promoção da sensibilização	PTE8P01	Elaboração de guias	KTM12
		PTE8P02	Sessões de divulgação	KTM12
PTE9	Adequação do quadro normativo	PTE9P01	Promover a fiscalização	KTM99
		PTE9P02	Adequar a monitorização	KTM14
		PTE9P03	Revisão legislativa	KTM99
		PTE9P04	Articular com objetivos das Diretivas <i>Habitats</i> e <i>Aves</i>	KTM99
		PTE9P05	Articular com objetivos da DQEM	KTM99
		PTE9P06	Gestão das bacias internacionais	KTM99
		PTE9P07	Articular com políticas setoriais	KTM99

As medidas foram caracterizadas em fichas que contemplaram as seguintes áreas:

1. Identificação
2. Enquadramento legal
3. Caracterização

4. Objetivos ambientais
5. Programação da medida
6. Financiamento da medida
7. Indicadores de acompanhamento

Nesta caracterização considera-se:

- a) As características que definem a medida, indicando os objetivos pretendidos;
- b) A incidência geográfica, identificando as massas de água em que, por aplicação das medidas, devem ocorrer melhoria dos parâmetros que determinam o estado das massas de água;
- c) A identificação dos efeitos que devem ser mitigados ou eliminados mediante a aplicação da medida;
- d) A programação física e financeira das medidas tendo em conta a avaliação económica, assim como as entidades responsáveis e os indicadores de monitorização.

Na Região Hidrográfica do Guadiana (RH7) e para o período de vigência do PGRH, entre 2016 e 2021, foram definidas um total de 107 medidas, em que 63 são medidas regionais e 44 são medidas específicas. Em termos da tipologia de medidas foram definidas 41 medidas de base, 25 de âmbito regional e 16 medidas específicas, e 66 medidas suplementares, 38 de âmbito regional e 28 medidas específicas (Quadro 3.6 e Figura 3.8).

Quadro 3.6 – Número de medidas por âmbito

	Medidas Regionais	Medidas Específicas	Total de medidas
Medida de base	25	16	41
Medida suplementar	38	28	66
TOTAL	63	44	107

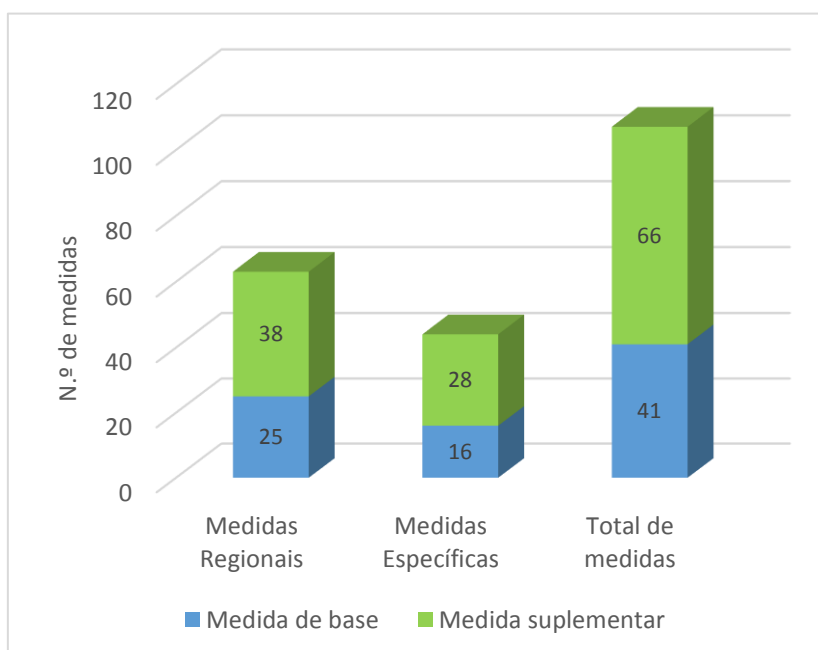


Figura 3.8 – Número de medidas por âmbito

No Quadro 3.7 e na Figura 3.9 apresenta-se o número de medidas por eixo, observando-se que o PTE1 é o que apresenta o maior número de medidas, com 46 medidas, seguida do PTE3 com 12 medidas.

Quadro 3.7 – Número de medidas por eixo

	PTE1	PTE2	PTE3	PTE4	PTE5	PTE6	PTE7	PTE8	PTE9	Total
Medida de base	17	2	8	0	2	2	4	0	6	41
Medida suplementar	29	7	4	4	8	0	7	2	5	66
TOTAL	46	9	12	4	10	2	11	2	11	107

PTE1 Redução ou eliminação de cargas poluentes; PTE2 Promoção da sustentabilidade das captações de água; PTE3 Minimização de alterações hidromorfológicas; PTE4 Controlo de espécies exóticas e pragas; PTE5 Minimização de riscos; PTE6 Recuperação de custos dos serviços da água; PTE7 Aumento do conhecimento; PTE8 Promoção da sensibilização; PTE9 Adequação do quadro normativo.

No que respeita às **medidas de base** e quanto à sua distribuição por eixo de medida, verifica-se que 17 (42%) das medidas estão integradas no eixo PTE1, enquanto o eixo PTE3 tem um total de 8 medidas, sendo 7 específicas, e o eixo PTE9 tem um total de 6 medidas. Nos eixos PTE5, PTE6, PTE7 e PTE9 as medidas de base definidas são todas de âmbito regional.

Em relação às **medidas suplementares** e quanto à sua distribuição por eixos de medida verifica-se que 29 (44%) medidas estão integradas no eixo PTE1 (18 são específicas – 62%) enquanto o eixo PTE3 tem um total de 4 e os eixos PTE7 e PTE5 têm um total de 7 e 8 medidas, respetivamente. No eixo PTE8 as medidas suplementares definidas são todas de âmbito regional.

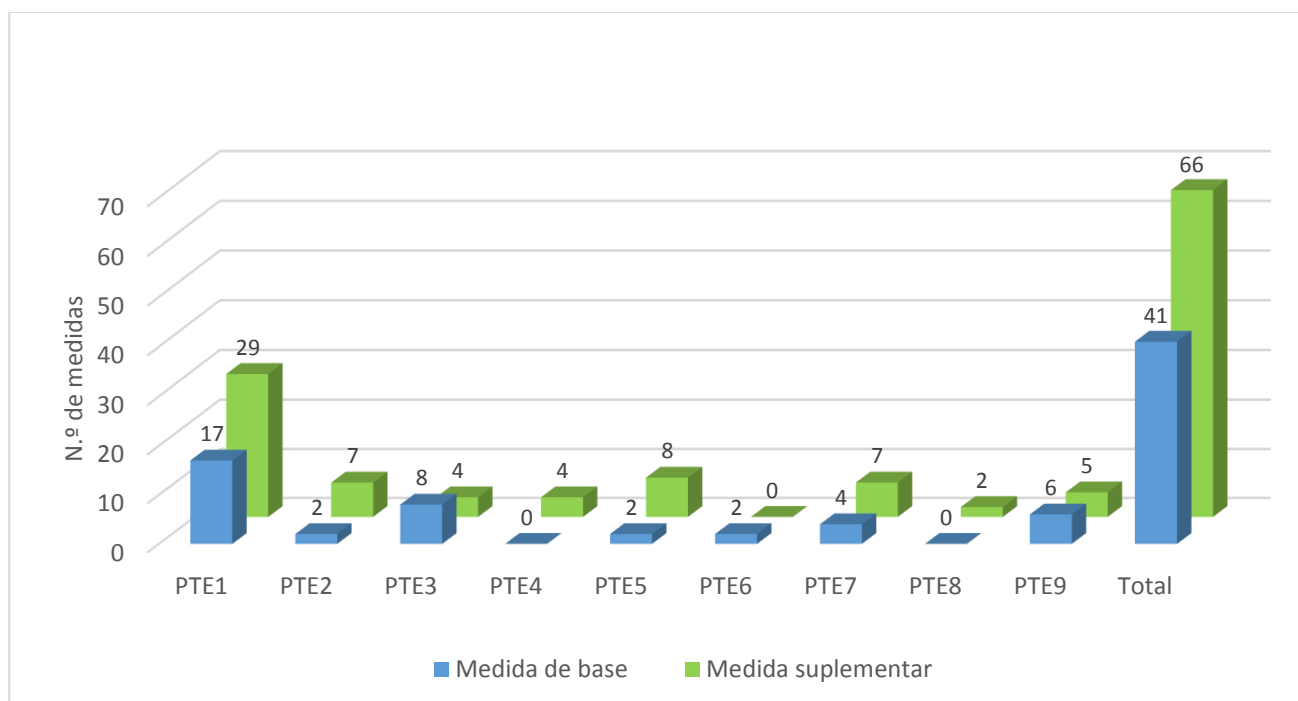
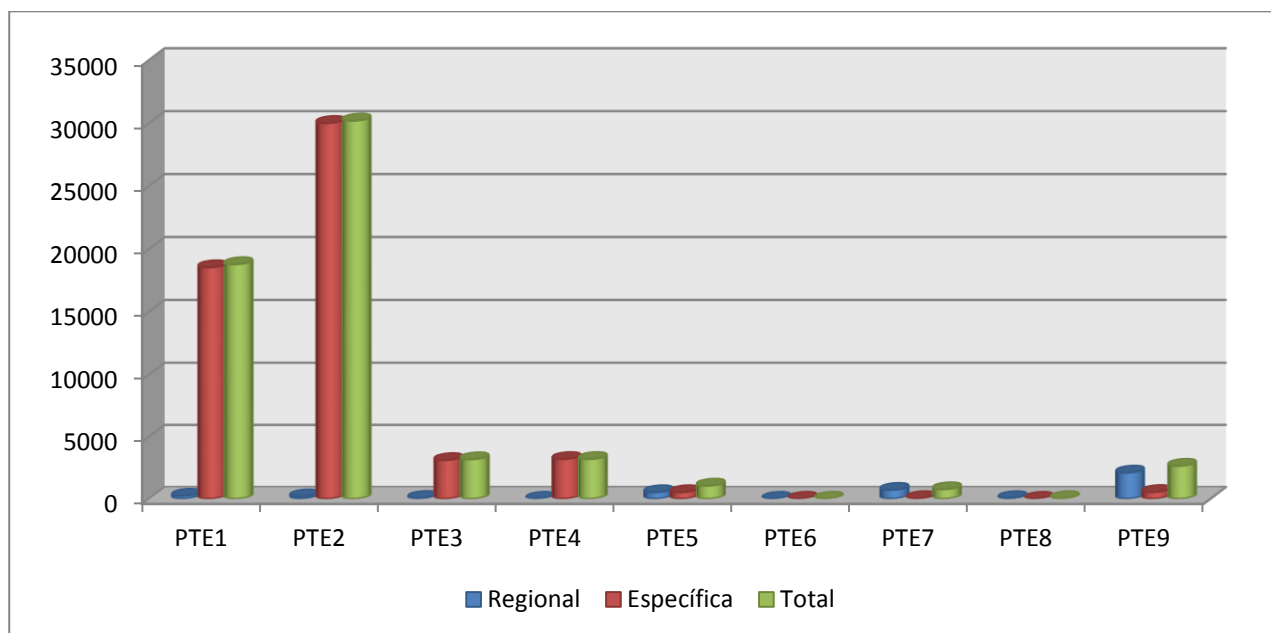


Figura 3.9 – Número de medidas por eixo

O custo total das das 107 medidas propostas é de 59 885 950 €, em que as medidas de âmbito regional têm um custo de 3 911 500 € e as medidas específicas um custo de 55 974 450 €, cerca de 93% do investimento total (Figura 3.10).



PTE1 Redução ou eliminação de cargas poluentes; PTE2 Promoção da sustentabilidade das captações de água; PTE3 Minimização de alterações hidromorfológicas; PTE4 Controlo de espécies exóticas e pragas; PTE5 Minimização de riscos; PTE6 Recuperação de custos dos serviços da água; PTE7 Aumento do conhecimento; PTE8 Promoção da sensibilização; PTE9 Adequação do quadro normativo.

Figura 3.10 – Custo das medidas por eixo de medida previsto no PGRH em vigor (mil €)

Em termos de repartição de custos, 50% estão alocados ao eixo PTE2, seguindo-se o eixo PTE1 com 31%. O custo das medidas de âmbito regional concentra-se nos eixos PTE5, PTE7, PTE8 e PTE9, enquanto o custo das medidas mais operacionais associa-se aos eixos PTE1, PTE2, PTE3 e PTE4.

Analisando os custos totais por ano que foram previstos no PGRH em vigor o maior peso de investimento iria recair nos 3 anos intermédios (Figura 3.10).

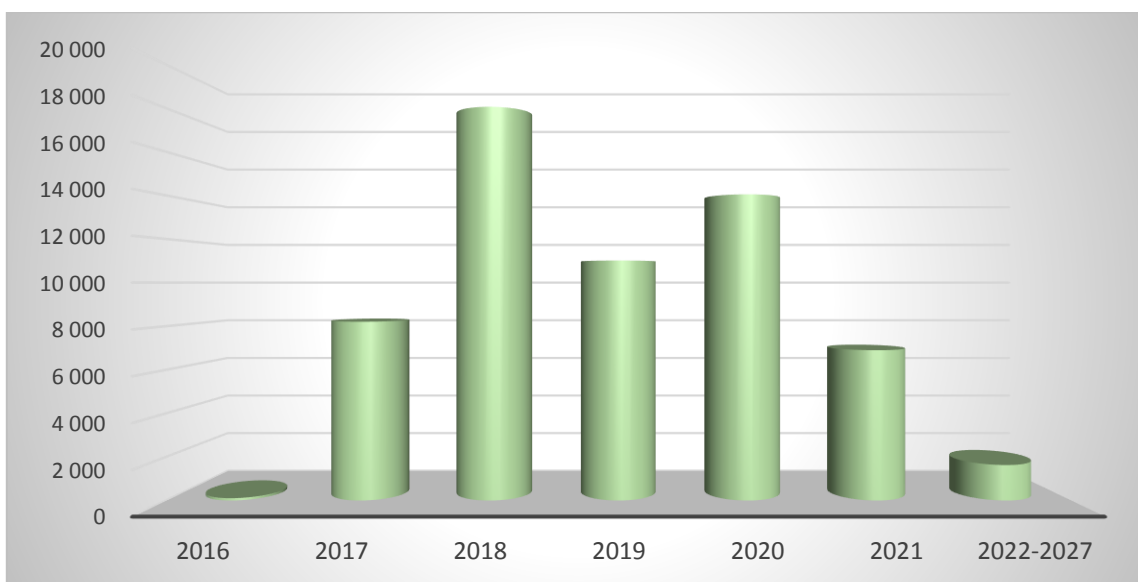


Figura 3.11 – Programação financeira das medidas prevista no PGRH em vigor (mil €)

Analisando os custos totais por fonte de financiamento verifica-se que, neste 2.º ciclo de planeamento o maior peso de investimento irá recair nos fundos comunitários, nomeadamente no PDR 2020 e POSEUR 2020, e nas empresas públicas.

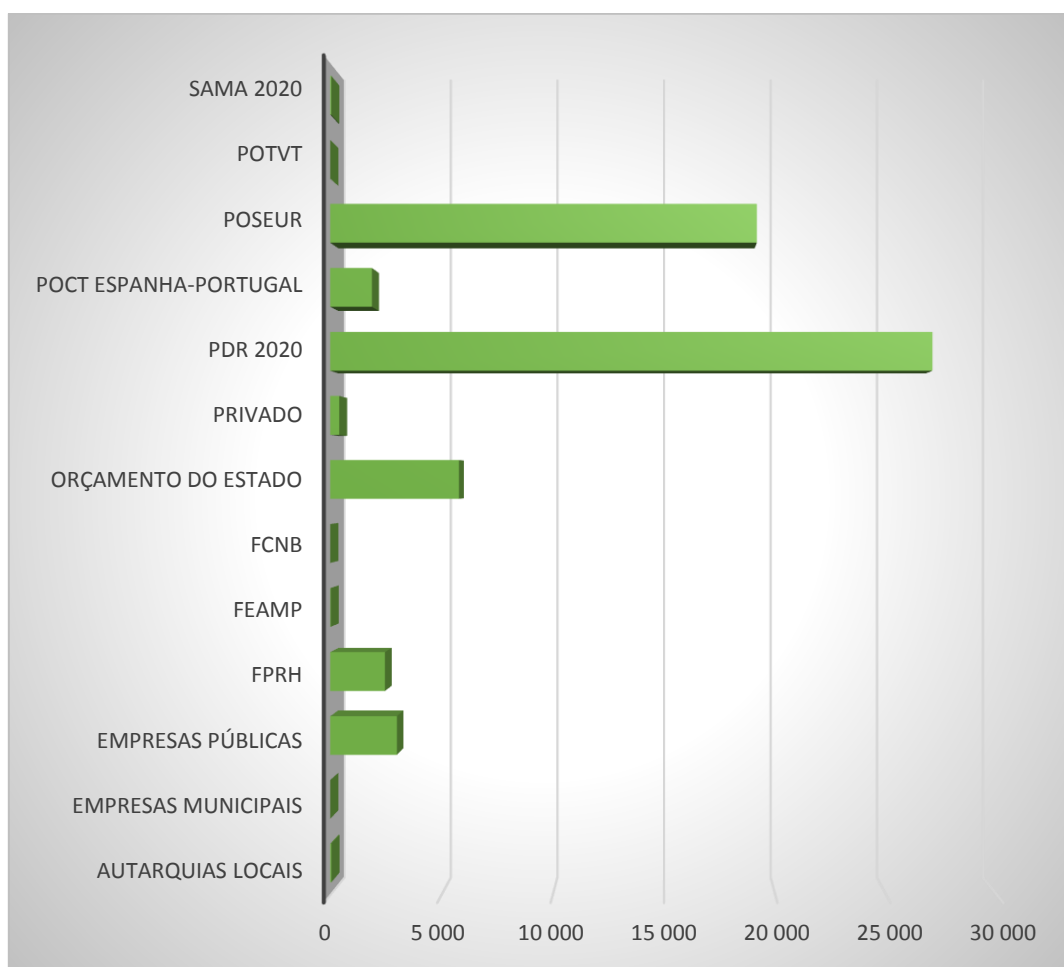


Figura 3.12 – Distribuição dos custos totais das medidas por financiamento previsto no PGRH em vigor (mil €)

Objetivos ambientais

Com aplicação das medidas previstas no PGRH pretendiam-se atingir os seguintes objetivos ambientais (Figura 3.13):

- Em 2015, para as águas superficiais, a proporção das massas de água que atingiu o bom estado/potencial foi de 38%, de acordo com as projeções efetuadas, esta proporção aumenta para 72% em 2021 e 100% em 2027, altura em que a proporção de massas de água com estado/potencial bom ou superior será total.
- Para as águas subterrâneas, a proporção das massas de água com estado bom foi de 75% em 2015, de acordo com as projeções efetuadas, esta proporção aumenta para 88% em 2021 e 100% em 2027, altura em que a proporção de massas de água com estado/potencial bom ou superior será total.

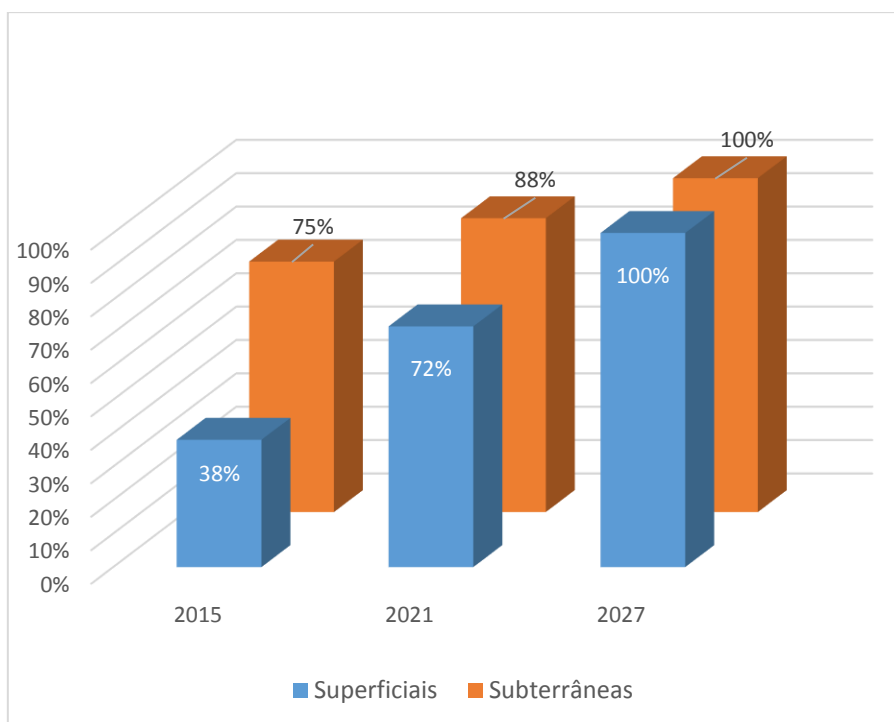


Figura 3.13 - Objetivos ambientais para as massas de água superficial e subterrânea

4. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO 2.º CICLO DE PLANEAMENTO 2016-2021

4.1. Avaliação do programa de medidas

O programa de medidas constitui uma das peças mais importantes do PGRH, atendendo a que define as ações, técnica e economicamente viáveis, que permitam atingir ou preservar o bom estado das massas de água.

A sua definição deve ter por base o conhecimento das relações entre causas e efeitos, numa abordagem combinada, de forma a desenvolver instrumentos de gestão que permitam avaliar as respostas do meio e as alterações das pressões que sobre ele são exercidas, nomeadamente pelas diferentes atividades socioeconómicas existentes.

A análise da avaliação das medidas vai ser dividida em medidas regionais e medidas específicas, sendo numa primeira fase realizada uma análise da execução física seguida de uma execução financeira, e por último realiza-se o cálculo dos indicadores.

4.1.1. Medidas regionais

A programação física e financeira das medidas regionais foi estabelecida no PGRH e caracterizada ao nível de cada ficha de medida para o ciclo 2016-2021 (Anexos da Parte 6 do PGRH).

A análise realizada sobre o ponto de situação das medidas regionais baseou-se na informação das entidades responsáveis pelas medidas que forneceram o ponto de situação da sua implementação para os anos de 2016 e 2017. Na Figura 4.1 apresenta-se o número de medidas por entidade responsável pela sua implementação.

As medidas regionais foram analisadas em conjunto para todas as regiões hidrográficas (RH) sendo que muitas delas são mesmo de âmbito nacional e o seu ponto de situação é comum para todas as RH. Nos casos onde é aplicável ter resultados da implementação destas medidas por RH foi efetuada essa desagregação da informação.

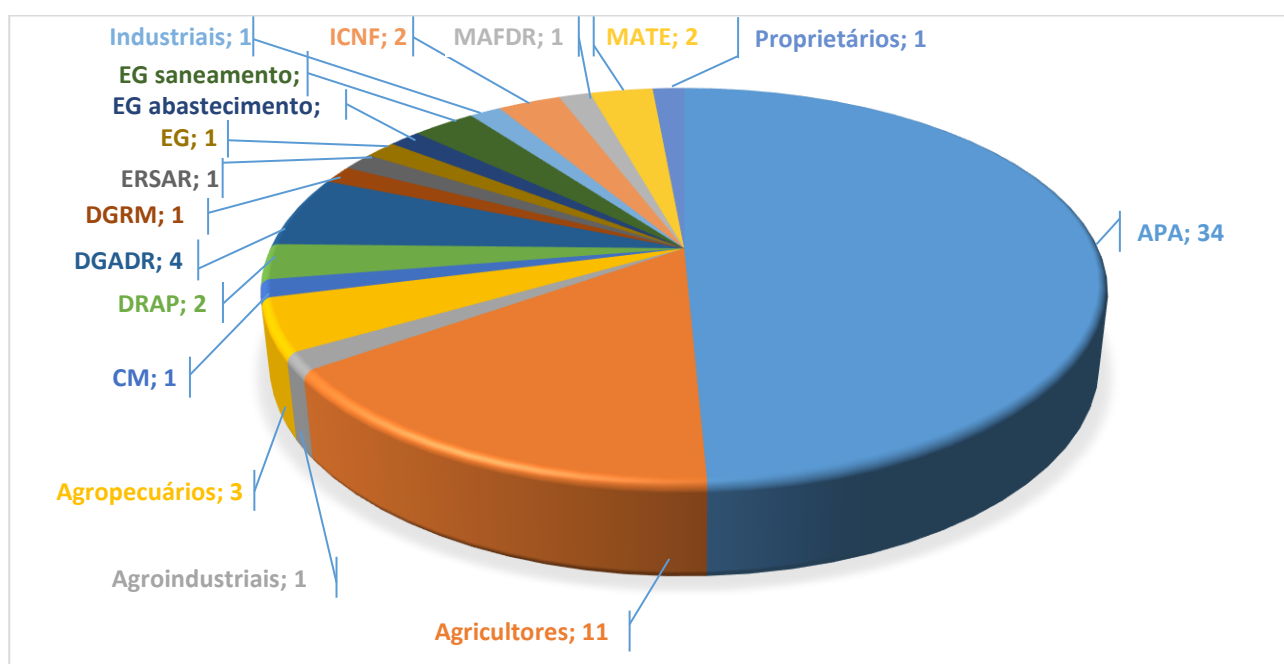


Figura 4.1 – Número de medidas regionais por entidade responsável

Pela análise do gráfico verifica-se que cerca de 49% das medidas são da responsabilidade da APA, sendo que o peso dos agricultores também é representativo, com cerca de 16% das medidas regionais, devido às medidas e ações constantes no PDR2020. A quando da definição do programa de medidas apenas eram conhecidos os eixos de financiamento do PDR2020 que poderiam, de alguma forma, contribuir para os objetivos do PGRH e por isso foram englobados nas medidas regionais atendendo que as candidaturas poderiam depois ser efetuadas em toda a região hidrográfica.

No Anexo I apresenta-se a tabela das entidades responsáveis (Tabela A) discriminado por medida.

4.1.1.1. Análise da execução física das medidas

A análise da execução física foi analisada para os anos de 2016 e 2017 e realizada a programação retificada para os restantes anos de implementação da medida. O ponto de situação foi classificado com base numa legenda explicada no Quadro 4.1.

Quadro 4.1 – Legenda aplicada para classificar o ponto de situação das medidas

Ponto de Situação	Descrição
Executada	Medida executada até 2017, inclusive.
Em execução	Medida iniciada até 2017, inclusive, cuja execução decorre durante o 2.º ciclo mas pode prolongar-se para o 3.º ciclo.
Executada em contínuo	Medida executada até 2017, inclusive, mas cuja execução é contínua.
Por executar	Medida a iniciar após 2017.
Adiada	Medida a iniciar antes de 2017, inclusive, e cuja programação foi adiada mas que será executada durante o 2.º ciclo dos PGRH.
Não executada neste ciclo	Medida que não vai ser executada no 2.º ciclo mas será executada no 3.º ciclo dos PGRH.
Não executada	Medida que não vai ser executada.

No Quadro 4.2 apresentam-se a síntese do ponto de situação da implementação de todas as medidas regionais por eixo de medida e na Figura 4.2 a nível de toda a região.

Quadro 4.2 – Ponto de situação das medidas regionais até final de 2017

Ponto de situação das medidas	N.º de medidas									Total
	PTE1	PTE2	PTE3	PTE4	PTE5	PTE6	PTE7	PTE8	PTE9	
Executada	1	1	0	0	0	0	0	0	2	4
Em execução	9	4	3	0	3	1	5	1	3	29
Por executar	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Adiada	1	2	0	1	1	0	3	1	2	11
Não executada	3	0	0	0	1	0	1	0	0	5
Executada em contínuo	6	1	0	0	2	0	1	0	2	12
Não executada neste ciclo	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Total	20	8	3	1	8	2	10	2	9	63

PTE1 Redução ou eliminação de cargas poluentes; PTE2 Promoção da sustentabilidade das captações de água; PTE3 Minimização de alterações hidromorfológicas; PTE4 Controlo de espécies exóticas e pragas; PTE5 Minimização de riscos; PTE6 Recuperação de custos dos serviços da água; PTE7 Aumento do conhecimento; PTE8 Promoção da sensibilização; PTE9 Adequação do quadro normativo.

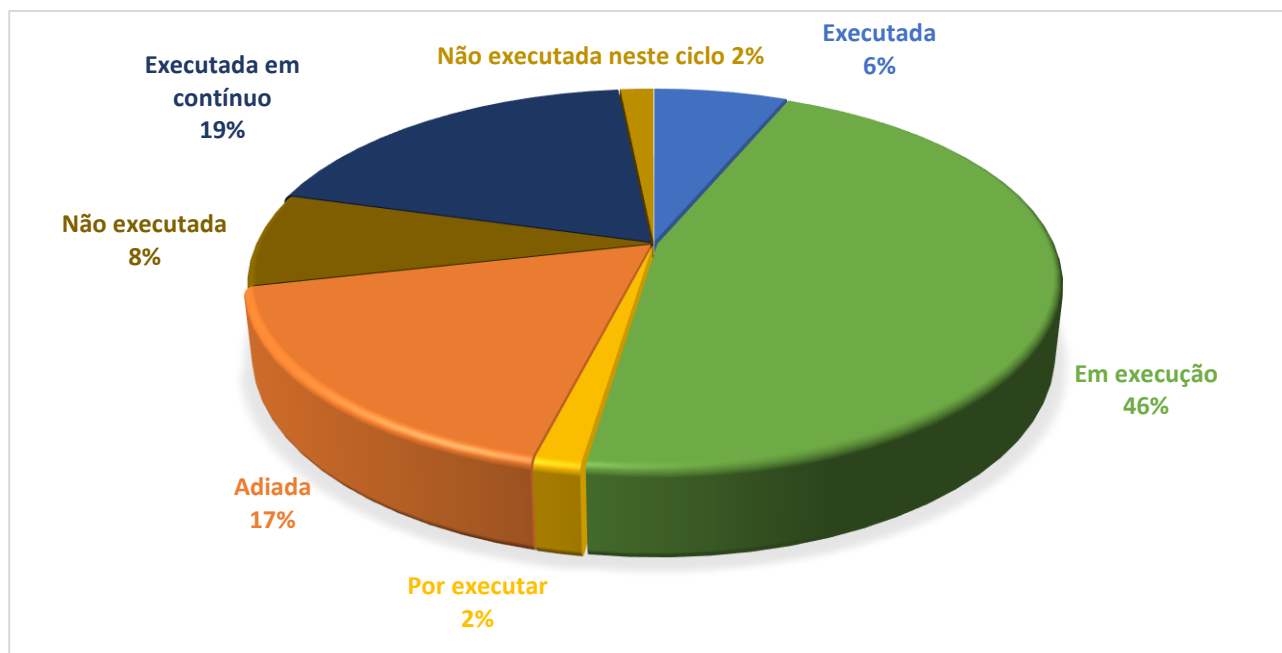


Figura 4.2 – Ponto de situação das medidas regionais

Constata-se que, em termos de ponto de situação da implementação das medidas em final de 2017, existem 6% de medidas executadas, 19% das medidas que são executadas em contínuo, uma vez que correspondem a tarefas contínuas da competência das próprias entidades, nomeadamente licenciamento, fiscalização e monitorização, e 46% de medidas em execução. Nesta fase, existem 2% de medidas por executar (que só terão início após 2018, inclusive) e 17% das medidas que foram adiadas, ou seja, que o seu início de execução foi atrasado. Nesta avaliação intercalar também se pode já concluir as medidas que não vão ser executadas por razões várias (8%).

Relativamente à medida que não vai ser executada neste ciclo, é:

- PTE2P05M02_SUB_RH - Operacionalização de sistema de alerta contra casos de poluição accidental que podem provocar contaminação de águas balneares. Não se prevê que esta medida possa ser desenvolvida neste ciclo por ainda ser necessário efetuar uma avaliação prévia dos sistemas de alerta eventualmente necessários, face à falta de disponibilidade de recursos humanos e de dotação financeira.

Quanto às medidas que não vão ser executadas são genericamente medidas não aplicáveis a esta região e, por isso, não faz sentido a sua implementação, ou medidas do PDR2020 em que não houve candidaturas nesta região. A justificação para cada medida é apresentada no capítulo 4.3.

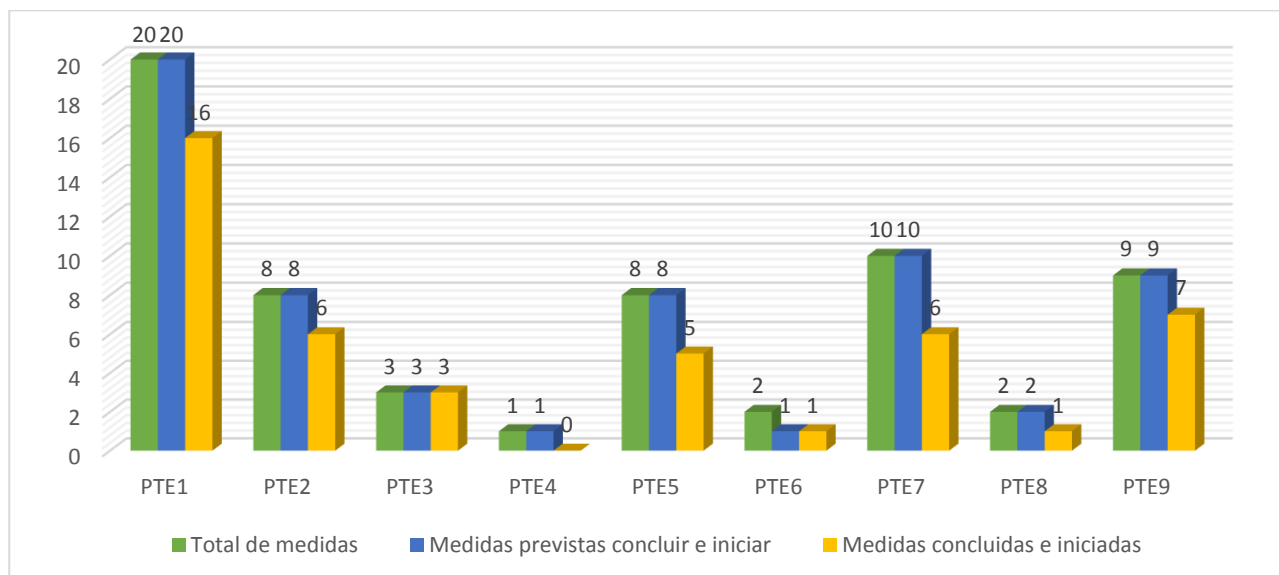
Existem situações de agregações de medidas, que estão especificadas no capítulo 4.3.

No Quadro 4.3 e na Figura 4.3 apresentam-se o grau de implementação das medidas regionais por eixo de medida face ao que estava previsto concluir e/ou iniciar até final de 2017. Daqui resulta o executado face ao previsto das medidas que foram efetivamente concluídas e/ou iniciadas no prazo previsto na programação das medidas no PGRH.

Quadro 4.3 – Grau de implementação das medidas regionais em final de 2017

Eixo de Medida	Total de medidas	Medidas previstas concluir	Medidas previstas iniciar	Medidas concluídas	Medidas iniciadas	Executado face ao previsto (%)
PTE1 – Redução ou eliminação de cargas poluentes	20	1	19	7	9	80%
PTE2 – Promoção da sustentabilidade das captações de água	8	0	8	2	4	75%
PTE3 – Minimização de alterações hidromorfológicas	3	1	2	0	3	100%
PTE4 – Controlo de espécies exóticas e pragas	1	0	1	0	0	0%
PTE5 – Minimização de riscos	8	0	8	2	3	63%
PTE6 – Recuperação de custos dos serviços da água	2	0	1	0	1	100%
PTE7 – Aumento do conhecimento	10	2	8	1	5	60%
PTE8 – Promoção da sensibilização	2	0	2	0	1	50%
PTE9 – Adequação do quadro normativo	9	0	9	4	3	78%
TOTAL	63	4	58	16	29	73%

Constata-se que, em termos do grau de implementação das medidas, existem 73% de medidas já concluídas e/ou iniciadas face ao previsto num total de 63 medidas, demonstrando que houve um atraso na execução de cerca de 27% das medidas e que existe um esforço ainda considerável para se conseguir implementar todas as medidas durante este ciclo.



PTE1 Redução ou eliminação de cargas poluentes; PTE2 Promoção da sustentabilidade das captações de água; PTE3 Minimização de alterações hidromorfológicas; PTE4 Controlo de espécies exóticas e pragas; PTE5 Minimização de riscos; PTE6 Recuperação de custos dos serviços da água; PTE7 Aumento do conhecimento; PTE8 Promoção da sensibilização; PTE9 Adequação do quadro normativo.

Figura 4.3 – Grau de implementação das medidas regionais

Em termos dos eixos com maior execução foram o PTE3 e o PTE6 com 100% e os eixos com menor execução foram o PTE2, PTE5, PTE7 e o PTE8. No entanto, há que ver o número de medidas em cada eixo destacando-se o PTE1 com um maior número de medidas e com uma execução de 80%, seguida do PTE7 com 60% e, o PTE9 com 78%, o PTE2 com 75% e o PTE5 com 63%.

No Anexo I apresenta-se a tabela da execução física (Tabela B) das medidas regionais.

4.1.1.2. Análise da execução financeira das medidas

A análise da execução financeira foi realizada para os anos de 2016 e 2017 e com a respetiva retificação da programação para os restantes anos de implementação da medida. Os investimentos realizados e programados foram ainda desagregados entre componente nacional e componente comunitária de forma a conhecer qual o esforço financeiro do país na implementação destas medidas e quais os contributos do financiamento comunitário.

A análise comparativa baseou-se no investimento que estava programado no PGRH face ao investimento que está efetivamente a ser executado. Como o ponto de situação recai sobre os anos de 2016 e 2017 comparou-se a programação financeira que havia para esses anos e a execução financeira que ocorreu na realidade para esses mesmos anos. Posteriormente calculou-se a taxa de execução atual, ou seja, face ao investimento retificado o que já foi executado nestes dois anos para avaliar o esforço que ainda falta concretizar na implementação de cada uma das medidas.

Para as medidas relacionadas com as ações do PDR2020 não tinham sido incluídos, no PGRH aprovado em 2016, valores de investimento, por não ser possível, à data, estimar nem o número de candidaturas que seriam alvo de apoio deste programa, nem os investimentos que seriam elegíveis neste âmbito. Nesta fase de avaliação preliminar, os valores agora incluídos têm por base as ações do PDR2020 que tinham sido incluídas no programa de medidas, sendo que nem todas as intervenções que integram as candidaturas contribuem para a melhoria das massas de água. Na realidade, os projetos constantes nas candidaturas apresentam atividades diversas, que incluem desde construções até aspetos ambientais propriamente ditos, sendo impossível separar os investimentos da componente estritamente ambiental. Assim, com base na informação divulgada pelo *site* do PDR2020, foram selecionadas as candidaturas cujas intervenções estariam eventualmente relacionadas com a melhoria do estado quantitativo ou qualitativo das massas de água, tendo sido determinada uma percentagem que pode potencialmente contribuir para a componente ambiental (Quadro 4.4). Para algumas das operações do PDR2020 consideradas não foram apresentadas candidaturas (indicadas com sombreado a cinzento no quadro).

Quadro 4.4 – Medidas regionais relacionadas com as ações do PDR2020

Designação da Medida	Código da medida	PDR2020 Ação/Operação	N.º total de candidaturas	N.º de candidaturas selecionadas	Componente ambiental (%)
Promover a melhoria da gestão de efluentes agroindustriais	PTE1P02M01_RH	Ação 3.3 Operações 3.3.1 e 3.3.2	55	8	10%
Promover a melhoria da gestão de efluentes pecuários	PTE1P02M02_RH	Ação 3.2 Operação 3.2.1 e 3.2.2	923	46	10%
Adotar modos de produção sustentáveis	PTE1P06M05_RH	Ação 7.1; Operações 7.1.1 e 7.1.2; Operação 7.2.1	0	0	

Designação da Medida	Código da medida	PDR2020 Ação/Operação	N.º total de candidaturas	N.º de candidaturas selecionadas	Componente ambiental (%)
Adotar sistemas de produção tradicionais/extensivos	PTE1P06M06_RH	Ação 7.3; Operações 7.3.1 e 7.3.2;	0	0	
Melhorar a gestão da água e promover a eficiência da sua utilização no regadio	PTE2P01M01_RH	Ação 3.4; Operações 3.4.1 e 3.4.2; Ação 7.5; Operação 7.5.1	7	4	10%
Instalar, manter e recuperar galerias ripícolas e erradicar espécies invasoras lenhosas em áreas florestais e agroflorestais	PTE3P02M02_SUP_RH	Ação 7.10; Operação 7.10.2; Ação 7.11; Operação 7.11.1	1	1	100%
Promover a silvicultura sustentável	PTE5P01M02_RH	Ação 8.1; Operações 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3, 8.1.4, 8.1.5	143	2	10%
Promover a conservação do solo	PTE5P04M01_RH	Ação 7.4; Operações 7.4.1 e 7.4.2 Operação 7.11.1	0	0	
Promover a inovação no sector agrícola	PTE7P01M02_RH	Área 1 Operação 1.0.1	98	8	10%
Promover a capacitação, divulgação e aconselhamento no sector agrícola	PTE8P02M01_RH	Ação 2.1; Operações 2.1.1. e 2.1.4; Ação 2.2 Operações 2.2.1. e 2.2.2;	13	12	10%

Descrição das ações/operações do PDR 2020:

- Ação 3.3. Investimentos na Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas; Operação 3.3.1. Investimentos na Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas; Operação 3.3.2. Pequenos Investimentos na Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas.
- Ação 3.2. Investimento na Exploração Agrícola; Operação 3.2.1. Investimento na Exploração Agrícola; Operação 3.2.2. Pequenos investimento nas Explorações Agrícolas.
- Ação 7.1. Agricultura Biológica; Operação 7.1.1. Conversão para a Agricultura Biológica; Operação 7.1.2. Manutenção em Agricultura Biológica; Ação 7.2. Produção Integrada; Operação 7.2.1. Produção Integrada.
- Ação 7.3. Pagamentos Rede Natura; Operação 7.3.1. Pagamentos Rede Natura - Pagamento Natura; Operação 7.3.2. Pagamentos Rede Natura - Apoios Zonais de Carácter Agroambiental.
- Ação 3.4. Infraestruturas Coletivas; Operação 3.4.1. Desenvolvimento do Regadio Eficiente; Operação 3.4.2. Melhoria da Eficiência dos Regadios Existentes; Ação 7.5. Uso Eficiente da Água (Portaria 50/2015, de 25-02, art.º 20.º); Operação 7.5.1. Uso Eficiente da Água; b) Melhorar a gestão da água, dos adubos e dos pesticidas; c) Melhorar a eficiência na utilização da água pelo sector agrícola.
- Ação 7.10. Silvoambientais; Operação 7.10.2. Manutenção e Recuperação de Galerias Ripícolas; Ação 7.11. Investimentos não produtivos; Operação 7.11.1. Investimentos não produtivos.

- Ação 8.1. Silvicultura Sustentável; Operação 8.1.1. Florestação de Terras Agrícolas e não Agrícolas; Operação 8.1.2. Instalação de Sistemas Agroflorestais; Operação 8.1.3. Prevenção da Floresta contra Agentes Bióticos e Abióticos; Operação 8.1.4. Restabelecimento da Floresta Afetada por Agentes Bióticos e Abióticos ou por Acontecimentos Catastróficos; Operação 8.1.5. Melhoria da Resiliência e do Valor Ambiental das Florestas.
- Ação 7.4. Conservação do Solo; Operação 7.4.1. Conservação do Solo – Sementeira; Operação 7.4.2. Conservação do Solo - Enrelvamento da Entrelinha de Culturas Permanentes.
- Área 1. Inovação; Operação 1.0.1 - Grupos operacionais.
- Ação 2.1. Capacitação e Divulgação; Operação 2.1.1. Ações de Formação; Operação 2.1.2. Atividades de Demonstração; Operação 2.1.3. Intercâmbios de Curta Duração e Visitas a Explorações Agrícolas e Florestais; Operação 2.1.4. Ações de Informação; Ação 2.2. Aconselhamento; Operações 2.2.1. Apoio ao fornecimento de serviços de aconselhamento agrícola e florestal; Operação 2.2.2. Apoio à criação de serviços de aconselhamento.

No Quadro 4.5 e na Figura 4.4 apresenta-se a síntese da execução financeira das medidas regionais.

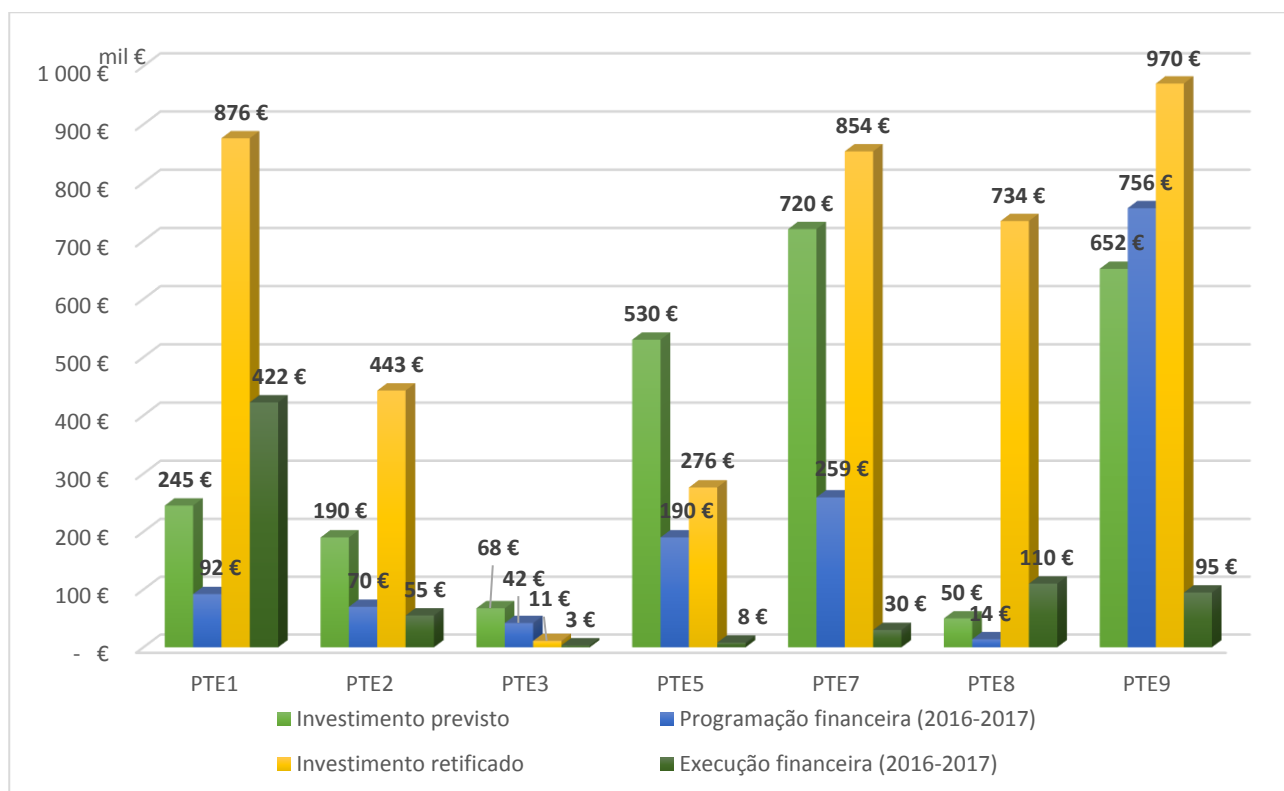
Quadro 4.5 – Execução financeira das medidas regionais até ao final de 2017

Eixo de Medida	Total de medidas	Investimento previsto (mil €)	Programação financeira (2016-2017) (mil €)	Investimento retificado (mil €)	Execução financeira (2016-2017) (mil €)	Taxa de execução (%)
PTE1 – Redução ou eliminação de cargas poluentes	20	245 €	92 €	876 €	422 €	48%
PTE2 – Promoção da sustentabilidade das captações de água	8	190 €	70 €	443 €	55 €	12%
PTE3 – Minimização de alterações hidromorfológicas	3	68 €	42 €	11 €	3 €	30%
PTE4 – Controlo de espécies exóticas e pragas	1	- €	- €	- €	- €	
PTE5 – Minimização de riscos	8	530 €	190 €	276 €	8 €	3%
PTE6 – Recuperação de custos dos serviços da água	2	- €	- €	- €	- €	
PTE7 – Aumento do conhecimento	10	720 €	259 €	854 €	30 €	4%
PTE8 – Promoção da sensibilização	2	50 €	14 €	734 €	110 €	15%
PTE9 – Adequação do quadro normativo	9	652 €	756 €	970 €	95 €	10%
TOTAL	63	2 454 €	1 423 €	4 163 €	724 €	17%

Constata-se que, em termos globais o investimento retificado é superior ao investimento programado.

Em termos globais a taxa de execução financeira 2016-2017 face ao total do investimento global ronda os 17%, o que representa um esforço diminuto face ao que é necessário para se conseguir implementar todas as medidas durante este ciclo.

À primeira vista parece que esta taxa de execução de 17% difere muito do grau de implementação física das medidas de 73%, no entanto ressalva-se que esta taxa incide no que já foi liquidado nos anos de 2016 e 2017 relativamente ao total que falta executar em termos financeiros enquanto os 73% representa as medidas que já foram concluídas e/ou iniciadas face ao previsto.



PTE1 Redução ou eliminação de cargas poluentes; PTE2 Promoção da sustentabilidade das captações de água; PTE3 Minimização de alterações hidromorfológicas; PTE4 Controlo de espécies exóticas e pragas; PTE5 Minimização de riscos; PTE6 Recuperação de custos dos serviços da água; PTE7 Aumento do conhecimento; PTE8 Promoção da sensibilização; PTE9 Adequação do quadro normativo.

Figura 4.4 – Execução financeira das medidas regionais.

Em termos dos eixos com maior diferença no investimento retificado face ao investimento previsto, sendo superior, foram o PTE1, PTE2, PTE7, PTE8 e o PTE9 e os eixos em que o investimento retificado é inferior ao investimento previsto foram o PTE3 e o PTE5. Quanto à execução financeira 2016-2017 face ao total do investimento retificado os eixos com maior taxa de execução são o PTE1 com 48% e o PTE3 com 30%.

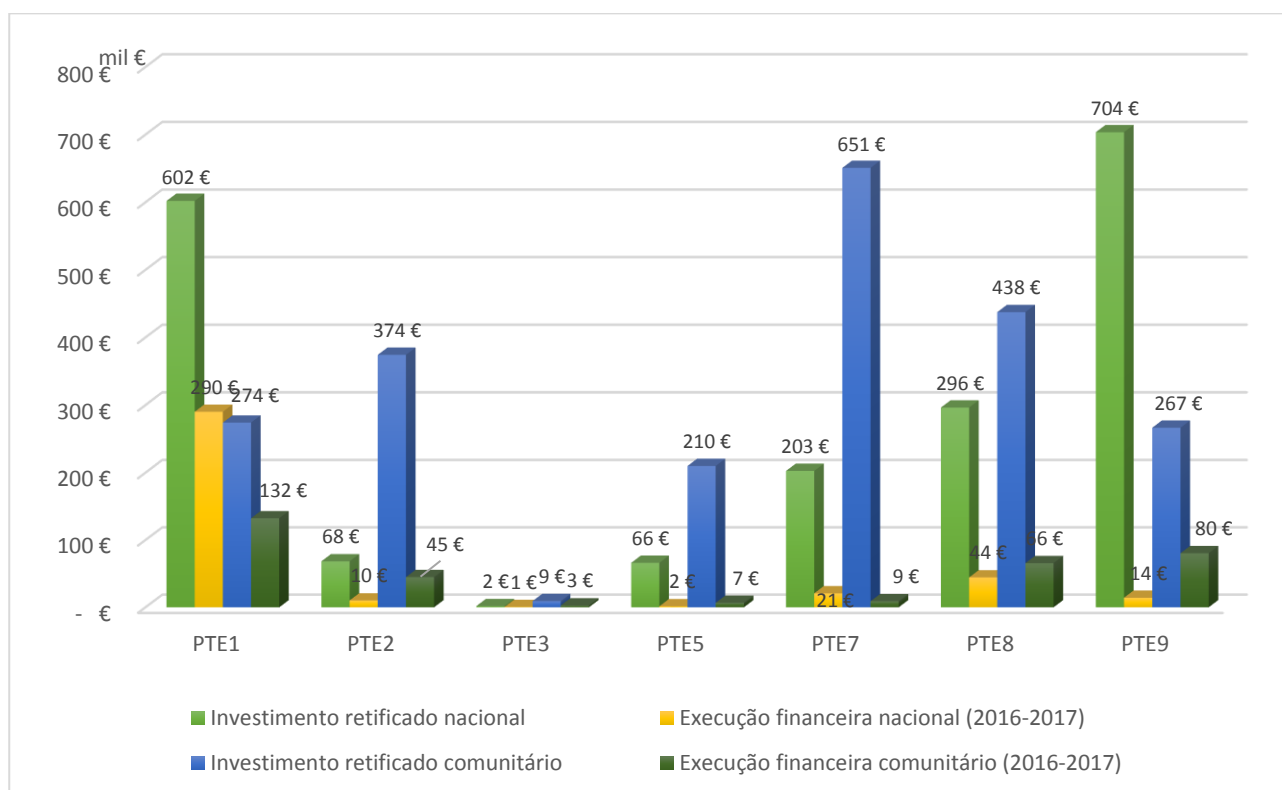
De forma a avaliar a repartição dos investimentos previstos e já efetuados pelas diferentes fontes de financiamento fez-se a separação entre a componente nacional e comunitária por eixo de medida (Quadro 4.6), cujos resultados estão apresentados nas Figura 4.5.

Quadro 4.6 – Desagregação da execução financeira pela componente nacional e componente comunitária

Eixo de Medida	Investimento retificado nacional (mil €)	Investimento retificado comunitário (mil €)	Execução financeira nacional (2016-2017) (mil €)	Execução financeira comunitário (2016-2017) (mil €)
PTE1 – Redução ou eliminação de cargas poluentes	602 €	274 €	290 €	132 €
PTE2 – Promoção da sustentabilidade das captações de água	68 €	374 €	10 €	45 €
PTE3 – Minimização de alterações hidromorfológicas	2 €	9 €	1 €	3 €
PTE4 – Controlo de espécies exóticas e pragas	- €	- €	- €	- €
PTE5 – Minimização de riscos	66 €	210 €	2 €	7 €

Eixo de Medida	Investimento retificado nacional (mil €)	Investimento retificado comunitário (mil €)	Execução financeira nacional (2016-2017) (mil €)	Execução financeira comunitária (2016-2017) (mil €)
PTE6 – Recuperação de custos dos serviços da água	- €	- €	- €	- €
PTE7 – Aumento do conhecimento	203 €	651 €	21 €	9 €
PTE8 – Promoção da sensibilização	296 €	438 €	44 €	66 €
PTE9 – Adequação do quadro normativo	704 €	267 €	14 €	80 €
TOTAL	1 941 €	2 223 €	382 €	342 €

Constata-se que, em termos globais o investimento comunitário é superior ao investimento nacional representando cerca de 53% do investimento total o que mostra a importância dos fundos comunitários na implementação das medidas. No entanto, a execução financeira para 2016-2017 apresenta um equilíbrio com 47% comunitário e 53% nacional, relativamente ao total já executado. Em cada componente, a execução foi de cerca de 15% na componente comunitária e cerca de 20% na componente nacional.



PTE1 Redução ou eliminação de cargas poluentes; PTE2 Promoção da sustentabilidade das captações de água; PTE3 Minimização de alterações hidromorfológicas; PTE4 Controlo de espécies exóticas e pragas; PTE5 Minimização de riscos; PTE6 Recuperação de custos dos serviços da água; PTE7 Aumento do conhecimento; PTE8 Promoção da sensibilização; PTE9 Adequação do quadro normativo.

Figura 4.5 – Desagregação da execução financeira pela componente nacional e componente comunitária

As maiores participações comunitárias observam-se nos eixos PTE2, PTE5, PTE7 e PTE8 pelo que o esforço nacional está mais concentrado no eixo PTE1 e PTE9. Em termos de execução financeira em 2016-

2017, a componente nacional teve uma taxa de execução maior no eixo PTE1 com cerca de 48% mas com e na componente comunitária teve também uma taxa de execução maior no eixo PTE1 com cerca de 48%

No Anexo I apresenta-se a tabela da execução financeira (Tabela C) das medidas regionais.

4.1.1.3. Análise de indicadores de monitorização das medidas

A monitorização das medidas foi estabelecida no PGRH, através de indicadores associados a cada medida com uma breve caracterização, que inclui as metas previstas, a periodicidade e as entidades responsáveis pelo cálculo desses indicadores.

A análise que foi realizada baseou-se na informação recolhida junto das entidades responsáveis pelos indicadores das medidas e foi efetuado o cálculo dos resultados dos indicadores.

No caso das medidas regionais, o cálculo dos indicadores foi realizado consoante o tipo de indicador que foi selecionado para avaliar a monitorização da medida, sendo sempre uma percentagem que pode resultar de um número face ao universo que se pretende atingir e ainda outros que na prática são iguais à execução física da medida.

Em termos de uma avaliação agregada por eixo de medida, e uma vez que os indicadores apresentavam métricas diferentes, optou-se por uma análise qualitativa, realizando uma contagem das medidas que já cumpriram em 100%, as que cumpriram em 50% e as que estão abaixo dos 50%.

No Quadro 4.7 e na Figura 4.6 apresentam-se a síntese dos resultados dos indicadores das medidas regionais.

Quadro 4.7 – Grau de implementação dos indicadores das medidas regionais até final de 2017

Eixo de Medida	Total de medidas	Total de indicadores	Resultados	Resultados <50%	Resultados >50%	Resultados 100%
PTE1 – redução ou eliminação de cargas poluentes	20	20	20	11	3	4
PTE2 – Promoção da sustentabilidade das captações de água	8	8	8	5	2	1
PTE3 – Minimização de alterações hidromorfológicas	3	3	3	2	0	1
PTE4 – Controlo de espécies exóticas e pragas	1	1	1	1	0	0
PTE5 – Minimização de riscos	8	8	8	5	0	2
PTE6 – Recuperação de custos dos serviços da água	2	2	2	1	1	0
PTE7 – Aumento do conhecimento	10	10	10	9	0	1
PTE8 – Promoção da sensibilização	2	2	2	1	1	0
PTE9 – Adequação do quadro normativo	9	9	9	5	0	4
TOTAL	63	63	63	40	7	13

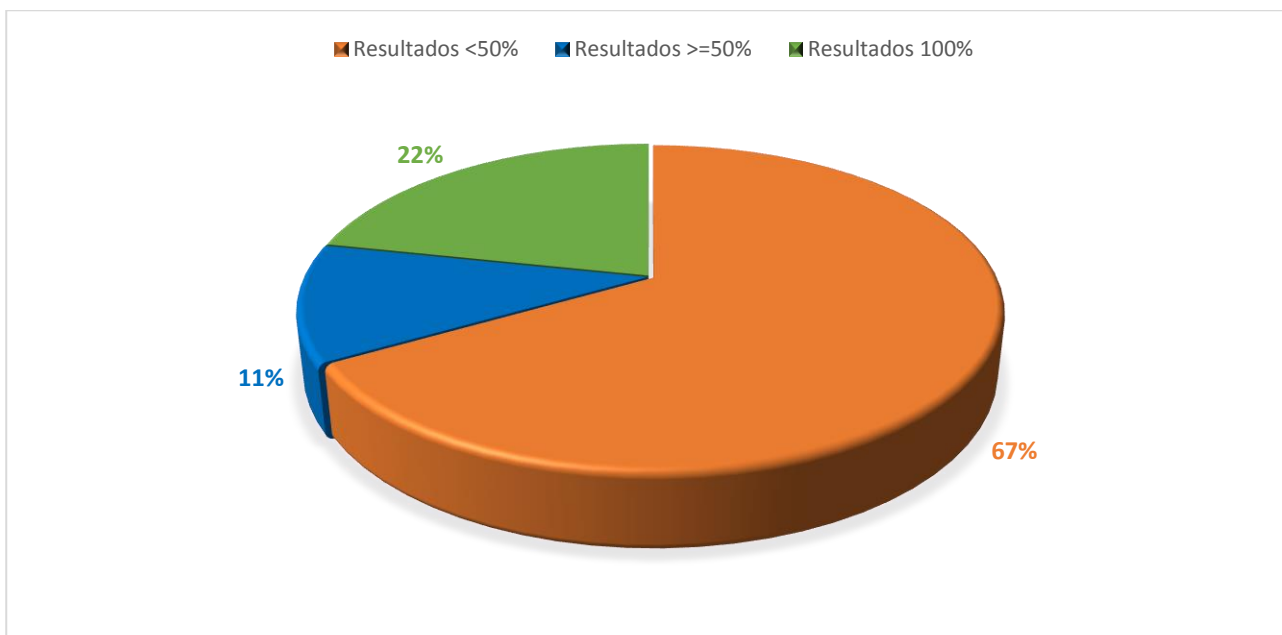


Figura 4.6 – Grau de implementação dos indicadores das medidas regionais

Num total de 63 resultados verifica-se que 22% das medidas já atingiram os 100%, sendo que muitas destas medidas são de execução em contínuo, e que 67% das medidas ainda estão abaixo dos 50% de realização.

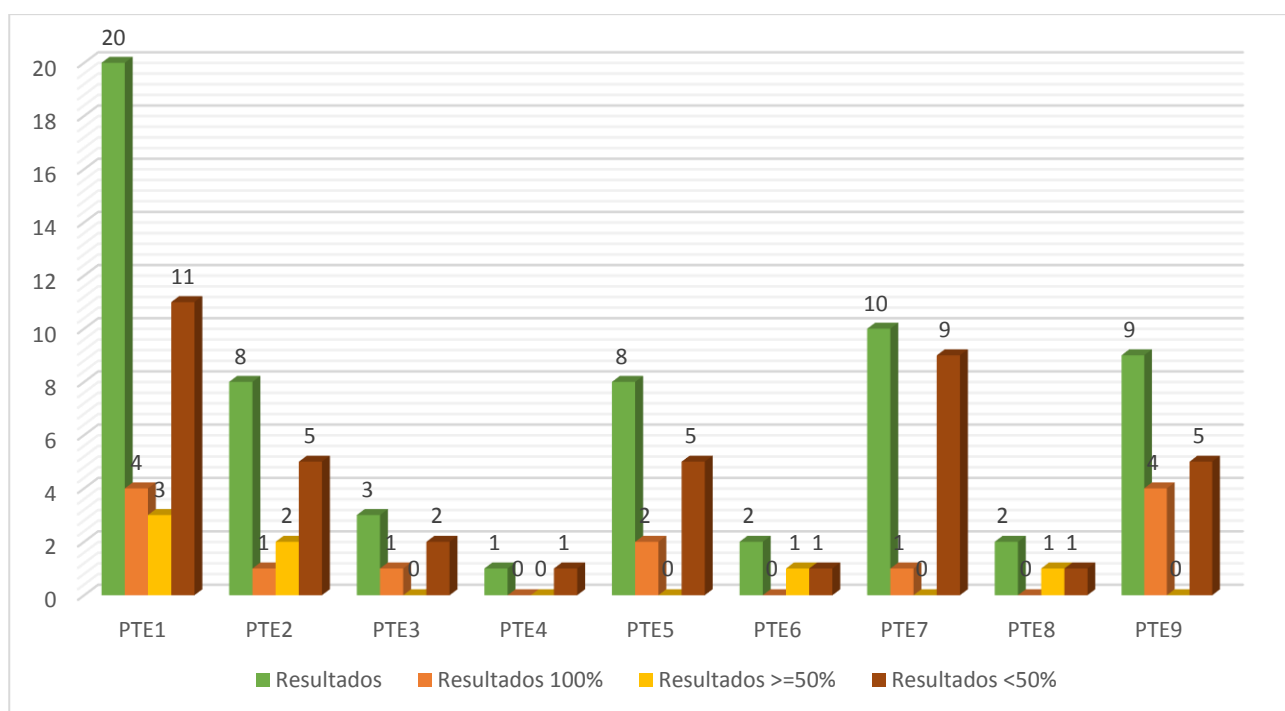


Figura 4.7 – Grau de implementação dos indicadores das medidas regionais por eixo de medida

Neste gráfico verifica-se que os eixos que apresentam maior realização de indicadores a 100% são os PTE9 com 44%, o PTE3 com 33% e PTE5 com 25%, existindo o eixo PTE4 que, nesta fase, não tem ainda resultados de indicadores acima de 50%.

No Anexo I apresenta-se a tabela dos indicadores (Tabela D) das medidas regionais.

4.1.2. Medidas específicas

A programação física e financeira das medidas específicas foi estabelecida no PGRH e caracterizada ao nível de cada ficha de medida para o ciclo 2016-2021 (Anexos da Parte 6 do PGRH).

A análise realizada sobre o ponto de situação das medidas específicas baseou-se na informação das entidades responsáveis pelas medidas que forneceram o ponto de situação da sua implementação para os anos de 2016 e 2017.

As medidas específicas foram analisadas para esta região hidrográfica, sendo medidas que incidem diretamente sobre as pressões significativas identificadas nas massas de água.

Na Figura 4.8 apresenta-se o número de medidas por entidade responsável pela sua implementação.

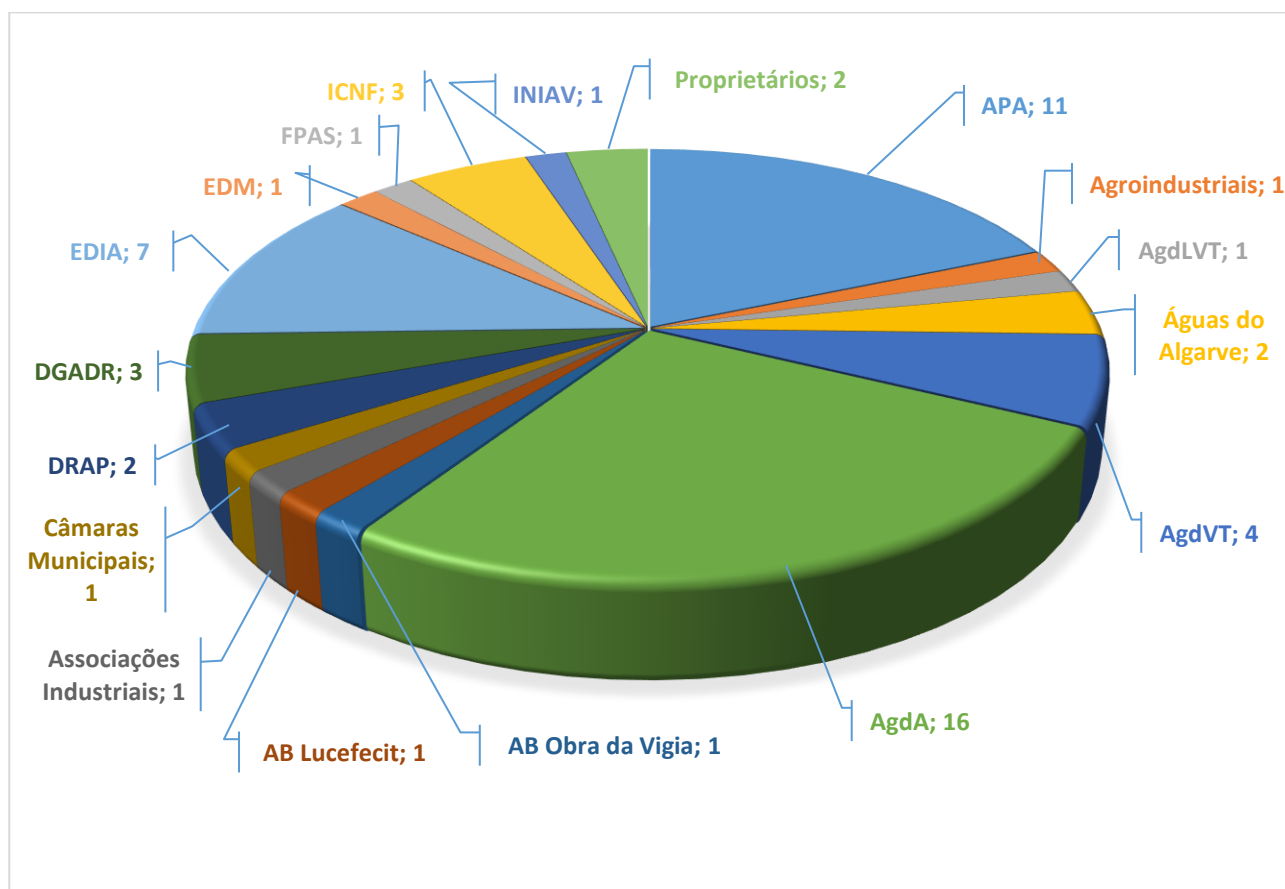


Figura 4.8 – Número de medidas específicas por entidade responsável

Pela análise do gráfico verifica-se que cerca de 42% das medidas são do setor urbano em que Águas Públicas do Alentejo representam 67% das medidas desse setor. Relativamente ao setor agrícola são cerca de 26% do total de medidas, sendo a Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva responsável por cerca de 49% dessas medidas.

No Anexo II apresenta-se a tabela das entidades responsáveis (Tabela E) discriminado por medida.

4.1.2.1. Análise da execução física das medidas

A análise da execução física foi efetuada para os anos de 2016 e 2017 e realizada a programação retificada para os restantes anos de implementação da medida. O ponto de situação foi classificado com base numa legenda que está explicada no Quadro 4.8.

Quadro 4.8 – Legenda aplicada para classificar o ponto de situação das medidas

Ponto de Situação	Descrição
Executada	Medida executada até 2017, inclusive.
Em execução	Medida iniciada até 2017, inclusive, cuja execução decorre durante o 2.º ciclo mas pode prolongar-se para o 3.º ciclo.
Executada em contínuo	Medida executada até 2017, inclusive, mas cuja execução é contínua.
Por executar	Medida a iniciar após 2017.
Adiada	Medida a iniciar antes de 2017, inclusive, e cuja programação foi adiada mas que será executada durante o 2.º ciclo dos PGRH.
Não executada neste ciclo	Medida que não vai ser executadas no 2.º ciclo mas será executada no 3.º ciclo do PGRH.
Não executada	Medida que não vai ser executada.

No Quadro 4.9 e na Figura 4.9 apresentam-se a síntese do ponto de situação da implementação de todas as medidas específicas, independentemente do previsto face ao realizado.

Quadro 4.9 – Ponto de situação das medidas específicas por eixo até final de 2017

Ponto de situação das medidas	N.º de medidas								TOTAL
	PTE1	PTE2	PTE3	PTE4	PTE5	PTE7	PTE8	PTE9	
Executada	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Em execução	6	1	0	3	0	1	0	1	12
Por executar	3	0	0	0	0	0	0	0	3
Adiada	17	0	8	0	1	0	0	1	27
Não executada	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Executada em contínuo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Não executada neste ciclo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	26	1	9	3	2	1	0	2	44

PTE1 Redução ou eliminação de cargas poluentes; PTE2 Promoção da sustentabilidade das captações de água; PTE3 Minimização de alterações hidromorfológicas; PTE4 Controlo de espécies exóticas e pragas; PTE5 Minimização de riscos; PTE6 Recuperação de custos dos serviços da água; PTE7 Aumento do conhecimento; PTE8 Promoção da sensibilização; PTE9 Adequação do quadro normativo.



Figura 4.9 – Ponto de situação das medidas específicas

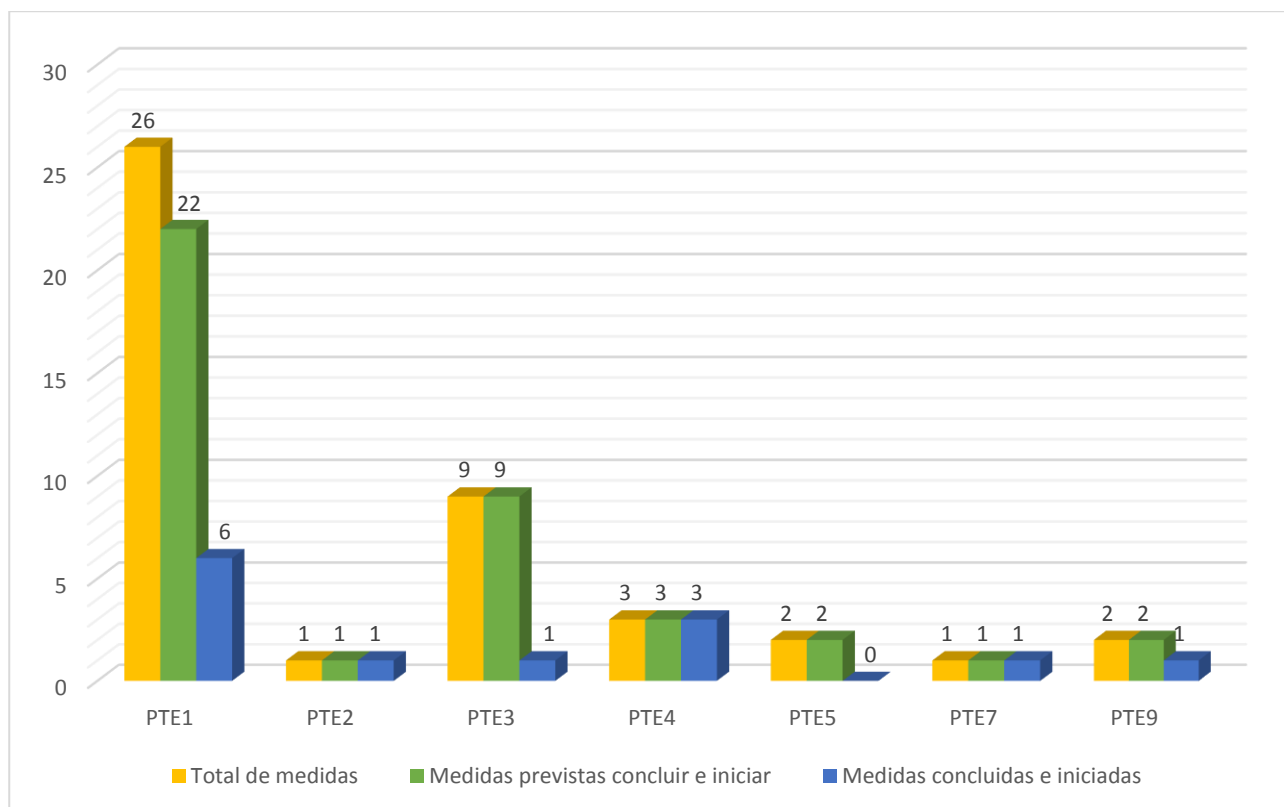
Constata-se que, em termos de ponto de situação da implementação das medidas em final de 2017, existem 2% de medidas executadas, e 27% de medidas em execução. Nesta fase, existem 7% de medidas por executar (que só terão início após 2018, inclusive) e 62% das medidas que foram adiadas, ou seja, que o seu início de execução foi atrasado. Nesta avaliação intercalar também se pode já concluir que não existem medidas que não vão ser executadas nem medidas a transitarem para o próximo ciclo.

No Quadro 4.10 e Figura 4.10 apresentam-se o grau de implementação das medidas específicas por eixo de medida face ao que estava previsto concluir e/ou iniciar até final de 2017. Daqui resulta o executado face ao previsto das medidas que foram efetivamente concluídas e/ou iniciadas no prazo previsto na programação das medidas no PGRH.

Quadro 4.10 – Grau de implementação das medidas específicas em final de 2017

Eixo de Medida	Total de medidas	Medidas previstas concluir	Medidas previstas iniciar	Medidas concluídas	Medidas iniciadas	Executado face ao previsto (%)
PTE1 – Redução ou eliminação de cargas poluentes	26	15	7	0	6	27%
PTE2 – Promoção da sustentabilidade das captações de água	1	0	1	0	1	100%
PTE3 – Minimização de alterações hidromorfológicas	9	1	8	1	0	11%
PTE4 – Controlo de espécies exóticas e pragas	3	0	3	0	3	100%
PTE5 – Minimização de riscos	2	0	2	0	0	0%
PTE6 – Recuperação de custos dos serviços da água	0	0	0	0	0	
PTE7 – Aumento do conhecimento	1	1	0	0	1	100%
PTE8 – Promoção da sensibilização	0	0	0	0	0	
PTE9 – Adequação do quadro normativo	2	0	2	0	1	50%
TOTAL	44	17	23	1	12	33%

Constata-se que, em termos do grau de implementação das medidas, existem 33% de medidas já concluídas e/ou iniciadas face ao previsto num total de 44 medidas, demonstrando que houve um atraso na execução de cerca de 67% das medidas e que existe um esforço ainda considerável para se conseguir implementar todas as medidas durante este ciclo. Chama-se a atenção que não foram definidas medidas específicas para os eixos PTE6 e PTE8 para esta região.



PTE1 Redução ou eliminação de cargas poluentes; PTE2 Promoção da sustentabilidade das captações de água; PTE3 Minimização de alterações hidromorfológicas; PTE4 Controlo de espécies exóticas e pragas; PTE5 Minimização de riscos; PTE6 Recuperação de custos dos serviços da água; PTE7 Aumento do conhecimento; PTE8 Promoção da sensibilização; PTE9 Adequação do quadro normativo.

Figura 4.10 – Grau de implementação das medidas específicas

Em termos dos eixos com maior execução, com 100%, foram o PTE2, PTE4 e o PTE7, mas que tinham poucas medidas, e os eixos com menor execução foram o PTE5, o PTE1 e o PTE3. Assim, há que ver o número de medidas em cada eixo destacando-se o PTE1 com um maior número de medidas, num total de 22 medidas que deveriam ter concluído e/ou iniciado nesta fase, e com uma execução de 27%, seguida do PTE3 com 9 medidas e uma execução de 11%.

No Anexo II apresenta-se a tabela da execução física (Tabela F) das medidas específicas.

4.1.2.2. Análise da execução financeira das medidas

A análise da execução financeira foi efetuada para os anos de 2016 e 2017 e realizada a programação retificada para os restantes anos de implementação da medida. Os investimentos realizados e programados

foram ainda desagregados entre componente nacional e componente comunitária de forma a se conhecer qual o esforço financeiro do país na implementação destas medidas.

A análise comparativa baseou-se no investimento que estava programado no PGRH face ao investimento que está efetivamente a ser executado. Como o ponto de situação recai sobre os anos de 2016 e 2017 comparou-se a programação financeira que havia para esses anos e a execução financeira que ocorreu na realidade para esses mesmos anos. Posteriormente calculou-se a taxa de execução atual, ou seja, face ao investimento retificado o que já foi executado nestes dois anos para se ter uma ideia do esforço que ainda falta concretizar na implementação das medidas.

Relativamente às medidas relacionadas com candidaturas do POSEUR, e com base em informação disponibilizada pela autoridade de gestão, foram analisados os montantes aprovados, elegíveis e comparticipados por ano, assim como os montantes executados em 2016 e 2017 da componente comunitária.

No Quadro 4.11 e nas Figura 4.11 e Figura 4.12 apresentam-se a síntese da execução financeira das medidas específicas.

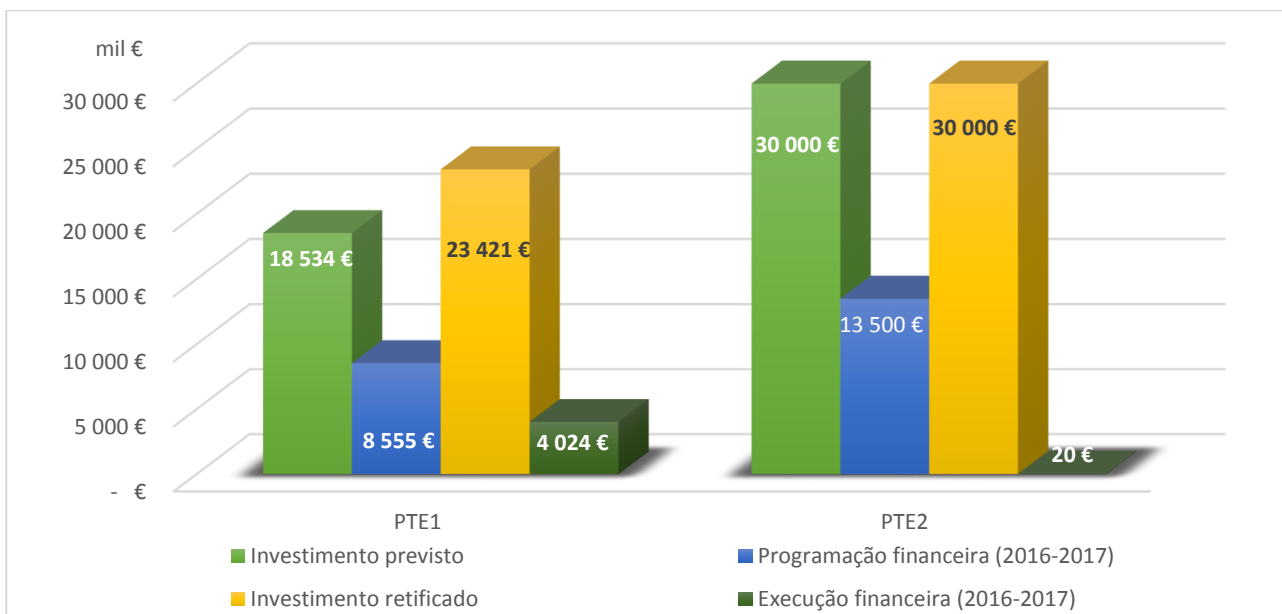
Quadro 4.11 – Execução financeira das medidas específicas até final de 2017

Eixo de Medida	Total de medidas	Investimento previsto (mil €)	Programação financeira (2016-2017) (mil €)	Investimento retificado (mil €)	Execução financeira (2016-2017) (mil €)	Taxa de execução (%)
PTE1 – Redução ou eliminação de cargas poluentes	26	18 534 €	8 555 €	23 421 €	4 024 €	17%
PTE2 – Promoção da sustentabilidade das captações de água	1	30 000 €	13 500 €	30 000 €	20 €	0%
PTE3 – Minimização de alterações hidromorfológicas	9	3 115 €	825 €	3 115 €	15 €	0%
PTE4 – Controlo de espécies exóticas e pragas	3	3 200 €	1 105 €	2 931 €	252 €	11%
PTE5 – Minimização de riscos	2	530 €	135 €	250 €	- €	0%
PTE6 – Recuperação de custos dos serviços da água	0	- €	- €	- €	- €	
PTE7 – Aumento do conhecimento	1	50 €	50 €	50 €	- €	0%
PTE8 – Promoção da sensibilização	0	- €	- €	- €	- €	
PTE9 – Adequação do quadro normativo	2	545 €	134 €	27 €	- €	0%
TOTAL	44	55 974 €	24 304 €	59 254 €	4 311 €	7%

Constata-se que, em termos globais o investimento retificado é superior ao investimento programado.

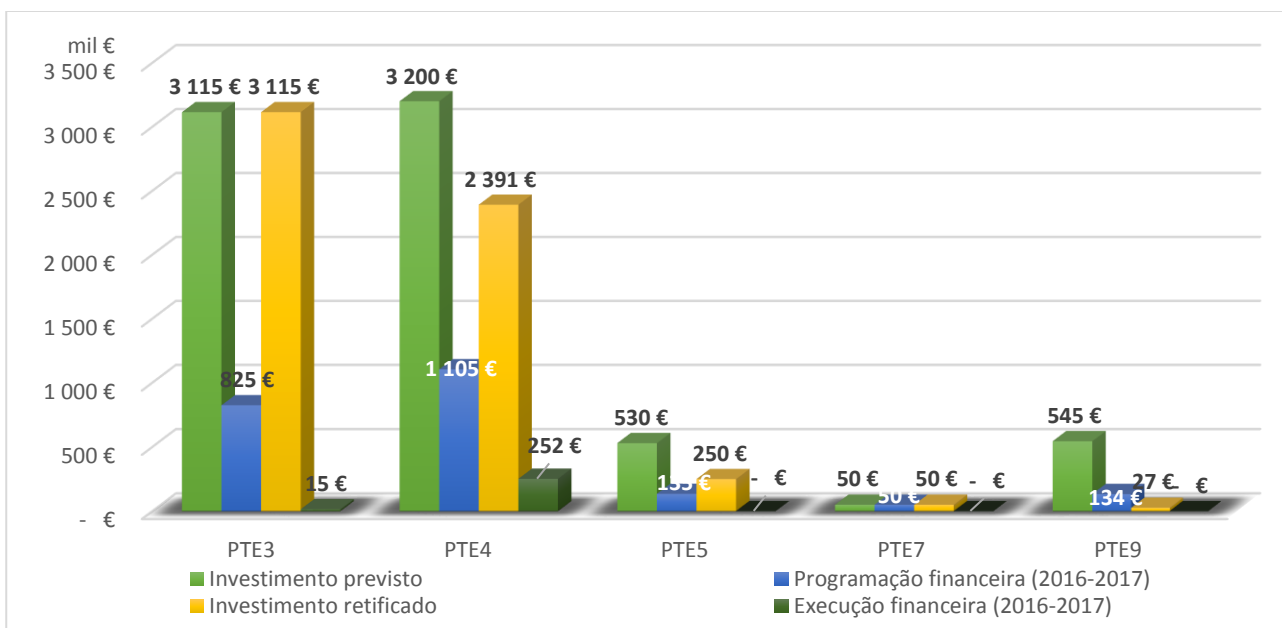
Em termos globais a taxa de execução financeira 2016-2017 face ao total do investimento global ronda os 7%, o que representa um esforço ainda muito considerável financeiro para se conseguir implementar todas as medidas durante este ciclo.

Numa primeira análise parece que esta taxa de execução de 7% difere muito do grau de implementação física das medidas de 33%, no entanto ressalva-se que esta taxa incide no que já foi liquidado nos anos de 2016 e 2017 relativamente ao total que falta executar em termos financeiros enquanto os 33% representa as medidas que já foram concluídas e/ou iniciadas face ao previsto.



PTE1 Redução ou eliminação de cargas poluentes; PTE2 Promoção da sustentabilidade das captações de água; PTE3 Minimização de alterações hidromorfológicas; PTE4 Controlo de espécies exóticas e pragas; PTE5 Minimização de riscos; PTE6 Recuperação de custos dos serviços da água; PTE7 Aumento do conhecimento; PTE8 Promoção da sensibilização; PTE9 Adequação do quadro normativo.

Figura 4.11 – Execução financeira das medidas específicas nos eixos PTE1 e PTE2



PTE1 Redução ou eliminação de cargas poluentes; PTE2 Promoção da sustentabilidade das captações de água; PTE3 Minimização de alterações hidromorfológicas; PTE4 Controlo de espécies exóticas e pragas; PTE5 Minimização de riscos; PTE6 Recuperação de custos dos serviços da água; PTE7 Aumento do conhecimento; PTE8 Promoção da sensibilização; PTE9 Adequação do quadro normativo.

Figura 4.12 – Execução financeira das medidas específicas nos eixos PTE3, PTE4, PTE5, PTE7 e PTE9

Em termos dos eixos o investimento retificado face ao investimento previsto foi, de uma forma geral, bastante semelhante, sendo o eixo PTE1 o que mostra maior diferença, tendo ficado superior.

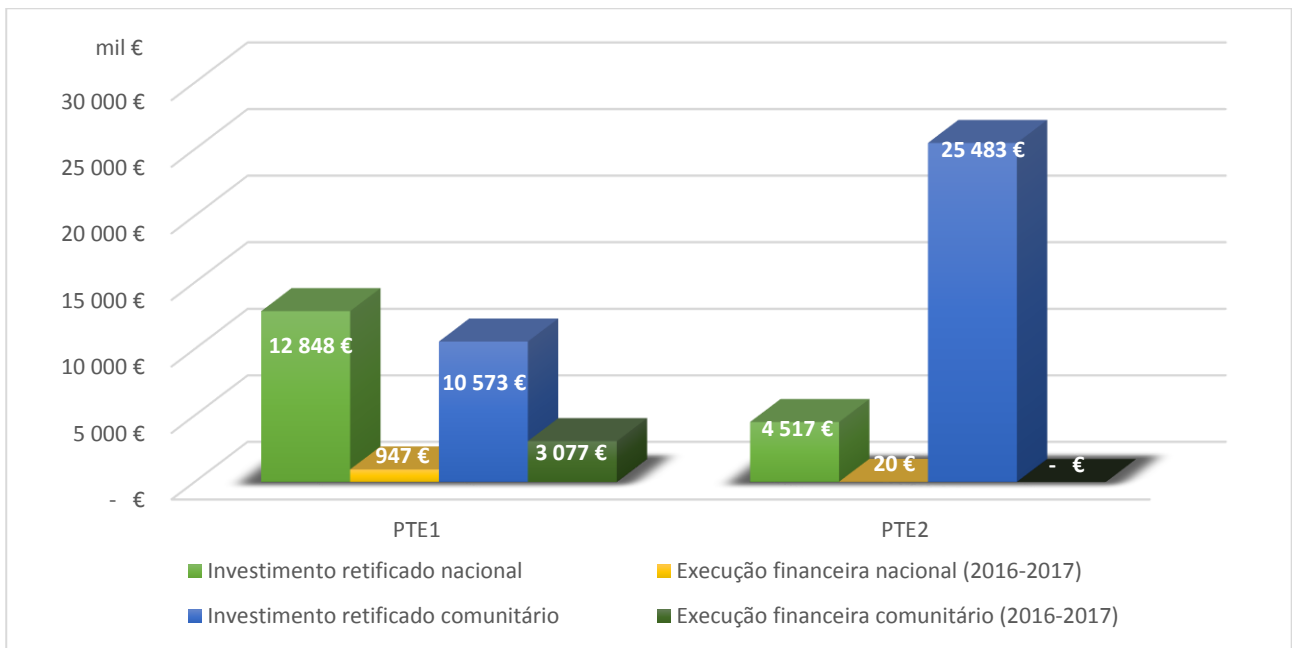
Quanto à execução financeira 2016-2017 face ao total do investimento retificado os eixos com maior taxa de execução são o PTE1 com 17% e o PTE3 com 11%.

De forma a avaliar a repartição dos investimentos previstos e já efetuados pelas diferentes fontes de financiamento entre a componente nacional e comunitária por eixo de medida apresentam-se os resultados no Quadro 4.12 e nas Figura 4.13 e Figura 4.14.

Quadro 4.12 – Desagregação da execução financeira pela componente nacional e componente comunitária

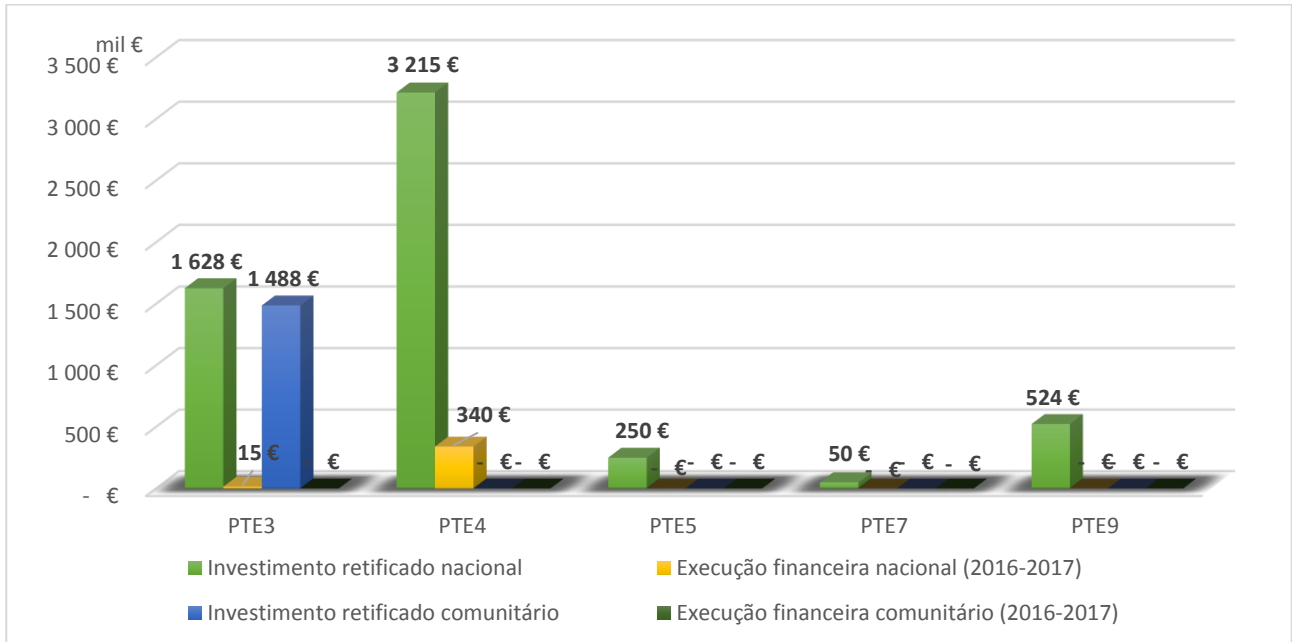
Eixo de Medida	<i>Investimento retificado nacional (mil €)</i>	<i>Investimento retificado comunitário (mil €)</i>	<i>Execução financeira nacional (2016-2017) (mil €)</i>	<i>Execução financeira comunitária (2016-2017) (mil €)</i>
PTE1 – Redução ou eliminação de cargas poluentes	12 848 €	10 573 €	947 €	3 077 €
PTE2 – Promoção da sustentabilidade das captações de água	4 517 €	25 483 €	20 €	- €
PTE3 – Minimização de alterações hidromorfológicas	1 628 €	1 488 €	15 €	- €
PTE4 – Controlo de espécies exóticas e pragas	1 979 €	412 €	241 €	12 €
PTE5 – Minimização de riscos	250 €	- €	- €	- €
PTE6 – Recuperação de custos dos serviços da água	- €	- €	- €	- €
PTE7 – Aumento do conhecimento	50 €	- €	- €	- €
PTE8 – Promoção da sensibilização	- €	- €	- €	- €
PTE9 – Adequação do quadro normativo	7 €	20 €	- €	- €
TOTAL	21 278 €	37 975 €	1 223 €	3 088 €

Constata-se que, em termos globais o investimento comunitário é superior ao investimento nacional com cerca de 64% o que mostra o grande peso dos fundos comunitários na implementação das medidas. Esse paralelismo mantém-se na execução financeira para 2016-2017 com 72% dos custos comunitários face ao total já executado. Em cada componente, a execução foi de cerca de 8% na componente comunitária e cerca de 6% na componente nacional.



PTE1 Redução ou eliminação de cargas poluentes; PTE2 Promoção da sustentabilidade das captações de água; PTE3 Minimização de alterações hidromorfológicas; PTE4 Controlo de espécies exóticas e pragas; PTE5 Minimização de riscos; PTE6 Recuperação de custos dos serviços da água; PTE7 Aumento do conhecimento; PTE8 Promoção da sensibilização; PTE9 Adequação do quadro normativo.

Figura 4.13 – Desagregação da execução financeira pela componente nacional e componente comunitária nos eixos PTE1 e PTE2



PTE1 Redução ou eliminação de cargas poluentes; PTE2 Promoção da sustentabilidade das captações de água; PTE3 Minimização de alterações hidromorfológicas; PTE4 Controlo de espécies exóticas e pragas; PTE5 Minimização de riscos; PTE6 Recuperação de custos dos serviços da água; PTE7 Aumento do conhecimento; PTE8 Promoção da sensibilização; PTE9 Adequação do quadro normativo.

Figura 4.14 – Desagregação da execução financeira pela componente nacional e componente comunitária nos eixos PTE3, PTE4, PTE5, PTE7 e PTE9

As maiores participações comunitárias observam-se nos eixos PTE1 e PTE2 apesar do esforço nacional, no primeiro eixo, ser superior ao comunitário, com cerca de 55% do peso nacional. Existem eixos que apenas tem participação nacional como seja o PTE5 e o PTE7. Em termos de execução financeira em 2016-2017, a componente nacional teve uma taxa de execução maior nos eixos PTE4 com cerca de 12% e no eixo PTE1 com 7% enquanto a componente comunitária teve a maior execução no eixo PTE1 com cerca de 29%.

No Anexo II apresenta-se a tabela da execução financeira (Tabela G) das medidas específicas.

4.1.2.3. Análise de indicadores de monitorização das medidas

A monitorização das medidas foi estabelecida no PGRH, através de indicadores associados a cada medida com uma breve caracterização, que inclui as metas previstas, a periodicidade e as entidades responsáveis pelo cálculo desses indicadores.

A análise que foi realizada baseou-se na informação recolhida junto das entidades responsáveis pelos indicadores das medidas e foi efetuado o cálculo dos resultados dos indicadores.

No caso das medidas específicas, e à semelhança das medidas regionais, o cálculo dos indicadores foi realizado consoante o tipo de indicador que foi selecionado para avaliar a monitorização da medida. No entanto, a maior parte dos indicadores das medidas específicas são iguais à execução física da medida. Nesta fase intercalar de avaliação, e para as medidas que têm mais de um indicador, apenas se realizou o cálculo de um dos indicadores, o mais representativo.

Em termos de uma avaliação agregada por eixo de medida, e uma vez que os indicadores apresentavam métricas diferentes, optou-se por uma análise qualitativa, realizando uma contagem das medidas que já cumpriram em 100%, as que cumpriram em 50% e as que estão abaixo dos 50%.

No Quadro 4.13 e na Figura 4.15 apresentam-se a síntese dos resultados dos indicadores das medidas específicas.

Quadro 4.13 – Grau de implementação dos indicadores das medidas específicas até final de 2017

Eixo de Medida	Total de medidas	Total de indicadores	Resultados	Resultados <50%	Resultados >50%	Resultados 100%
PTE1 – redução ou eliminação de cargas poluentes	26	50	26	23	3	0
PTE2 – Promoção da sustentabilidade das captações de água	1	1	1	1	0	0
PTE3 – Minimização de alterações hidromorfológicas	9	17	9	8	0	1
PTE4 – Controlo de espécies exóticas e pragas	3	6	3	3	0	0
PTE5 – Minimização de riscos	2	4	2	2	0	0
PTE7 – Aumento do conhecimento	1	2	1	1	0	0
PTE8 – Promoção da sensibilização	0	0	0	0	0	0
PTE9 – Adequação do quadro normativo	2	3	2	1	1	0
TOTAL	44	83	44	39	4	1

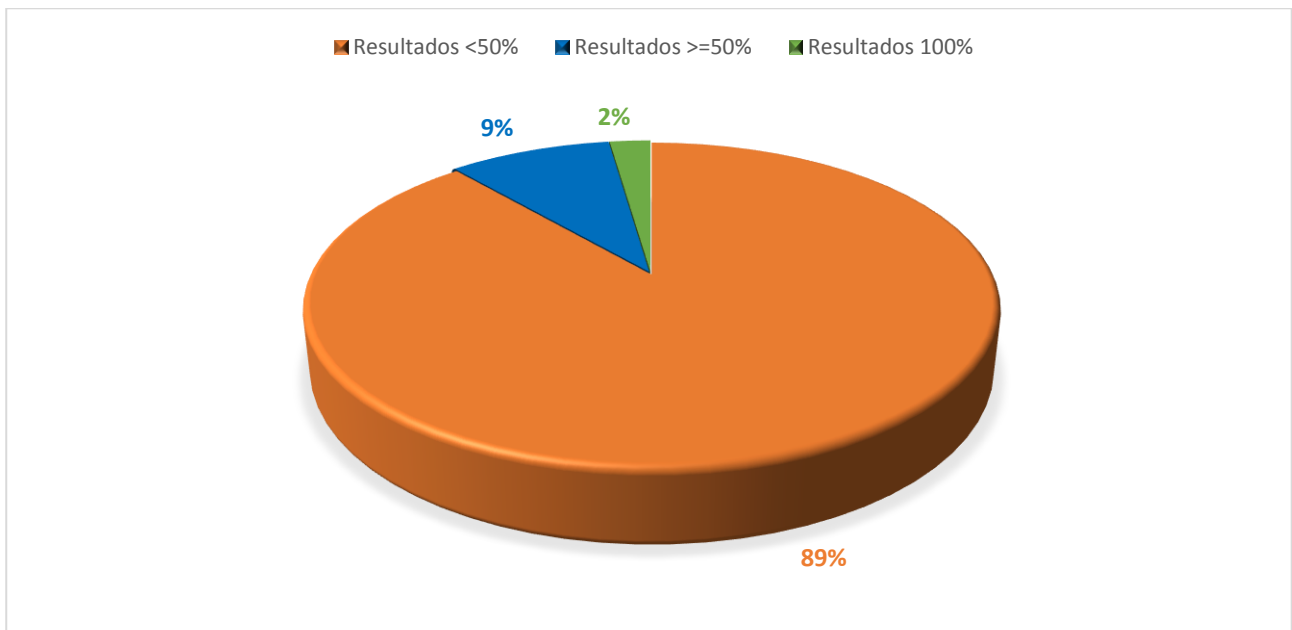


Figura 4.15 – Grau de implementação dos indicadores das medidas específicas em 2016/2017

Num total de 44 resultados verifica-se que 2% das medidas já atingiram os 100%, sendo que muitas destas medidas são de execução em contínuo, e que 89% das medidas ainda estão abaixo dos 50% de realização.

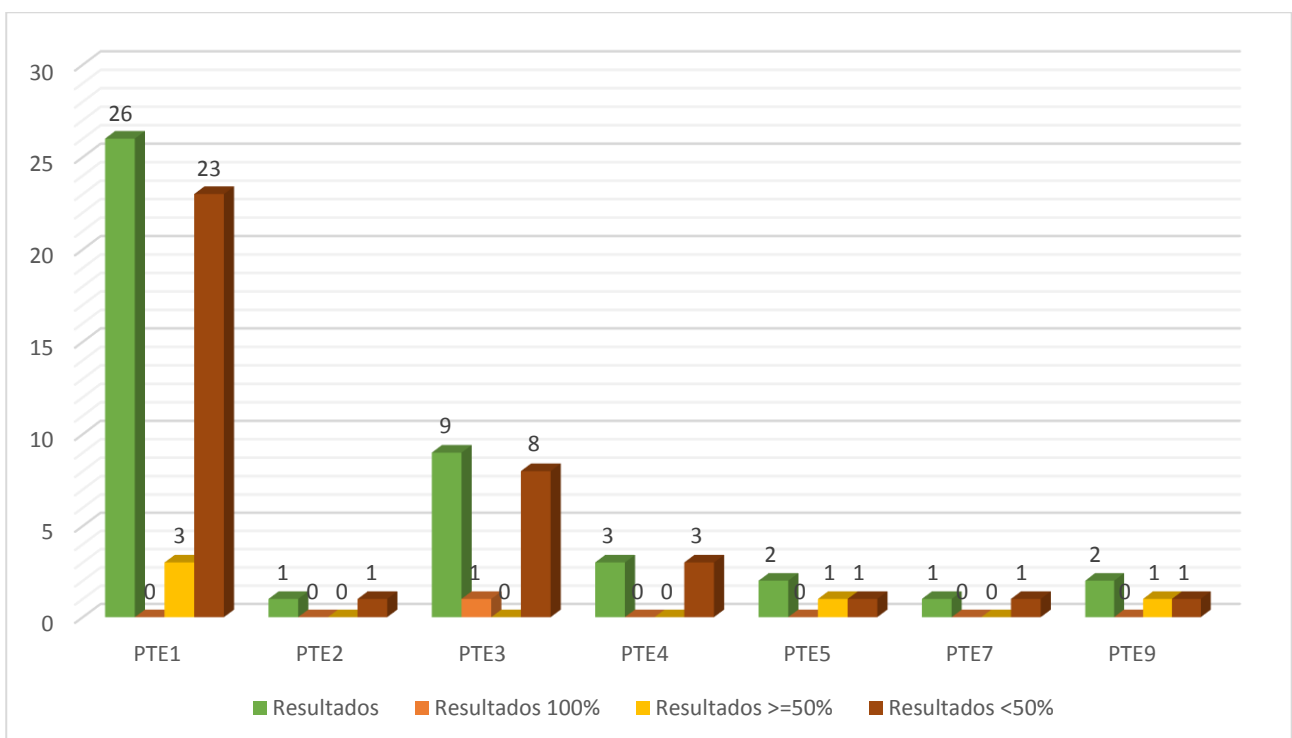


Figura 4.16 – Grau de implementação dos indicadores das medidas específicas por eixo de medida

Neste gráfico verifica-se que o eixo que apresenta maior realização de indicadores a 100% é apenas o PTE3 com 11%, existindo eixos que, nesta fase, não têm ainda resultados de indicadores acima de 50%, como seja, os eixos PTE2, PTE4, PTE5 e PTE7.

No Anexo II apresenta-se a tabela dos indicadores (Tabela H) das medidas específicas.

4.2. Síntese dos desvios da execução das medidas face ao previsto

No reporte à Comissão Europeia os programas de medidas reportados no WISE são os KTM (Key Type Measure) em que foi realizada uma correspondência aos nossos PM (Programa de Medidas). No Quadro 4.14 encontra-se essa correspondência e as respetivas designações, onde os KTM foram traduzidos para português.

Quadro 4.14 – Correspondência entre KTM e PM e respetivas designações

<i>KTM</i>	<i>Designação</i>	<i>PM</i>	<i>Designação</i>
KTM01	Construção ou remodelação de estações de tratamento de águas residuais urbanas	PTE1P01	Construção ou remodelação de estações de tratamento de águas residuais urbanas
KTM02	Reduzir a poluição de nutrientes da agricultura	PTE1P06	Reduzir a poluição de nutrientes provenientes da agricultura, incluindo pecuária
KTM03	Reduzir a poluição de pesticidas da agricultura	PTE1P07	Reduzir a poluição de pesticidas proveniente da agricultura
KTM04	Remediação de locais contaminados (poluição histórica incluindo sedimentos, águas subterrâneas, solo)	PTE1P09	Remediação de áreas contaminadas (poluição histórica)
		PTE1P11	Locais de deposição de resíduos: aterros sanitários
		PTE1P12	Explorações mineiras: medidas de minimização
KTM05	Melhoria da continuidade longitudinal (por exemplo, estabelecimento de passagens para peixes, demolição de barragens antigas)	PTE3P01	Promover a continuidade longitudinal
KTM06	Melhoria das condições hidromorfológicas das massas de água além da continuidade longitudinal	PTE3P02	Melhorar as condições hidromorfológicas das massas de água
KTM07	Melhorias no regime de caudal e/ou estabelecimento de caudais ecológicos	PTE3P03	Implementar regimes de caudais ecológicos
KTM08	Eficiência hídrica, medidas técnicas para irrigação, indústria, energia e residências	PTE2P01	Uso eficiente da água, medidas técnicas para rega, indústria, energia e habitações
KTM09	Medidas de política de preços da água para a implementação da recuperação dos custos dos serviços de água urbanos	PTE6P01	Medidas de política de preços da água para a implementação da recuperação dos custos dos serviços urbanos
KTM10	Medidas de política de preços da água para a implementação da recuperação dos custos dos serviços de água da indústria	PTE6P02	Medidas de política de preços da água para a implementação da recuperação dos custos dos serviços de água da indústria
KTM11	Medidas de política de preços da água para a implementação da recuperação dos custos dos serviços de água da agricultura	PTE6P03	Medidas de política de preços para a implementação da recuperação de custos dos serviços de água da agricultura
KTM12	Serviços de consultoria para agricultura	PTE8P01	Elaboração de guias
		PTE8P02	Sessões de divulgação
KTM13	Medidas de proteção da água potável (por exemplo, estabelecimento de zonas de salvaguarda, zonas tampão etc.)	PTE2P02	Promover a aprovação de perímetros de proteção de captações
		PTE2P03	Proteger as origens de água potável e reduzir o nível de tratamento necessário
KTM14	Pesquisa, melhoria da base de conhecimento reduzindo a incerteza	PTE7P01	Investigação, melhoria da base de conhecimento para reduzir a incerteza
		PTE9P02	Adequar a monitorização
KTM15	Medidas para a eliminação progressiva das emissões, descargas e perdas de substâncias perigosas prioritárias ou para a redução de emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias	PTE1P03	Eliminação progressiva de emissões, descargas e perdas de substâncias perigosas prioritárias
		PTE1P04	Redução das emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias
		PTE5P05	Prevenção de acidentes poluição
KTM16	Remodelações ou melhorias de estações de tratamento de águas residuais industriais (incluindo explorações agrícolas).	PTE1P02	Remodelação ou melhorias das estações de tratamento de águas residuais

<i>KTM</i>	<i>Designação</i>	<i>PM</i>	<i>Designação</i>
			industriais (incluindo as explorações agrícolas)
KTM17	Medidas para reduzir os sedimentos da erosão do solo e escoamento superficial	PTE5P04	Reduzir os sedimentos provenientes da erosão do solo (incluindo floresta)
KTM18	Medidas para prevenir ou controlar os impactos adversos de espécies exóticas invasoras e doenças introduzidas	PTE4P01	Prevenir ou controlar os impactos negativos das espécies exóticas invasoras e introdução de pragas
KTM19	Medidas para prevenir ou controlar os impactos adversos da recreação, incluindo a pesca		
KTM20	Medidas para prevenir ou controlar os impactos adversos da pesca e outra exploração/remoção de animais e plantas	PTE1P13	Áreas Aquícolas: medidas de minimização
		PTE4P02	Prevenir ou controlar os impactos negativos da pesca e outras formas de exploração / remoção de animais e plantas
KTM21	Medidas para prevenir ou controlar a entrada de poluição das áreas urbanas, transporte e infraestruturas construídas	PTE1P10	Prevenir e/ou controlar a entrada de poluição proveniente de áreas urbanas, transportes e infraestruturas
		PTE1P14	Drenagem urbana: regulamentação e/ou códigos de conduta para o uso e descarga em áreas urbanizadas
		PTE1P15	Eliminar ou reduzir águas residuais não ligadas à rede de drenagem
KTM22	Medidas para prevenir ou controlar a entrada de poluição da silvicultura	PTE1P08	Reduzir a poluição proveniente da atividade florestal
KTM23	Medidas naturais de retenção de água	PTE5P01	Minimizar riscos de inundação (nomeadamente medidas naturais de retenção de água)
KTM24	Adaptação à mudança climática	PTE5P02	Adaptação às mudanças climáticas
		PTE5P06	Medidas para combater a erosão costeira
KTM25	Medidas para combater a acidificação	PTE5P03	Medidas para combater a acidificação
KTM99	Outra KTM reportada no PM	PTE1P05	Definição de condicionantes aplicar no licenciamento
		PTE2P04	Condicionantes aplicar no licenciamento
		PTE2P05	Controlar a recarga das águas subterrâneas
		PTE3P04	Condicionantes aplicar no licenciamento
		PTE9P01	Promover a fiscalização
		PTE9P03	Revisão legislativa
		PTE9P04	Articular com objetivos das Diretivas Habitats e Aves
		PTE9P05	Articular com objetivos da DQEM
		PTE9P06	Gestão das bacias internacionais
PTE9P07	Articular com políticas setoriais		

4.2.1. Medidas regionais

Com base na análise efetuada anteriormente, apresenta-se no Quadro 4.15 e na Figura 4.17 o desvio da execução física e financeira das medidas regionais por programa de medidas e respetivo KTM.

Quadro 4.15 – Desvio da execução física e financeira das medidas regionais por Programa de Medidas e respetivo KTM

EIXO Código	PROGRAMA DE MEDIDAS Código	KTM	<i>Desvio da execução física</i> (%)	<i>Desvio da execução financeira</i> (%)
PTE1	PTE1P01	KTM01		
	PTE1P02	KTM16	9%	
	PTE1P03	KTM15	18%	
	PTE1P04	KTM15	-17%	
	PTE1P05	KTM99	37%	
	PTE1P06	KTM02	2%	
	PTE1P07	KTM03	-33%	
	PTE1P08	KTM22		
	PTE1P09	KTM04		
	PTE1P10	KTM21	-33%	
	PTE1P11	KTM04		
	PTE1P12	KTM04		
	PTE1P13	KTM20	-30%	
	PTE1P14	KTM21	-45%	
	PTE1P15	KTM21		
PTE2	PTE2P01	KTM08	-7%	
	PTE2P02	KTM13		
	PTE2P03	KTM13	-35%	
	PTE2P04	KTM99	0%	
	PTE2P05	KTM99	53%	65%
PTE3	PTE3P01	KTM05		
	PTE3P02	KTM06	-12%	-7%
	PTE3P03	KTM07		
	PTE3P04	KTM99		
PTE4	PTE4P01	KTM18		
	PTE4P02	KTM20	-40%	
PTE5	PTE5P01	KTM23	0%	
	PTE5P02	KTM24	67%	
	PTE5P03	KTM25		
	PTE5P04	KTM17	-40%	
	PTE5P05	KTM15	13%	-58%
	PTE5P06	KTM24	-17%	
PTE6	PTE6P01	KTM09		
	PTE6P02	KTM10		
	PTE6P03	KTM11	32%	
PTE7	PTE7P01	KTM14	-22%	<-100%
PTE8	PTE8P01	KTM12	-20%	
	PTE8P02	KTM12	4%	<-100%
PTE9	PTE9P01	KTM99	13%	
	PTE9P02	KTM14	73%	<-100%
	PTE9P03	KTM99	50%	
	PTE9P04	KTM99	0%	
	PTE9P05	KTM99	-40%	
	PTE9P06	KTM99	80%	
	PTE9P07	KTM99	-34%	

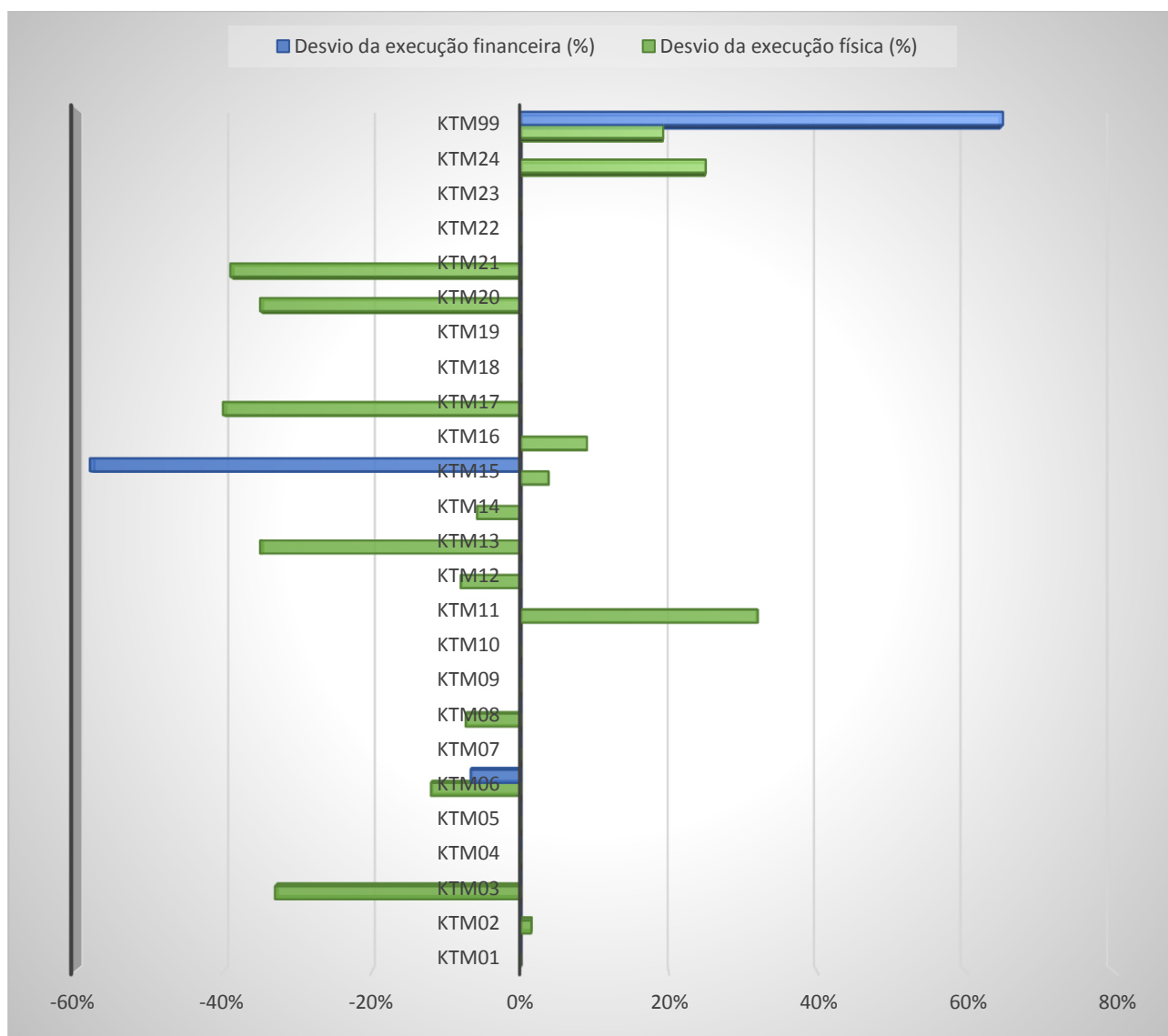


Figura 4.17 – Desvio da execução física e financeira das medidas regionais em 2016/2017

Pela análise da Figura 4.17 conclui-se que os KTM que apresentam maior desvio negativo da execução física são os KTM21, KTM20, KTM17, KTM13 e o KTM03 enquanto em termos de desvio positivo são os KTM11, KTM24 e KTM99.

Em relação ao maior desvio negativo da execução financeira são os KTM15, KTM12 (<-100%) e KTM14 (<-100%), enquanto em termos de desvio positivo é o KTM99.

4.2.1. Medidas específicas

Com base na análise efetuada anteriormente apresenta-se no Quadro 4.16 e na Figura 4.18 o desvio da execução física e financeira das medidas específicas por programa de medidas e respetivo KTM.

Quadro 4.16 – Desvio da execução física e financeira das medidas específicas por Programa de Medidas e respetivo KTM

EIXO Código	PROGRAMA DE MEDIDAS Código	KTM	<i>Desvio da execução física (%)</i>	<i>Desvio da execução financeira (%)</i>
PTE1	PTE1P01	KTM01	-82%	<-100%
	PTE1P02	KTM16	-25%	-100%
	PTE1P03	KTM15		
	PTE1P04	KTM15		
	PTE1P05	KTM99		
	PTE1P06	KTM02	-30%	-47%
	PTE1P07	KTM03		
	PTE1P08	KTM22		
	PTE1P09	KTM04		
	PTE1P10	KTM21		
	PTE1P11	KTM04		
	PTE1P12	KTM04	-20%	-95%
	PTE1P13	KTM20		
	PTE1P14	KTM21		
	PTE1P15	KTM21		
PTE2	PTE2P01	KTM08	-38%	-100%
	PTE2P02	KTM13		
	PTE2P03	KTM13		
	PTE2P04	KTM99		
	PTE2P05	KTM99		
PTE3	PTE3P01	KTM05	0%	0%
	PTE3P02	KTM06	-30%	
	PTE3P03	KTM07	-45%	-100%
	PTE3P04	KTM99		
PTE4	PTE4P01	KTM18	-14%	-28%
	PTE4P02	KTM20		
PTE5	PTE5P01	KTM23		
	PTE5P02	KTM24		
	PTE5P03	KTM25		
	PTE5P04	KTM17	-25%	-50%
	PTE5P05	KTM15		
	PTE5P06	KTM24	-32%	0%
PTE6	PTE6P01	KTM09		
	PTE6P02	KTM10		
	PTE6P03	KTM11		
PTE7	PTE7P01	KTM14	-95%	-100%
PTE8	PTE8P01	KTM12		
	PTE8P02	KTM12		
PTE9	PTE9P01	KTM99		
	PTE9P02	KTM14	2%	-3%
	PTE9P03	KTM99		
	PTE9P04	KTM99		
	PTE9P05	KTM99		
	PTE9P06	KTM99		
	PTE9P07	KTM99		

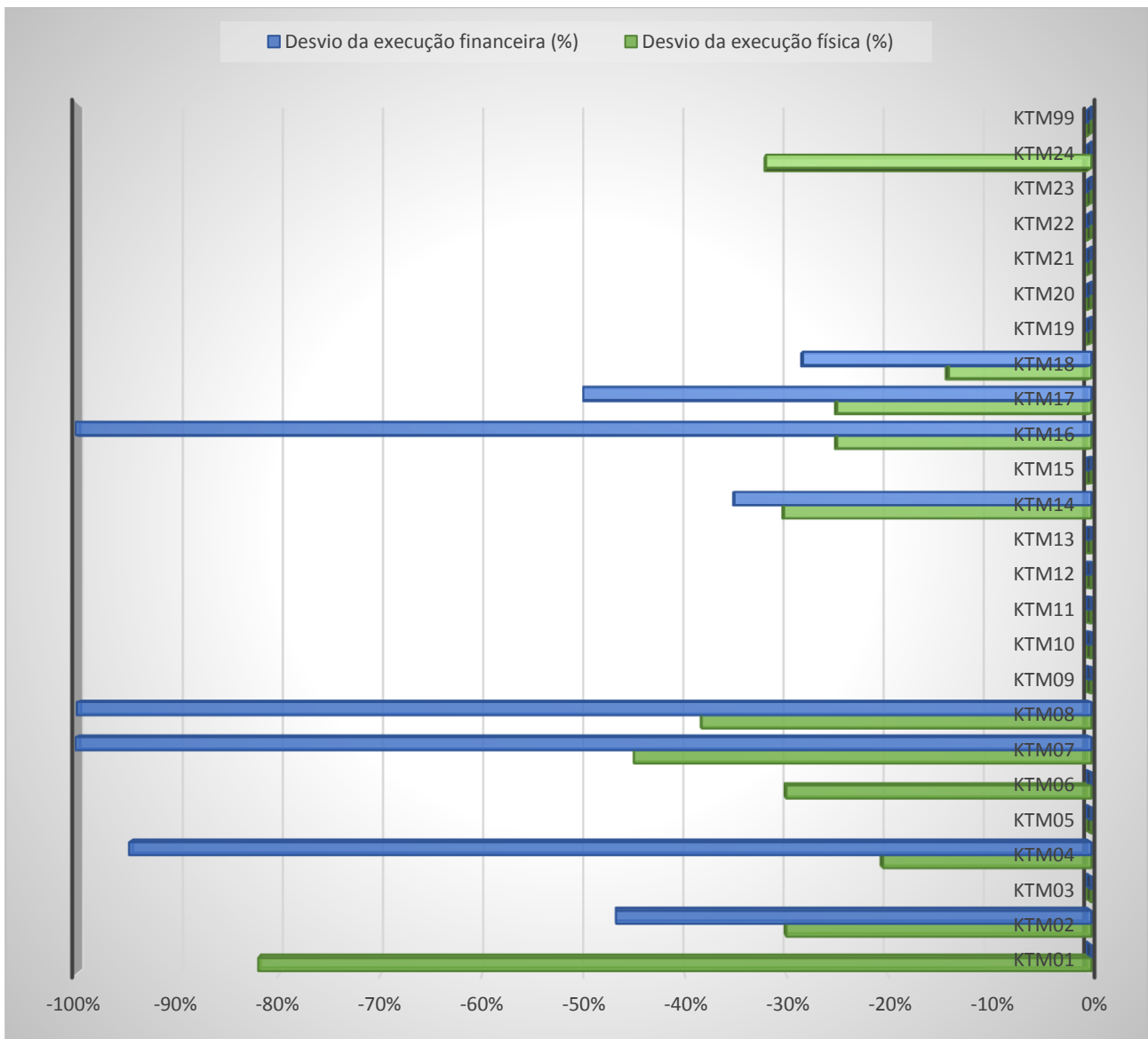


Figura 4.18 – Desvio da execução física e financeira das medidas específicas em 2016/2017

Pela análise da Figura 4.18 conclui-se que os KTM que apresentam maior desvio negativo da execução física são o KTM01, KTM02, KTM06, KTM07, KTM08, KTM14 e o KTM24, enquanto em termos de desvio positivo não existe nenhum KTM.

Em relação ao maior desvio negativo da execução financeira são os KTM16, KTM08, KTM07, KTM04 e KTM01 (<-100%) enquanto em termos de desvio positivo não existe nenhum KTM.

4.3. Novas medidas e medidas eliminadas

O programa de medidas do 2.º ciclo dos PGRH pode sofrer alterações ao longo de ciclo por diversas razões. Se por um lado podem estar previstas medidas que acabam por não ser implementadas devido a serem definidas outras soluções mais eficientes e apropriadas ou por agregação a outras medidas existentes, por outro podem aparecer novas medidas que não estavam programadas para dar resposta a novos acontecimentos não previstos.

Assim, no Quadro 4.17 apresentam-se as medidas que foram eliminadas ou agregadas a outras medidas do PGRH e a respetiva justificação.

Quadro 4.17 – Medidas eliminadas ou agregadas

<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Tipo de medida</i>	<i>Âmbito da medida</i>	<i>Justificação</i>
PTE1P04M02_SUP_RH	Rever os TURH das ETAR urbanas não PRTR que descarregam substâncias prioritárias tendo em conta as unidades industriais ligadas à rede de drenagem das águas residuais urbanas	Medida de base	Medida regional	Agregação com a medida PTE1P03M01_SUP_RH - Rever os TURH das ETAR urbanas não PRTR que descarregam substâncias perigosas prioritárias tendo em conta as unidades industriais ligadas à rede de drenagem das águas residuais urbanas
PTE7P01M08_RH	Criar um sistema de informação de apoio à gestão económica da água	Medida suplementar	Medida regional	Agregação com a medida PTE7P01M09_RH - Plataforma de Gestão do PGRH
PTE1P06M05_RH	Adotar modos de produção sustentáveis	Medida suplementar	Medida regional	Não houve candidaturas nestas ações do PDR2020 e não se prevê que haja mais avisos até ao final deste quadro comunitário
PTE1P06M06_RH	Adotar sistemas de produção tradicionais/extensivos	Medida suplementar	Medida regional	Não houve candidaturas nestas ações do PDR2020 e não se prevê que haja mais avisos até ao final deste quadro comunitário
PTE5P04M01_RH	Promover a conservação do solo	Medida suplementar	Medida regional	Não houve candidaturas nestas ações do PDR2020 para esta região
PTE7P01M07_RH	Avaliar a possibilidade de criação de um Mercado de Licenças	Medida suplementar	Medida regional	Está como Não executada porque houve uma alteração de estratégia relativamente a este assunto.

No Quadro 4.18 apresentam-se as novas medidas com atribuição de um código novo e a sua caracterização em termos de entidade responsável, programação física e investimento associado.

Quadro 4.18 – Medidas novas

<i>Novo Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Entidade responsável</i>	<i>Programação física</i>	<i>Investimento (mil €)</i>	<i>Justificação</i>
PTE1P01M22_SUP_RH7	Sistema de Saneamento de Águas Residuais de João Serra	MUNICÍPIO DE MÉRTOLA	2016-2017	368, 89	Melhoria e aumento do acesso das populações de João Serra a serviços de SAR de elevada qualidade, simultaneamente reduzindo os níveis de poluição das massas de água. Construção de um sistema de drenagem e tratamento de águas residuais domésticas de raiz, incluindo rede, sistemas elevatórios e ETAR, para servir as populações locais.
PTE1P01M23_SUP_RH7	Sistema de Saneamento de Águas Residuais de Alcaria Longa	MUNICÍPIO DE MÉRTOLA	2016-2018	520, 67	Melhoria e aumento do acesso das populações de Alcaria Longa a serviços de SAR de elevada qualidade, simultaneamente reduzindo os níveis de poluição das massas de água. Construção de um sistema de drenagem e tratamento de águas residuais domésticas de raiz, incluindo rede, sistemas elevatórios e ETAR, para servir as populações locais.
PTE1P01M24_SUP_RH7	Construção de estação elevatória e emissário na zona velha de terena	MUNICÍPIO DE ALANDROAL	2017-2018	70, 00	Construção de uma estação elevatória com ligação à ETAR sob a gestão da entidade em alta, contribuindo a operação para o “fecho de sistemas de abastecimento de saneamento em baixa”.
PTE1P01M25_SUP_RH7	Conclusão do Sistema de Saneamento em Baixa de Hortinhas	MUNICÍPIO DE ALANDROAL	2017	117, 07	Trata-se de uma operação que têm como objetivo primordial a melhoria da operacionalidade do Sistema em baixa, prevendo a construção de uma nova rede de drenagem a ligar ao sistema de tratamento existente.
PTE1P01M26_SUP_RH7	Sistema de Saneamento de Águas Residuais de Montes Altos	MUNICÍPIO DE MÉRTOLA	2016-2018	528, 47	Melhoria e aumento do acesso das populações de Montes Altos a serviços de SAR de elevada qualidade, simultaneamente reduzindo os níveis de poluição das massas de água. Construção de um sistema de drenagem e tratamento de águas residuais domésticas de raiz, incluindo rede, sistemas elevatórios e ETAR, para servir as populações locais.
PTE1P01M27_SUP_RH7	Sistema de Saneamento de Águas Residuais de Picoitos	MUNICÍPIO DE MÉRTOLA	2018-2019	887, 97	Melhoria e aumento do acesso das populações de Picoitos a serviços de SAR de elevada qualidade, simultaneamente reduzindo os níveis de poluição das massas de água. Construção de um sistema de drenagem e tratamento de águas residuais domésticas de raiz, incluindo rede, sistemas elevatórios e ETAR, para servir as populações locais.
PTE4P01M04_SUP_RH7	Plano de Ação do Saramugo	INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P.	2018-2020	500, 00	Execução de ações no âmbito de quatro objetivos gerais do Plano de Ação do Saramugo através de ações de recuperação e conservação do habitat do saramugo, monitorização da situação populacional da espécie e capacitação das instalações de reprodução ex-situ. Incorpora ainda a produção de material de apoio às ações de sensibilização que o ICNF desenvolve neste território.

<i>Novo Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Entidade responsável</i>	<i>Programação física</i>	<i>Investimento (mil €)</i>	<i>Justificação</i>
PTE1P01M28_SUP_RH7	Estação de Tratamento de Águas Residuais de Montes do Rio	MUNICÍPIO DE ALCOUTIM	2018-2019	198, 54	Construção da ETAR de Montes do Rio e respetiva fiscalização/coordenação de segurança. A infraestrutura servirá as populações de Laranjeiras, Montinho Laranjeiras, Guerreiros do Rio, Álamo e Corte das Donas, território de baixa densidade, que já possuem redes de drenagem, colmatando-se a falta de infraestrutura de tratamento das AR e contribuindo-se para minimizar a poluição dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos.

5. BALANÇO DA AVALIAÇÃO INTERCALAR DAS MEDIDAS DO 2.º CICLO DE PLANEAMENTO

5.1. Análise da execução das medidas por massa de água

As medidas regionais aplicam-se a todas as massas de água da região hidrográfica, com as devidas adaptações face às medidas que estejam em causa. No Quadro 5.1 ilustram-se o número de medidas definidas para cada eixo, as que foram iniciadas e/ou concluídas até 2017 e a percentagem de massas de água com estado inferior a Bom que são abrangidas, que no caso das medidas regionais se aplicam a todas as massas de água. Uma vez que o número total de massas de água nesta região são 158 superficiais e 8 subterrâneas, considerou-se um total de 276 massas de água para todos os eixos exceto os eixos PTE3 e PTE4 que apenas incidem nas massas de água superficiais.

Quadro 5.1 – Número de massas de água e respetivo estado global abrangidas por medidas regionais

Eixo de Medida	N.º de medidas	Medidas concluídas e/ou em execução	MA abrangidas	MA Inferior a Bom (2.º ciclo)
PTE1 – Redução ou eliminação de cargas poluentes	20	16	276	58%
PTE2 – Promoção da sustentabilidade das captações de água	8	6	276	58%
PTE3 – Minimização de alterações hidromorfológicas	3	3	268	59%
PTE4 – Controlo de espécies exóticas e pragas	1	0	268	59%
PTE5 – Minimização de riscos	8	5	276	58%
PTE6 – Recuperação de custos dos serviços da água	2	1	276	58%
PTE7 – Aumento do conhecimento	10	6	276	58%
PTE8 – Promoção da sensibilização	2	1	276	58%
PTE9 – Adequação do quadro normativo	9	7	276	58%
TOTAL	63	45	276	58%

A relação entre as massas de água e as medidas específicas será mais evidente até porque se destinam às pressões significativas identificadas para cada uma das massas de água.

Assim, para cada medida e com base no número de massas de água abrangidas por essa medida, verificou-se qual a percentagem dessas massas de água com estado Inferior a Bom e qual a taxa de execução dessa medida.

Por outro lado e para cada massa de água, tendo por base o seu estado ecológico e químico, nas águas superficiais, ou o seu estado químico e quantitativo, nas águas subterrâneas, verificou-se quantas medidas específicas existem para aquela massa de água, quantas estão concluídas e a sua taxa de execução.

No Quadro 5.2 e na Figura 5.1 apresentam-se os resultados obtidos quanto à relação entre medidas concluídas e/ou execução e as massas de água abrangidas.

Quadro 5.2 – Número de massas de água e respetivo estado global abrangidas por medidas específicas

Eixo de Medida	N.º de medidas	Medidas concluídas e/ou em execução	MA abrangidas	MA Inferior a Bom (2.º ciclo)
PTE1 – Redução ou eliminação de cargas poluentes	26	6	35	62%
PTE2 – Promoção da sustentabilidade das captações de água	1	1	1	100%
PTE3 – Minimização de alterações hidromorfológicas	9	1	11	56%
PTE4 – Controlo de espécies exóticas e pragas	3	3	14	61%
PTE5 – Minimização de riscos	2	0	4	50%
PTE6 – Recuperação de custos dos serviços da água	0	0	0	

Eixo de Medida	N.º de medidas	Medidas concluídas e/ou em execução	MA abrangidas	MA Inferior a Bom (2.º ciclo)
PTE7 – Aumento do conhecimento	1	1	47	98%
PTE8 – Promoção da sensibilização	0	0	0	
PTE9 – Adequação do quadro normativo	2	1	19	89%
TOTAL	44	13	131	63%

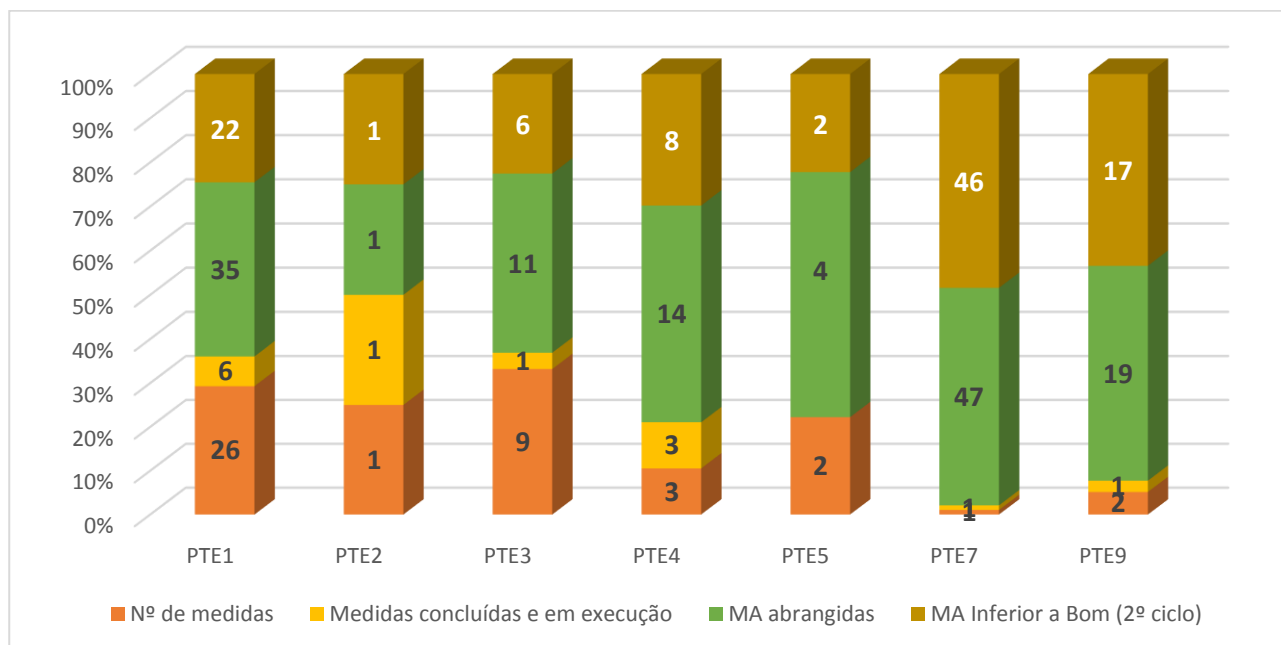


Figura 5.1 – Número de massas de água e respetivo estado global por eixo de medida

Constata-se que não são os eixos com maior número de medidas que abrangem um maior número de massas de água. Isto deve-se ao facto de determinadas medidas serem mais abrangentes na sua atuação, como é o caso das medidas do eixo PTE7. No eixo PTE1 é onde existem mais medidas e também um maior número de concluídas e/ou execução.

No Quadro 5.3 e na Figura 5.2 apresentam-se a síntese da análise das massas de água superficiais e respetivas medidas específicas.

Quadro 5.3 – Número de massas de água superficiais por objetivo ambiental e respetivas medidas com a sua taxa de execução

Objetivo ambiental	Total de MA	N.º medidas existentes	N.º de medidas concluídas	Execução das medidas (%)
2015	103	18	1	6%
2016-2021	89	154	0	0%
2022-2027	70	123	0	0%
TOTAL	262	295	1	0%

Nesta análise há que considerar que muitas das medidas específicas abrangem várias massas de água pelo que total de medidas aqui apresentado é uma replicação do número de medidas desta região que são um total de 44. Em termos do número de massas de água aqui não estão contabilizadas as massas de água artificiais.

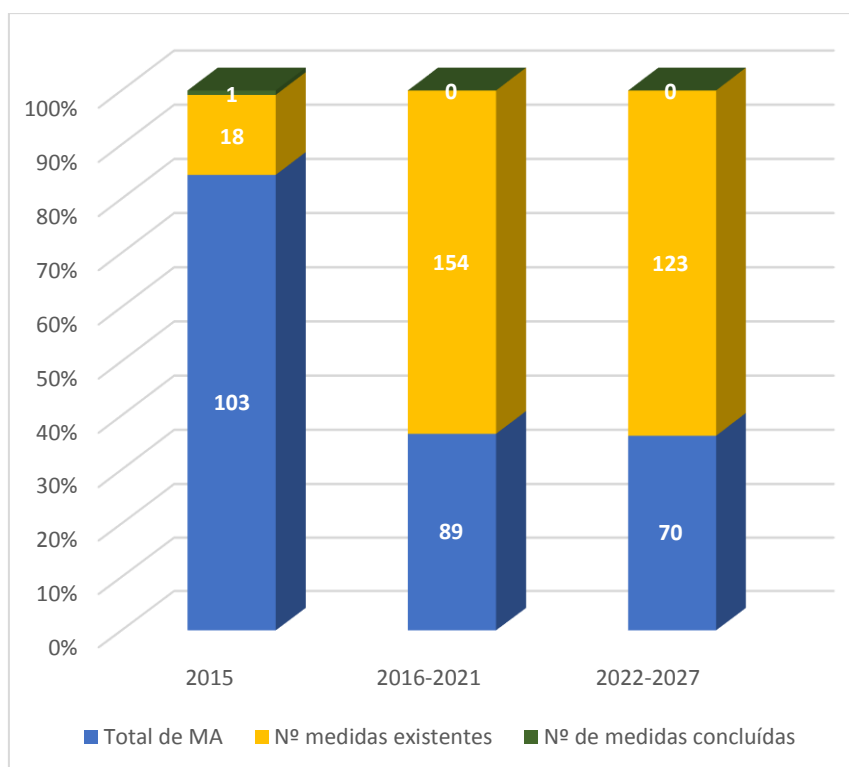


Figura 5.2 – Número de massas de água superficiais por objetivo ambiental e respectivas medidas

O maior número de medidas abrangem as massas de água superficiais com objetivo ambiental 2016-2021, sendo semelhante para as massas de água com objetivo ambiental 2022-2027, existindo também medidas que abrangem as massas de água superficiais com objetivo ambiental 2015 para manutenção do Bom estado.

No Quadro 5.4 apresentam-se a síntese da análise das massas de água subterrâneas e respectivas medidas específicas.

Quadro 5.4 – Número de massas de água subterrâneas por objetivo ambiental e respectivas medidas com a sua taxa de execução

Objetivo ambiental	Total de MA	N.º medidas existentes	N.º de medidas concluídas	Execução das medidas (%)
2015	6	22	1	5%
2016-2021	1	2	1	50%
2022-2027	1	2	1	50%
TOTAL	8	26	3	12%

O maior número de medidas abrange as massas de água subterrâneas com objetivo ambiental 2015 para manutenção do Bom estado. Para o caso das massas de água subterrânea existem duas medidas para cada objetivo ambiental para 2022-2027, com uma execução de 50%.

No Anexo III apresenta-se a tabela das massas de água superficiais e subterrâneas abrangidas por medidas específicas (Tabela I), a execução das medidas específicas por massa de água superficial (Tabela J) e por massa de água subterrânea (Tabela K).

5.2. Análise custo-eficácia das medidas

A construção do programa de medidas teve em consideração a avaliação económica das medidas potenciais, a caracterização socioeconómica dos agentes envolvidos e o contributo adequado dos diversos sectores económicos de acordo com o princípio do poluidor pagador e do utilizador pagador.

Na análise económica das medidas devem ser considerados os seguintes aspetos:

- Os custos financeiros diretos da implementação da medida bem como os respetivos custos indiretos;
- As questões de equidade na distribuição dos custos não devem servir de critério de eliminação de qualquer medida que se revele mais adequada do ponto de vista da avaliação custo-eficácia;
- Os instrumentos de apoio à implementação das medidas e a perspetiva da sua exequibilidade;
- A distribuição pelos agentes económicos dos custos relativos à implementação das medidas;
- A distribuição de custos, a responsabilidade de cada agente para o não cumprimento dos objetivos ambientais pré-estabelecidos;
- O impacto dos custos das medidas a implementar ao nível de recuperação dos serviços da água.

Estes aspetos, embora fundamentais, são extremamente complexos de determinar e o seu balanço será realizado no final do ciclo de planeamento.

Acresce que a hierarquização das medidas deve ser realizada com base na relação custo/eficácia. Na elaboração do PGRH em vigor esta análise não foi realizada, ficando então o compromisso que a mesma seria apresentada durante avaliação intercalar do Programa de Medidas.

A análise custo-eficácia (ACE) é um instrumento que deve contribuir na identificação e seleção de projetos/ações alternativos (quantificados em termos físicos) para um determinado nível de resultados esperados (objetivos), otimizando os investimentos e custos necessários. Permite a seleção de uma combinação de medidas que consiga, através do menor custo, atingir os objetivos propostos. A eficácia de uma medida é estimada segundo o impacto de redução que a mesma origina sobre os objetivos ambientais, ou seja a distância entre a situação existente e a desejada, igualmente conhecida como “gap analysis”.

A valorização da eficácia de cada medida está assim intimamente relacionada com a finalidade da mesma, distinguindo-se para este efeito as medidas corretivas destinadas a alterar o estado das massas de água e as medidas preventivas destinadas às restantes finalidades, por exemplo, monitorização, fiscalização, licenciamento, sensibilização e informação.

Os aspetos a considerar numa análise de custo eficácia são:

- Custos financeiros de investimento;
- Custos financeiros de operação e manutenção;
- Custos económicos (se aplicável);
- Outros custos relevantes para a implementação da medida;
- Eficácia na redução de pressões.

O ACE é um instrumento obrigatório para a análise de medidas suplementares, e adicionais, que não estejam já previstas para o cumprimento de objetivos ambientais, uma vez que as medidas de base têm caráter obrigatório (exceto nos casos em que a legislação aplicável permita alguma flexibilidade nas soluções a adotar).

As medidas que constam no programa do PGRH foram selecionadas tendo por base a avaliação da sua exequibilidade técnica, e sujeitas a um procedimento de triagem que permitiu identificar as medidas com maior potencial de resolução dos problemas verificados na massa de água. O programa de medidas envolve todas as entidades responsáveis na região pela implementação das medidas, que possam garantir uma evolução positiva do estado das massas de água.

A ACE, de forma a cumprir os seus objetivos, teve em consideração os seguintes passos:

- Identificação das massas de água com estado inferior a bom em 2015;
- Identificação dos parâmetros responsáveis pelo estado inferior a Bom;
- Quantificação do desvio entre estado atual e o bom estado (*GAP analysis*);
- Identificação de medidas técnicas específicas com maior potencial de resolução;
- Avaliação das medidas em termos de eficácia na redução de pressões;
- Quantificação e avaliação dos custos das medidas;
- Elaboração de um ranking das medidas, associado ao custo-eficácia.

Nesta fase em que nem todas as medidas foram iniciadas procurou-se integrar critérios de custo-eficácia na avaliação dos programas de medidas e na identificação de medidas prioritárias, estabelecendo-se combinações de medidas com a melhor relação custo-eficácia, tendo em conta a sua viabilidade técnica e financeira.

Para esta análise, foram definidas prioridades em termos temporais tendo em conta os seguintes aspetos:

- Eficácia de cada medida – representado através do Índice de Prioridade de Implementação (IPI), cuja definição se apresenta no Quadro 5.5;
- Interdependência entre medidas/ações;
- Custos financeiros de investimento;
- Potenciais fontes de financiamento.

O referido Índice de Prioridade de Implementação (IPI) está associado à eficácia e pertinência de cada medida e serve de suporte à análise custo-eficácia. O cálculo deste índice baseou-se na classificação de cada medida segundo uma série de parâmetros e respetivas escalas (Quadro 5.5).

Quadro 5.5 – Parâmetros considerados no Índice de Prioridade de Implementação (IPI)

Parâmetro	Descrição e escala
P1 - Tipologia de medidas e relação com o estado da massa de água	<p>Considerando as tipologias de medidas definidas, base e suplementares, as massas de água associadas a cada medida bem como a distinção entre medidas regionais (de abrangência a toda a bacia) e específicas foram atribuídos pesos de 1 a 5 repartidos da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Medidas de Base específicas a implementar em massas de água com Estado inferior a Bom – Pontuação 5 • Medidas de Base específicas a implementar em massa de água com Estado Bom ou Superior – Pontuação 4 • Medidas de Base regionais a implementar em todas as massas de água – Pontuação 4 • Medidas Suplementares específicas a implementar em massas de água com Estado inferior a Bom – Pontuação 3 • Medidas Suplementares regionais a implementar em todas as massas de água – Pontuação 2 • Medidas Suplementares específicas a implementar em massa de água com Estado Bom ou Superior - Pontuação 1

Parâmetro	Descrição e escala																																																				
P2 – Zonas protegidas associadas à massas de água	<p>Existência de regimes de proteção associados às massas de água abrangidas pela medida (numa escala de:1 a 3)</p> <p>Pontuação 1 – massa de água que não está associada a zona protegida;</p> <p>Pontuação 2 – massa de água associada a zona protegida, exceto zonas protegidas para abastecimento público, zonas vulneráveis ou zonas sensíveis;</p> <p>Pontuação 3 – massa de água associada a zona protegida para abastecimento público, zona vulnerável ou zona sensível.</p>																																																				
P3 -Distância ao objetivo ambiental	<p>No caso de medidas diretamente associadas ao cumprimento de objetivos ambientais de massas de água, avaliar a distância do Estado atual para o Estado a atingir. É atribuída uma valorização de acordo com as tabelas seguintes.</p> <p>Massas de água superficiais</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Estado atual</th> <th colspan="5">Estado atingir</th> </tr> <tr> <th>Mau</th> <th>Medíocre</th> <th>Razoável</th> <th>Bom</th> <th>Excelente</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <th>Mau</th> <td>0</td> <td>4</td> <td>8</td> <td>10</td> <td>10,5</td> </tr> <tr> <th>Medíocre</th> <td></td> <td>0</td> <td>4</td> <td>6</td> <td>6,5</td> </tr> <tr> <th>Razoável</th> <td></td> <td></td> <td>0</td> <td>4</td> <td>4,5</td> </tr> <tr> <th>Bom</th> <td></td> <td></td> <td></td> <td>3</td> <td>3,5</td> </tr> <tr> <th>Excelente</th> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>0,5</td> </tr> </tbody> </table> <p>Massas de água subterrâneas:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Estado atual</th> <th colspan="2">Estado a atingir</th> </tr> <tr> <th>Medíocre</th> <th>Bom</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <th>Medíocre</th> <td>0</td> <td>6</td> </tr> <tr> <th>Bom</th> <td></td> <td>3</td> </tr> </tbody> </table> <p>No caso de medidas de caráter estratégico ou operacional que não incidem diretamente no cumprimento de objetivos ambientais para as massas de água (e.g. quadro institucional, económico, legislativo ou outro), este estado reporta-se à situação considerada desejável para o assunto em análise, traduzindo-se a pontuação no grau de contributo da medida para atingir os respetivos objetivos estratégicos ou operacionais.</p>	Estado atual	Estado atingir					Mau	Medíocre	Razoável	Bom	Excelente	Mau	0	4	8	10	10,5	Medíocre		0	4	6	6,5	Razoável			0	4	4,5	Bom				3	3,5	Excelente					0,5	Estado atual	Estado a atingir		Medíocre	Bom	Medíocre	0	6	Bom		3
Estado atual	Estado atingir																																																				
	Mau	Medíocre	Razoável	Bom	Excelente																																																
Mau	0	4	8	10	10,5																																																
Medíocre		0	4	6	6,5																																																
Razoável			0	4	4,5																																																
Bom				3	3,5																																																
Excelente					0,5																																																
Estado atual	Estado a atingir																																																				
	Medíocre	Bom																																																			
Medíocre	0	6																																																			
Bom		3																																																			
P4 - Eficácia	<p>Classificação da medida relativamente ao seu contributo (para redução das pressões / melhoria da qualidade) ao nível das seguintes domínios:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 - Estado Ecológico 2 - Estado Químico 3 - Estado Quantitativo 4 - Recuperação custos 5 - Gestão riscos 6 - Conhecimento e Governança 7 - Uso Eficiente da água 																																																				

Parâmetro	Descrição e escala
	<p>Para cada um dos temas indicados é avaliado o impacto que a medida pode ter classificando da seguinte forma:</p> <p>Contributo reduzido = Pontuação 1; Contributo médio = Pontuação 2; Contributo elevado = Pontuação 3; quando não for expectável que a medida produza algum impacte = Pontuação 0.</p> <p>O P4 - Eficácia é calculado a partir do somatório das classificações de cada um dos domínios de 1 a 7. Varia entre um máximo de 21 e um mínimo de 0</p>

Índice de Prioridade de Implementação (IPI)	$IPI = P1$ (prioridade de tipologia medidas) x $P2$ (zonas protegidas associados à massas de água) x $P3$ (distância ao objetivo ambiental) x $P4$ (Eficácia)
--	--

Após o cálculo de Índice de Prioridade de Implementação (IPI) por medida são adicionados os respetivos custos, tendo-se calculado o rácio custo eficácia com o objetivo de obter informação que auxilie o processo de programação e implementação das medidas.

Todas as medidas de Base são, à partida, incluídas na classe de prioridade mais elevada, pela sua própria natureza e objetivos associados. De igual modo, as medidas que já se encontrem atualmente em implementação, ou que não tenham custos associados, assumem igualmente um carácter de prioridade elevada.

Esta análise permite racionalizar os investimentos a realizar, sendo possível identificar que não são as medidas com maior IPI que obtêm o melhor rácio custo-eficácia. Assim, é igualmente possível identificar eventuais custos desproporcionados, ou seja, a necessidade de investimento para implementar a medida não é compensada de forma “proporcional” pelo seu nível de eficácia, tornando outras medidas mais prioritárias para atuar sobre os problemas identificados.

Medidas Regionais

Da aplicação da metodologia anteriormente apresentada às medidas regionais foram obtidos os resultados ilustrados nos Quadro 5.6 e Quadro 5.7, que representam, respetivamente, os valores associados às medidas regionais de base e às medidas regionais suplementares, para o IPI e o custo/eficácia, relativos aos custos de investimento retificados nesta avaliação intercalar e excluindo as medidas que não vão ser executadas.

Atendendo a que as medidas regionais podem abranger todas as massas de água da região, ou todas as massas de água superficiais ou todas as massas de água subterrâneas, o cálculo dos parâmetros P2 e P3 do Índice de Prioridade de Implementação (IPI) para cada uma das medidas, resulta do somatório das ponderações, realizadas massa de água a massa de água, dividido pelo número total de massas de água, conforme o universo que esteja envolvido.

As medidas de base são por si só prioritárias, no entanto a aplicação desta metodologia permite avaliar a relação da eficácia com o custo e a hierarquização entre as diferentes medidas de base regionais definidas. No entanto, como para grande parte das medidas não foram associados custos de investimento, pois muitas destas medidas têm atividades associadas aos serviços da administração (ações de licenciamento, fiscalização, inventários, entre outros), não sendo possível avaliar ainda nesta fase os custos associados à sua

implementação pelos utilizadores dos recursos hídricos, não é possível calcular o custo/eficácia. As medidas associadas à monitorização e ao licenciamento são as que apresentam um IPI mais elevado.

Quadro 5.6 – Medidas regionais de base: resultados da análise custo-eficácia

Código da Medida	Designação Medida	Investimento Retificado (€)	IPI	Rácio custo-eficácia (€/eficácia)
PTE1P03M01_SUP_RH	Rever os TURH das ETAR urbanas não PRTR que descarregam substâncias perigosas prioritárias tendo em conta as unidades industriais ligadas à rede de drenagem das águas residuais urbanas	0 €	302	-
PTE1P04M01_RH	Elaboração do inventário de emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias e outros poluentes.	0 €	251	-
PTE1P04M02_SUP_RH	Rever os TURH das ETAR urbanas não PRTR que descarregam substâncias prioritárias tendo em conta as unidades industriais ligadas à rede de drenagem das águas residuais urbanas	0 €	302	-
PTE1P05M01_RH	Respeitar os requisitos para as emissões industriais relativos às instalações PCIP	0 €	377	-
PTE1P05M03_SUB_RH	Proibir descargas diretas de poluentes nas águas subterrâneas e controlo da recarga artificial	0 €	405	-
PTE1P06M02_RH	Respeitar as normas e as condicionantes definidas para a utilização de lamas de depuração em solos agrícolas (adotar boas práticas de fertilização com lamas)	0 €	338	-
PTE1P06M04_RH	Respeitar as normas e condicionantes definidas para a valorização agrícola de efluentes pecuários (adotar boas práticas de fertilização com efluentes pecuários)	0 €	402	-
PTE1P06M10_RH	Plano para a redução da contaminação das MA com efluentes agropecuários e agroindustriais (profunda reconfiguração da ENEAPAI)	0 €	327	-
PTE1P07M01_RH	Proceder a uma utilização sustentável dos produtos fitofarmacêuticos (pesticidas de utilização agrícola) nas explorações agrícolas e florestais	0 €	302	-
PTE2P03M02_SUP_RH	Proteção das captações de água superficial	0 €	296	-
PTE3P02M34_SUP_RH	Plano para a reconstituição da continuidade fluvial, restauração da vegetação ripária e revisão do regime de caudais ecológicos	10 727 €	296	36 €
PTE5P05M02_SUP_RH	Operacionalização de sistema de alerta contra casos de poluição accidental que podem provocar contaminação de águas balneares	0 €	296	-
PTE5P05M03_RH	Plano para as substâncias prioritárias e unidades PCIP e Seveso	32 390 €	402	81 €
PTE6P01M01_RH	Revisão dos Regimes Tarifários no Setor Urbano	0 €	327	-
PTE6P03M01_RH	Revisão dos Regimes Tarifários no Setor Agrícola	0 €	327	-
PTE7P01M01_RH	Monitorizar e avaliar a lista de vigilância	2 945 €	327	9 €
PTE7P01M04_SUP_RH	Complementar os critérios de classificação para avaliação do estado das massas de água superficiais	236 407 €	222	1 063 €
PTE7P01M05_SUP_RH	Atualização da cartografia das zonas sensíveis	11 224 €	198	57 €
PTE7P01M09_RH	Plataforma de Gestão do PGRH	57 697 €	302	191 €

Código da Medida	Designação Medida	Investimento Retificado (€)	IPI	Rácio custo-eficácia (€/eficácia)
PTE9P02M01_SUP_RH	Monitorização das massas de água superficiais	91 193 €	296	308 €
PTE9P02M02_SUB_RH	Reestruturar as redes de monitorização das massas de água subterrâneas	4 570 €	405	11 €
PTE9P04M01_RH	Elaborar para os sítios da Rede Natura 2000 planos de gestão ou instrumentos equivalentes	0 €	352	-
PTE9P05M01_SUP_RH	Articular o controle das pressões e objetivos ambientais com os programas de medidas e monitorização definidos no âmbito da Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM)	24 351 €	321	76 €
PTE9P07M01_RH	Desenvolver ações que promovam o capital natural nas áreas do sítio da Rede Natura	0 €	352	0 €
PTE9P06M01_RH	Definir mecanismos de acompanhamento da implementação das medidas nas bacias internacionais	250 000 €	395	633 €

Para as medidas regionais suplementares os valores máximos do IPI estão relacionados com as ações que incidem sobre as águas subterrâneas, atendendo que é um recurso estratégico e associado ao abastecimento dos pequenos aglomerados. Em termos de custo/eficácia, calculado para as medidas com investimentos associados, a gestão de riscos nas zonas costeiras são as que obtêm um rácio mais elevado. O elevado investimento penaliza o seu rácio custo-eficácia, contudo, é uma medida associada à proteção de pessoas e bens no âmbito da estratégia de adaptação aos efeitos das alterações climáticas.

Quadro 5.7 – Medidas regionais suplementares: resultados da análise custo-eficácia

Código da Medida	Designação Medida	Investimento Retificado (€)	IPI	Rácio custo-eficácia (€/eficácia)
PTE1P02M01_RH	Promover a melhoria da gestão de efluentes agroindustriais	784 641 €	226	3 467 €
PTE1P02M02_RH	Promover a melhoria da gestão de efluentes pecuários	91 431 €	226	404 €
PTE1P05M02_RH	Licenciar e respeitar os requisitos legais definidos para as explorações pecuárias	0 €	163	-
PTE1P06M01_RH	Adotar um novo Código de Boas Práticas Agrícolas, contemplando disposições para o azoto e para o fósforo	0 €	176	-
PTE1P06M03_RH	Respeitar as regras da Condicionalidade nas explorações agrícolas, pecuárias e florestais	0 €	138	-
PTE1P06M08_RH	Aplicar os critérios para construção e reabilitação de nitreiras.	0 €	203	-
PTE1P13M01_SUP_RH	Assegurar o desenvolvimento e o crescimento sustentáveis da aquicultura	0 €	185	-
PTE1P14M01_SUP_RH	Regulamento de descarga de águas residuais industriais em redes públicas de drenagem	0 €	173	-
PTE2P01M01_RH	Melhorar a gestão da água e promover a eficiência da sua utilização no regadio	440 373 €	189	2 335 €
PTE2P01M02_RH	Incentivar uma gestão mais eficiente da água	0 €	189	-
PTE2P01M13_SUP_RH	Promover a reutilização de águas residuais urbanas tratadas e de águas pluviais.	0 €	214	-

Código da Medida	Designação Medida	Investimento Retificado (€)	IPi	Rácio custo-eficácia (€/eficácia)
PTE2P03M01_SUB_RH	Harmonizar condicionantes das zonas de proteção referentes aos perímetros de proteção das captações de água subterrânea para abastecimento público	0 €	219	-
PTE2P04M01_SUB_RH	Melhorar a regulação das utilizações dos recursos hídricos subterrâneos	0 €	236	-
PTE2P05M01_SUB_RH	Validar o valor de recarga das massas de água	2 300 €	253	9 €
PTE2P05M02_SUB_RH	Delimitar zonas de máxima infiltração e restrições ao uso do solo em articulação com o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional	0 €	270	-
PTE3P02M02_SUP_RH	Instalar, manter e recuperar galerias ripícolas e erradicar espécies invasoras lenhosas em áreas florestais e agroflorestais	401 €	210	2 €
PTE3P02M26_SUP_RH	Plano de remoção de infraestruturas transversais	0 €	136	-
PTE4P02M01_SUP_RH	Garantir a utilização sustentável dos recursos aquáticos	0 €	214	-
PTE5P01M01_SUP_RH	Adotar práticas agrícolas benéficas para o clima e o ambiente/ "Greening"	0 €	226	-
PTE5P01M02_RH	Promover a silvicultura sustentável	4 136 €	226	18 €
PTE5P02M02_RH	Acompanhamento da implementação da Estratégia Nacional de Adaptação aos Impactos das Alterações Climáticas relacionados com os Recursos Hídricos (ENAAAC-RH)	0 €	226	-
PTE5P05M01_RH	Avaliação das fontes potenciais de risco de poluição acidental e avaliação da elaboração de relatórios de segurança e planos de emergência	0 €	226	-
PTE5P06M01_SUP_RH	Elaboração de um plano específico de sedimentos para combate à erosão costeira	239 580 €	173	1 386 €
PTE7P01M02_RH	Promover a inovação no sector agrícola	42 662 €	201	212 €
PTE7P01M03_SUB_RH	Preservar os ecossistemas aquáticos e terrestres dependentes das águas subterrâneas	0 €	270	-
PTE7P01M06_RH	Desenvolvimento de modelos de simulação dos aspetos quantitativos e qualitativos	41 044 €	113	363 €
PTE7P01M07_SUP_RH	Monitorização sistemática da evolução da faixa costeira quer em litoral de arriba quer em litoral arenoso	461 538 €	111	4 152 €
PTE7P01M08_RH	Criar um sistema de informação de apoio à gestão económica da água	0 €	151	-
PTE8P01M02_RH	Desenvolvimento dos Procedimentos de Participação Pública a adotar nos Planos de Recursos Hídricos	0 €	75	-
PTE8P02M01_RH	Promover a capacitação, divulgação e aconselhamento no sector agrícola	207 322 €	176	1 178 €
PTE9P01M01_RH	Promover uma ação preventiva de fiscalização	0 €	126	-
PTE9P03M02_RH	Revisão do diploma relativo ao Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos (FPRH)	0 €	201	-
PTE9P07M02_RH	Implementação do Modelo de Gestão para Empreendimentos de Fins Múltiplos ou equiparados	600 000 €	210	2 858 €

Medidas específicas

O mesmo exercício foi realizado para as medidas específicas. Os resultados ilustrados nos Quadro 5.8 e Quadro 5.9 representam, respetivamente, os valores associados às medidas específicas de base e as medidas

específicas suplementares, do cálculo do IPI e do custo/eficácia, face aos custos de investimento retificados nesta avaliação intercalar e excluindo as medidas que não vão ser executadas.

As medidas que apresentam um valor mais elevado de IPI são as que estão associadas às medidas para diminuir as cargas rejeitadas e ao programa de ação das zonas vulneráveis. Os IPI associados PTE1P01 têm um maior rácio custo eficácia, devido aos elevados investimentos, no entanto grande parte estão relacionados com o cumprimento da diretiva das águas residuais urbanas.

Quadro 5.8 – Medidas específicas de base: resultados da análise custo-eficácia

Código da Medida	Designação Medida	Investimento Retificado (€)	IPI	Rácio custo-eficácia (€/eficácia)
PTE1P01M02_SUP_RH7	Construção da Nova ETAR de Beja, na freguesia de Beja (Salvador), concelho de Beja	3 979 000 €	320	12 434 €
PTE1P01M05_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Safara Poente e da ETAR de Safara Nascente, na freguesia de Safara, concelho de Moura	60 000 €	640	94 €
PTE1P01M03_SUP_RH7	Remodelação da ETAR de Amareleja, na freguesia de Amareleja, concelho de Moura	372 000 €	960	388 €
PTE1P01M09_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Pias, na freguesia de Pias, concelho de Serpa	80 000 €	240	333 €
PTE1P01M10_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Serpa, na freguesia de Serpa (Santa Maria), concelho de Serpa	200 000 €	480	417 €
PTE1P01M16_SUP_RH7	Reabilitação da nova ETAR de Cuba, na frueguesia e concelho de Cuba	1 255 000 €	960	1 307 €
PTE3P03M01_SUP_RH7	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Abrilongo, Aproveitamento Hidroagrícola do Xévara, concelho de Campo Maior	300 000 €	640	469 €
PTE2P01M04_SUP_RH7	Infraestruturação do perímetro de rega do Aproveitamento Hidroagrícola do Xévara, no concelho de Campo Maior	30 000 000 €	560	53 571 €
PTE3P03M02_SUP_RH7	Implementação Regime de Caudal Ecológico da Barragem do Caia, Aproveitamento Hidroagrícola do Caia, concelhos de Elvas e Campo Maior	300 000 €	640	469 €
PTE3P03M03_SUP_RH7	Implementação Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Lucefecit, Aproveitamento Hidroagrícola de Lucefecit, concelho de Alandroal	300 000 €	640	469 €
PTE3P03M04_SUP_RH7	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem da Vigia, Aproveitamento Hidroagrícola da Vigia, concelho de Redondo	300 000 €	320	938 €
PTE3P03M05_SUP_RH7	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem do Monte Novo, concelho de Évora	300 000 €	640	469 €
PTE1P01M11_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Moura, na freguesia de Moura (São João Batista), concelho de Moura	500 000 €	480	1 042 €
PTE3P03M06_SUP_RH7	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Odeleite, concelho de Castro Marim	300 000 €	384	781 €
PTE3P03M07_SUP_RH7	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Beliche, concelho de Castro Marim	300 000 €	192	1 563 €

Código da Medida	Designação Medida	Investimento Retificado (€)	IPI	Rácio custo-eficácia (€/eficácia)
PTE1P06M09_SUB_RH7	Aplicação do programa de ação para as zonas vulneráveis de Beja e Elvas	19 899 €	1020	20 €

Para as medidas específicas suplementares os valores máximos do IPI estão associados às ações que incidem sobre o eixo de medidas PTE1, relativo à redução ou eliminação de cargas poluentes, com valores de custo/eficácia elevados. Os valores do rácio custo/eficácia associados ao controlo de espécies infestantes são elevados.

Quadro 5.9 – Medidas específicas suplementares: resultados da análise custo-eficácia

Código da Medida	Designação Medida	Investimento Retificado (€)	IPI	Rácio custo-eficácia (€/eficácia)
PTE1P01M01_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Pedrógão, na freguesia de Pedrógão, concelho de Vidigueira	200 000 €	48	4 167 €
PTE1P01M04_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Salvada, na freguesia de Cabeça Gorda, concelho de Beja	30 000 €	288	104 €
PTE1P01M06_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Santo Aleixo da Restauração, na freguesia de Santo Aleixo da Restauração, concelho de Moura	30 000 €	384	78 €
PTE1P01M07_SUP_RH7	Ampliação da ETAR de Selmes, na freguesia de Selmes, concelho de Vidigueira	600 000 €	288	2 083 €
PTE1P01M08_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Barrancos - Zona Este (Lancheira), na freguesia e concelho de Barrancos	60 000 €	96	625 €
PTE1P01M12_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Barrancos-Ferrenha, na freguesia e concelho de Barrancos	140 000 €	96	1 458 €
PTE1P01M13_SUP_RH7	Construção da Nova ETAR de Santa Clara do Louredo, na freguesia de Santa Clara do Louredo, concelho de Beja	85 000 €	192	443 €
PTE1P01M14_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Sobral da Adiça, na freguesia de Sobral da Adiça, concelho de Moura	300 000 €	96	3 125 €
PTE1P01M15_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Póvoa de São Miguel, freguesia de Póvoa de São Miguel, concelho de Moura	800 000 €	192	4 167 €
PTE1P01M17_SUP_RH7	Construção da Nova ETAR de Santa Cruz, na freguesia de Santa Cruz, concelho de Almodôvar	125 461 260 €	96	1 306 888 €
PTE1P01M18_SUP_RH7	Construção da nova ETAR de Rio de Moinhos, na freguesia de Rio de Moinhos, concelho de Borba	2 400 000 €	128	18 750 €
PTE1P01M19_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Monte do Trigo e da ETAR de Vera Cruz, no concelho de Portel	1 836 000 €	288	6 375 €
PTE1P01M20_SUP_RH7	Construção da ETAR de Barbacena, ETAR de São Vicente, ETAR de Varche e ETAR de Calçadinha, no concelho de Elvas	810 000 €	576	1 406 €
PTE1P01M21_SUP_RH7	Construção da ETAR de Esperança, na freguesia de Esperança, concelho de Arronches	400 000 €	384	1 042 €
PTE1P02M03_SUP_RH7	Construção de sistemas de pré-tratamento de efluentes de queijarias artesanais, de Rio de Moinhos no concelho de Borba, Casas	1 500 000 €	576	2 604 €

Código da Medida	Designação Medida	Investimento Retificado (€)	IPI	Rácio custo-eficácia (€/eficácia)
	Novas de Mares, no concelho de Alandroal e concelhos de Beja e Serpa			
PTE1P06M10_SUP_RH7	Proteção da qualidade da água da Albufeira de Serpa	350 000 €	51	6 863 €
PTE1P06M11_SUP_RH7	Proteção da qualidade da água da Albufeira da Laje	250 000 €	51	4 902 €
PTE1P12M01_RH7	Recuperação Ambiental de Áreas Mineiras Degradadas - Mina de S. Domingos, no concelho de Mértola	7 038 407 €	432	16 293 €
PTE3P01M01_SUP_RH7	Recuperação de continuidade longitudinal do troço do Barranco do Panasco associado à demolição da barragem da Sardinha/Panasco, na freguesia de Pias, concelho de Serpa	15 000 €	126	119 €
PTE3P02M03_SUP_RH7	Implementação de ações de reabilitação e requalificação de linhas de água na região hidrográfica do Guadiana	1 000 000 €	84	11 905 €
PTE4P01M01_SUP_RH7	Plano de controlo de infestantes aquáticas na Bacia Hidrográfica do Guadiana	500 000 €	66	7 576 €
PTE4P01M02_SUP_RH7	Prevenção de risco de contaminação com mexilhão Zebra na Região Hidrográfica do Guadiana	500 000 €	396	1 263 €
PTE4P01M03_SUP_RH7	Prevenção de risco de contaminação com Jacinto de água no rio Guadiana e área de influência do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva	2 215 364 €	264	8 392 €
PTE5P04M02_RH7	Estratégia integrada de promoção da utilização sustentável da matéria orgânica no solo da área do EFMA integrada na região hidrográfica do Guadiana	250 000 €	112	2 230 €
PTE7P01M10_SUP_RH7	Revisão da delimitação de massas de água superficiais face às características hidrológicas da região hidrográfica do Guadiana	50 000 €	96	521 €
PTE9P02M02_SUP_RH7	Implementação do Plano de Monitorização do Estuário do Guadiana	524 000 €	360	1 456 €
PTE9P02M03_SUP_RH7	Monitorização de Investigação relativa a substâncias prioritárias e poluentes específicos nas massas de água superficiais da região hidrográfica do Guadiana	0 €	594	-

5.3. Identificação dos principais obstáculos

Ao longo deste processo foram várias as dificuldades sentidas para a sistematização da informação necessária à realização desta avaliação intercalar. Destes importa salientar a identificação das entidades responsáveis por determinadas medidas e a obtenção da informação necessária à sua avaliação.

No seio das entidades nem sempre é fácil obter um ponto focal que faça a ligação entre todos os assuntos que são da competência dessa entidade, integrados nas medidas definidas. Esta necessidade de sistematizar todos os dados e realizar o seu tratamento para obter a informação necessária, que permita avaliar o ponto de situação de implementação das medidas, nem sempre é linear porque, ou essa informação não foi recolhida ou a quando existe a sua disponibilização nem sempre é fácil, pois não está sistematizada de forma a dar resposta ao pretendido.

O cálculo dos indicadores de acompanhamento das medidas foi uma dificuldade acrescida pois ao não se conhecer o universo da informação dificilmente se consegue definir o que falta fazer, para calcular a implementação completa das medidas. Esta realidade levou a que muitos dos indicadores definidos no PGRH tivessem de ser alterados, para que se pudesse ter informação do grau de execução das medidas. Assim, muitas vezes, a opção foi utilizar a execução física como indicador da implementação da medida.

Em termos da programação física e financeira constatou-se que uma grande percentagem das medidas foram adiadas por razões várias, nomeadamente:

- ✓ Medidas que estão dependentes de outras medidas cuja responsabilidade é de outras entidades e que não podem avançar sem estas estarem concretizadas;
- ✓ Dificuldades de contratação, por falta de concorrentes aos concursos lançados, o que provoca atrasos na realização física das medidas;
- ✓ Medidas que estavam dependentes da comparticipação de fundos comunitários para a sua execução, mas para as quais não houve abertura de avisos ou as candidaturas não eram elegíveis ou não foram aprovadas por razões várias;
- ✓ Otimismo na programação física das medidas nos PGRH e que depois na realidade os orçamentos de investimento e as dificuldades anteriormente referidas não permitem a sua implementação nos prazos planeados.

Na Figura 5.3 apresenta-se uma comparação por ano dos investimentos que estavam previstos no PGRH e os investimentos retificados nesta avaliação intercalar.

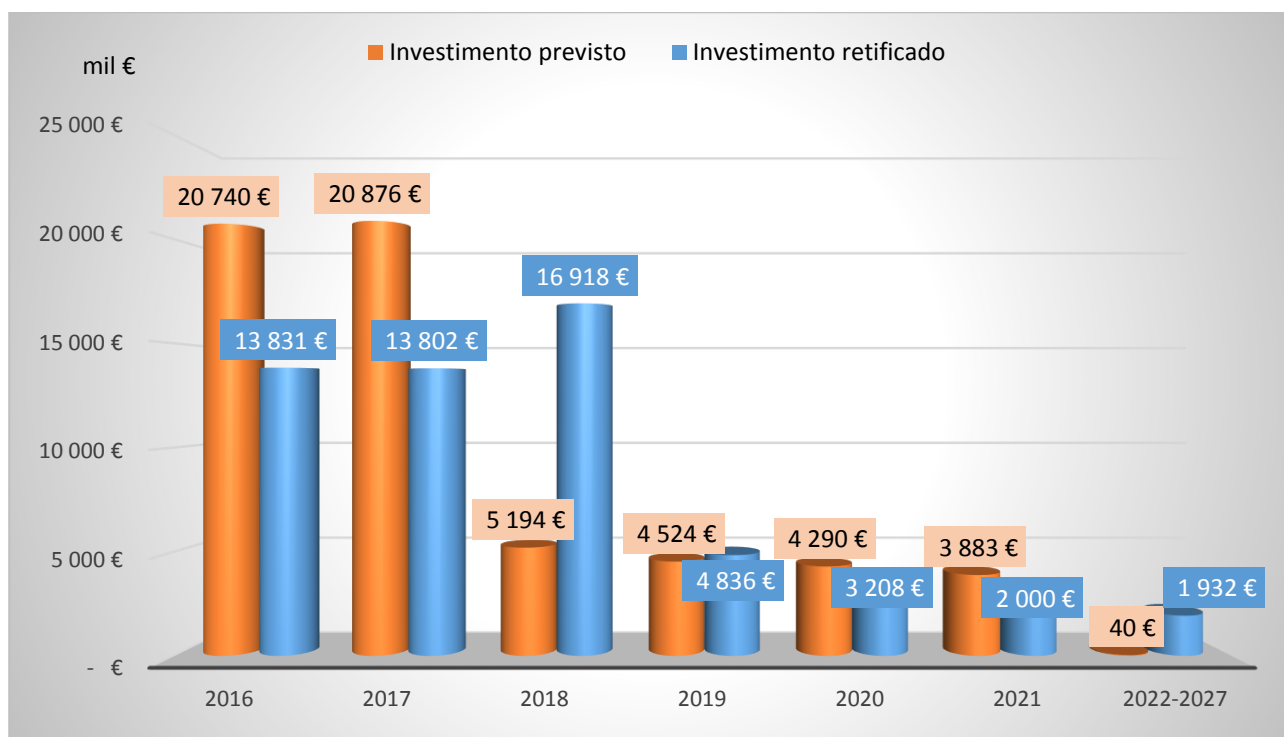


Figura 5.3 – Investimento previsto e retificado por ano

Verifica-se que de facto existe um desfasamento anual entre o investimento previsto e o retificado demonstrando que o maior investimento estava previsto para os primeiros anos mas que o investimento retificado recai mais sobre os anos finais do 2.º ciclo. Nesta sequência existe a necessidade de uma reprogramação física e financeira face ao conhecimento atual do ponto de situação da implementação das medidas.

Acresce que este aspeto vai dificultar a avaliação da eficácia das medidas para o atingir os objetivos ambientais das massas de água durante a elaboração dos planos do 3.º ciclo

6. ACOMPANHAMENTO NA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS NA SEGUNDA METADE DO 2.º CICLO DO PLANO (2018-2021)

Com base neste exercício de levantamento da informação para conhecimento do ponto de situação da implementação das medidas foram criados procedimentos que vão permitir agilizar o seguimento da implementação das medidas, preferencialmente com avaliações anuais, essenciais para o processo de planeamento do 3.º ciclo.

Há que lembrar que esta avaliação intercalar recai sobre os anos de 2016 e 2017, ou seja, praticamente um ano e meio depois da aprovação do PGRH, sendo um prazo muito curto para que se consiga antever os resultados da execução das medidas que estão ainda numa fase muito incipiente. No entanto, esta avaliação intercalar permitiu ver tendências, corrigir desvios, redefinir as prioridades com base numa análise custo-eficácia e perceber onde estão os maiores constrangimentos quer na implementação das medidas quer na obtenção da informação necessária ao seu acompanhamento.

Um dos aspetos cruciais deste exercício é como incentivar a entidade responsável para a necessidade de implementar as medidas sob a sua responsabilidade. Para tal, é necessário uma maior sensibilização para este compromisso que passa pela participação ativa das entidades com assento no CRH para que haja um maior envolvimento na avaliação da implementação das medidas e por se dar início à Comissão Interministerial de Coordenação da Água, que foi criada aquando da aprovação do Plano Nacional da Água.

A programação física e financeira com esta revisão intercalar está mais realista e sustentada pelas entidades responsáveis pelas medidas, o que permite reunir condições mais favoráveis para um melhor cumprimento da sua calendarização física e financeira.

Uma questão que terá que ser analisada no próximo exercício de planeamento, ou seja no 3º ciclo do PGRH, é se a massa de água vai atingir o bom estado com as medidas previstas e se será necessário implementar mais medidas para se atingir os objetivos ambientais.

Anexo I – Medidas regionais

Tabela A – Entidades responsáveis

<i>KTM</i>	<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Entidade responsável</i>
KTM16	PTE1P02M01_RH	Promover a melhoria da gestão de efluentes agroindustriais	Medida suplementar	Agroindustriais
KTM16	PTE1P02M02_RH	Promover a melhoria da gestão de efluentes pecuários	Medida suplementar	Agropecuários
KTM15	PTE1P03M01_SUP_RH	Rever os TURH das ETAR urbanas não PRTR que descarregam substâncias perigosas prioritárias tendo em conta as unidades industriais ligadas à rede de drenagem das águas residuais urbanas	Medida de base	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM15	PTE1P04M01_RH	Elaboração do inventário de emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias e outros poluentes.	Medida de base	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM15	PTE1P04M02_SUP_RH	Rever os TURH das ETAR urbanas não PRTR que descarregam substâncias prioritárias tendo em conta as unidades industriais ligadas à rede de drenagem das águas residuais urbanas	Medida de base	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM99	PTE1P05M01_RH	Respeitar os requisitos para as emissões industriais relativos às instalações PCIP	Medida de base	Agropecuários Entidades Gestoras do Setor Urbano Industriais
KTM99	PTE1P05M02_RH	Licenciar e respeitar os requisitos legais definidos para as explorações pecuárias	Medida suplementar	Direção Regional de Agricultura e Pescas
KTM99	PTE1P05M03_SUB_RH	Proibir descargas diretas de poluentes nas águas subterrâneas e controlo da recarga artificial	Medida de base	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM02	PTE1P06M01_RH	Adotar um novo Código de Boas Práticas Agrícolas, contemplando disposições para o azoto e para o fósforo	Medida suplementar	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
KTM02	PTE1P06M02_RH	Respeitar as normas e as condicionantes definidas para a utilização de lamas de depuração em solos agrícolas (adotar boas práticas de fertilização com lamas)	Medida de base	Agricultores
KTM02	PTE1P06M03_RH	Respeitar as regras da Condicionalidade nas explorações agrícolas, pecuárias e florestais	Medida suplementar	Agricultores
KTM02	PTE1P06M04_RH	Respeitar as normas e condicionantes definidas para a valorização agrícola de efluentes pecuários (adotar boas práticas de fertilização com efluentes pecuários)	Medida de base	Agricultores
KTM02	PTE1P06M05_RH	Adotar modos de produção sustentáveis	Medida suplementar	Agricultores
KTM02	PTE1P06M06_RH	Adotar sistemas de produção tradicionais/extensivos	Medida suplementar	Agricultores
KTM02	PTE1P06M08_RH	Aplicar os critérios para construção e reabilitação de nitreiras.	Medida suplementar	Agropecuários
KTM02	PTE1P06M10_RH	Plano para a redução da contaminação das MA com efluentes agropecuários e agroindustriais (profunda reconfiguração da ENEAPAI)	Medida de base	Ministério do Ambiente Ministério da Agricultura
KTM03	PTE1P07M01_RH	Proceder a uma utilização sustentável dos produtos fitofarmacêuticos (pesticidas de utilização agrícola) nas explorações agrícolas e florestais	Medida de base	Agricultores

<i>KTM</i>	<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Entidade responsável</i>
KTM21	PTE1P10M01_RH	Aplicar os critérios para a construção e/ou reabilitação de estações de lavagem de viaturas e das respetivas redes de drenagem de efluentes.	Medida suplementar	Proprietários
KTM20	PTE1P13M01_SUP_RH	Assegurar o desenvolvimento e o crescimento sustentáveis da aquicultura	Medida suplementar	Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos
KTM21	PTE1P14M01_SUP_RH	Regulamento de descarga de águas residuais industriais em redes públicas de drenagem	Medida suplementar	Entidades gestoras dos sistemas de tratamento de águas residuais
KTM08	PTE2P01M01_RH	Melhorar a gestão da água e promover a eficiência da sua utilização no regadio	Medida suplementar	Agricultores
KTM08	PTE2P01M02_RH	Incentivar uma gestão mais eficiente da água	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM08	PTE2P01M13_SUP_RH	Promover a reutilização de águas residuais urbanas tratadas e de águas pluviais.	Medida suplementar	Entidades gestoras dos sistemas de tratamento de águas residuais Agência Portuguesa do Ambiente
KTM13	PTE2P03M01_SUB_RH	Harmonizar condicionantes das zonas de proteção referentes aos perímetros de proteção das captações de água subterrânea para abastecimento público	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM13	PTE2P03M02_SUP_RH	Proteção das captações de água superficial	Medida de base	Agência Portuguesa do Ambiente Entidades gestoras dos sistemas de abastecimento de água
KTM99	PTE2P04M01_SUB_RH	Melhorar a regulação das utilizações dos recursos hídricos subterrâneos	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM99	PTE2P05M01_SUB_RH	Validar o valor de recarga das massas de água	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM99	PTE2P05M02_SUB_RH	Delimitar zonas de máxima infiltração e restrições ao uso do solo em articulação com o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM06	PTE3P02M02_SUP_RH	Instalar, manter e recuperar galerias ripícolas e erradicar espécies invasoras lenhosas em áreas florestais e agroflorestais	Medida suplementar	Agricultores
KTM06	PTE3P02M26_SUP_RH	Plano de remoção de infraestruturas transversais	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM06	PTE3P02M34_SUP_RH	Plano para a reconstituição da continuidade fluvial, restauração da vegetação ripária e revisão do regime de caudais ecológicos	Medida de base	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM20	PTE4P02M01_SUP_RH	Garantir a utilização sustentável dos recursos aquáticos	Medida suplementar	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
KTM23	PTE5P01M01_SUP_RH	Adotar práticas agrícolas benéficas para o clima e o ambiente/ "Greening"	Medida suplementar	Agricultores
KTM23	PTE5P01M02_RH	Promover a silvicultura sustentável	Medida suplementar	Agricultores
KTM24	PTE5P02M02_RH	Acompanhamento da implementação da Estratégia Nacional de Adaptação aos Impactos das Alterações Climáticas relacionados com os Recursos Hídricos (ENAAAC-RH)	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM17	PTE5P04M01_RH	Promover a conservação do solo	Medida suplementar	Agricultores
KTM15	PTE5P05M01_RH	Avaliação das fontes potenciais de risco de poluição accidental e avaliação da elaboração de relatórios de segurança e planos de emergência	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM15	PTE5P05M02_SUP_RH	Operacionalização de sistema de alerta contra casos de poluição accidental que podem provocar contaminação de águas balneares	Medida de base	Agência Portuguesa do Ambiente

<i>KTM</i>	<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Entidade responsável</i>
KTM15	PTE5P05M03_RH	Plano para as substâncias prioritárias e unidades PCIP e Seveso	Medida de base	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM24	PTE5P06M01_SUP_RH	Elaboração de um plano específico de sedimentos para combate à erosão costeira	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM09	PTE6P01M01_RH	Revisão dos Regimes Tarifários no Setor Urbano	Medida de base	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
KTM11	PTE6P03M01_RH	Revisão dos Regimes Tarifários no Setor Agrícola	Medida de base	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
KTM14	PTE7P01M01_RH	Monitorizar e avaliar a lista de vigilância	Medida de base	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM14	PTE7P01M02_RH	Promover a inovação no sector agrícola	Medida suplementar	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
KTM14	PTE7P01M03_SUB_RH	Preservar os ecossistemas aquáticos e terrestres dependentes das águas subterrâneas	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM14	PTE7P01M04_SUP_RH	Complementar os critérios de classificação para avaliação do estado das massas de água superficiais	Medida de base	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM14	PTE7P01M05_SUP_RH	Atualização da cartografia das zonas sensíveis	Medida de base	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM14	PTE7P01M06_RH	Desenvolvimento de modelos de simulação dos aspetos quantitativos e qualitativos	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM14	PTE7P01M07_RH	Avaliar a possibilidade de criação de um Mercado de Licenças	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM14	PTE7P01M07_SUP_RH	Monitorização sistemática da evolução da faixa costeira quer em litoral de arriba quer em litoral arenoso	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM14	PTE7P01M08_RH	Criar um sistema de informação de apoio à gestão económica da água	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM14	PTE7P01M09_RH	Plataforma de Gestão do PGRH	Medida de base	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM12	PTE8P01M02_RH	Desenvolvimento dos Procedimentos de Participação Pública a adotar nos Planos de Recursos Hídricos	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM12	PTE8P02M01_RH	Promover a capacitação, divulgação e aconselhamento no sector agrícola	Medida suplementar	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural Direção Regional de Agricultura e Pescas
KTM99	PTE9P01M01_RH	Promover uma ação preventiva de fiscalização	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM14	PTE9P02M01_SUP_RH	Monitorização das massas de água superficiais	Medida de base	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM14	PTE9P02M02_SUB_RH	Reestruturar as redes de monitorização das massas de água subterrâneas	Medida de base	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM99	PTE9P03M02_RH	Revisão do diploma relativo ao Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos (FPRH)	Medida suplementar	Ministério do Ambiente
KTM99	PTE9P04M01_RH	Elaborar para os sítios da Rede Natura 2000 planos de gestão ou instrumentos equivalentes	Medida de base	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
KTM99	PTE9P05M01_SUP_RH	Articular o controle das pressões e objetivos ambientais com os programas de medidas e monitorização definidos no âmbito da Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM)	Medida de base	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM99	PTE9P06M01_SUP_RH	Definir mecanismos de acompanhamento da implementação das medidas nas bacias internacionais	Medida de base	Orçamento do Estado Programa Transfronteiriço Espanha Portugal
KTM99	PTE9P07M01_RH	Desenvolver ações que promovam o capital natural nas áreas do sítio da Rede Natura	Medida de base	Agência Portuguesa do Ambiente

<i>KTM</i>	<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Entidade responsável</i>
KTM99	PTE9P07M02_RH	Implementação do Modelo de Gestão para Empreendimentos de Fins Múltiplos ou equiparados	Medida suplementar	Câmaras Municipais

Tabela B – Execução física das medidas regionais

<i>KTM</i>	<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Programação física</i>	<i>Programação física (2016-2017) (%)</i>	<i>Programação Física retificada</i>	<i>Execução física (2016-2017) (%)</i>	<i>Desvio (%)</i>	<i>Ponto de situação</i>
KTM16	PTE1P02M01_RH	Promover a melhoria da gestão de efluentes agroindustriais	2016 – 2020	40%		48%	8%	Em execução
KTM16	PTE1P02M02_RH	Promover a melhoria da gestão de efluentes pecuários	2016 – 2020	40%		50%	10%	Em execução
KTM15	PTE1P03M01_SUP_RH	Rever os TURH das ETAR urbanas não PRTR que descarregam substâncias perigosas prioritárias tendo em conta as unidades industriais ligadas à rede de drenagem das águas residuais urbanas	2016 – 2021	33%		51%	18%	Em execução
KTM15	PTE1P04M01_RH	Elaboração do inventário de emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias e outros poluentes.	2016 – 2019	50%	2017-2019	50%	0%	Em execução
KTM15	PTE1P04M02_SUP_RH	Rever os TURH das ETAR urbanas não PRTR que descarregam substâncias prioritárias tendo em conta as unidades industriais ligadas à rede de drenagem das águas residuais urbanas	2016 – 2021	33%		0%	-33%	Em execução
KTM99	PTE1P05M01_RH	Respeitar os requisitos para as emissões industriais relativos às instalações PCIP	2016 – 2020	40%	2016-2021	16%	-24%	Em execução
KTM99	PTE1P05M02_RH	Licenciar e respeitar os requisitos legais definidos para as explorações pecuárias	2016 – 2021	33%		100%	67%	Executada em contínuo
KTM99	PTE1P05M03_SUB_RH	Proibir descargas diretas de poluentes nas águas subterrâneas e controlo da recarga artificial	2016 – 2021	33%		100%	67%	Executada em contínuo
KTM02	PTE1P06M01_RH	Adotar um novo Código de Boas Práticas Agrícolas, contemplando disposições para o azoto e para o fósforo	2016	100%	2016-2017	100%	0%	Executada
KTM02	PTE1P06M02_RH	Respeitar as normas e as condicionantes definidas para a utilização de lamas de depuração em solos agrícolas (adotar boas práticas de fertilização com lamas)	2016 – 2020	40%	2016-2021	10%	-30%	Em execução
KTM02	PTE1P06M03_RH	Respeitar as regras da Condicionalidade nas explorações agrícolas, pecuárias e florestais	2016 – 2021	33%		33%	0%	Em execução
KTM02	PTE1P06M04_RH	Respeitar as normas e condicionantes definidas para a valorização agrícola de efluentes pecuários (adotar boas práticas de fertilização com efluentes pecuários)	2016 – 2021	33%		100%	67%	Em execução
KTM02	PTE1P06M05_RH	Adotar modos de produção sustentáveis	2016 – 2020	40%		61%	21%	Não executada

KTM	Código da Medida	Designação	Programação física	Programação física (2016-2017) (%)	Programação Física retificada	Execução física (2016-2017) (%)	Desvio (%)	Ponto de situação
KTM02	PTE1P06M06_RH	Adotar sistemas de produção tradicionais/extensivos	2016 – 2020	40%		76%	36%	Não executada
KTM02	PTE1P06M08_RH	Aplicar os critérios para construção e reabilitação de nitreiras.	2016 – 2021	33%		100%	67%	Executada em contínuo
KTM02	PTE1P06M10_RH	Plano para a redução da contaminação das MA com efluentes agropecuários e agroindustriais (profunda reconfiguração da ENEAPAI)	2017 – 2019	32%		20%	-12%	Em execução
KTM03	PTE1P07M01_RH	Proceder a uma utilização sustentável dos produtos fitofarmacêuticos (pesticidas de utilização agrícola) nas explorações agrícolas e florestais	2016 – 2021	33%	2016-2023	0%	-33%	Adiada
KTM21	PTE1P10M01_RH	Aplicar os critérios para a construção e/ou reabilitação de estações de lavagem de viaturas e das respetivas redes de drenagem de efluentes.	2016 – 2021	33%		0%	-33%	Não executada
KTM20	PTE1P13M01_SUP_RH	Assegurar o desenvolvimento e o crescimento sustentáveis da aquicultura	2016 – 2020	40%		10%	-30%	Em execução
KTM21	PTE1P14M01_SUP_RH	Regulamento de descarga de águas residuais industriais em redes públicas de drenagem	2016 – 2018	65%	2016-2021	0%	-65%	Em execução
KTM08	PTE2P01M01_RH	Melhorar a gestão da água e promover a eficiência da sua utilização no regadio	2016 – 2020	40%		21%	-19%	Em execução
KTM08	PTE2P01M02_RH	Incentivar uma gestão mais eficiente da água	2017 – 2021	20%		0%	-20%	Em execução
KTM08	PTE2P01M13_SUP_RH	Promover a reutilização de águas residuais urbanas tratadas e de águas pluviais.	2016 – 2021	33%	2017-2019	30%	-3%	Em execução
KTM13	PTE2P03M01_SUB_RH	Harmonizar condicionantes das zonas de proteção referentes aos perímetros de proteção das captações de água subterrânea para abastecimento público	2017 – 2021	20%	2018-2021	0%	-20%	Adiada
KTM13	PTE2P03M02_SUP_RH	Proteção das captações de água superficial	2016 – 2019	50%	2019-2021	0%	-50%	Adiada
KTM99	PTE2P04M01_SUB_RH	Melhorar a regulação das utilizações dos recursos hídricos subterrâneos	2016 – 2021	33%		33%	0%	Executada em contínuo
KTM99	PTE2P05M01_SUB_RH	Validar o valor de recarga das massas de água	2016 – 2020	40%	2015-2017	100%	60%	Executada
KTM99	PTE2P05M02_SUB_RH	Delimitar zonas de máxima infiltração e restrições ao uso do solo em articulação com o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional	2016 – 2021	30%	2017-2027	75%	45%	Em execução
KTM06	PTE3P02M02_SUP_RH	Instalar, manter e recuperar galerias ripícolas e erradicar espécies invasoras lenhosas em áreas florestais e agroflorestais	2016 – 2020	40%		49%	9%	Não executada
KTM06	PTE3P02M26_SUP_RH	Plano de remoção de infraestruturas transversais	2016 – 2017	50%	2016-2020	0%	-50%	Em execução

KTM	Código da Medida	Designação	Programação física	Programação física (2016-2017) (%)	Programação Física retificada	Execução física (2016-2017) (%)	Desvio (%)	Ponto de situação
KTM06	PTE3P02M34_SUP_RH	Plano para a reconstituição da continuidade fluvial, restauração da vegetação ripária e revisão do regime de caudais ecológicos	2017 – 2019	35%	2017-2020	10%	-25%	Em execução
KTM20	PTE4P02M01_SUP_RH	Garantir a utilização sustentável dos recursos aquáticos	2016 – 2020	40%		0%	-40%	Adiada
KTM23	PTE5P01M01_SUP_RH	Adotar práticas agrícolas benéficas para o clima e o ambiente/ “Greening”	2016 – 2020	40%		0%	-40%	Em execução
KTM23	PTE5P01M02_RH	Promover a silvicultura sustentável	2016 – 2020	40%		40%	0%	Em execução
KTM24	PTE5P02M02_RH	Acompanhamento da implementação da Estratégia Nacional de Adaptação aos Impactos das Alterações Climáticas relacionados com os Recursos Hídricos (ENAA-RH)	2016 – 2021	33%		0%	-33%	Executada em contínuo
KTM17	PTE5P04M01_RH	Promover a conservação do solo	2016 – 2020	40%		55%	15%	Não executada
KTM15	PTE5P05M01_RH	Avaliação das fontes potenciais de risco de poluição accidental e avaliação da elaboração de relatórios de segurança e planos de emergência	2016 – 2021	30%		0%	-30%	Executada em contínuo
KTM15	PTE5P05M02_SUP_RH	Operacionalização de sistema de alerta contra casos de poluição accidental que podem provocar contaminação de águas balneares	2017 – 2021	20%	2022-2027	0%	-20%	Não executada neste ciclo
KTM15	PTE5P05M03_RH	Plano para as substâncias prioritárias e unidades PCIP e Seveso	2017 – 2019	32%	2015-2021	20%	-12%	Em execução
KTM24	PTE5P06M01_SUP_RH	Elaboração de um plano específico de sedimentos para combate à erosão costeira	2016 – 2020	17%	2019-2021	0%	-17%	Adiada
KTM09	PTE6P01M01_RH	Revisão dos Regimes Tarifários no Setor Urbano	2018 – 2020	0%	2018-2019	0%		Por executar
KTM11	PTE6P03M01_RH	Revisão dos Regimes Tarifários no Setor Agrícola	2017 – 2018	50%	2017-2021	82%	32%	Em execução
KTM14	PTE7P01M01_RH	Monitorizar e avaliar a lista de vigilância	2016 – 2020	40%	2016-2018	40%	0%	Executada em contínuo
KTM14	PTE7P01M02_RH	Promover a inovação no sector agrícola	2016 – 2020	40%		25%	-15%	Em execução
KTM14	PTE7P01M03_SUB_RH	Preservar os ecossistemas aquáticos e terrestres dependentes das águas subterrâneas	2016 – 2021	33%		33%	0%	Em execução
KTM14	PTE7P01M04_SUP_RH	Complementar os critérios de classificação para avaliação do estado das massas de água superficiais	2017 – 2020	25%	2019	0%	-25%	Adiada
KTM14	PTE7P01M05_SUP_RH	Atualização da cartografia das zonas sensíveis	2016 – 2017	100%	2016-2019	40%	-60%	Em execução
KTM14	PTE7P01M06_RH	Desenvolvimento de modelos de simulação dos aspetos quantitativos e qualitativos	2017 – 2020	25%	2015-2020	100%	75%	Em execução
KTM14	PTE7P01M07_RH	Avaliar a possibilidade de criação de um Mercado de Licenças	2017 – 2021	20%		0%	-20%	Não executada

<i>KTM</i>	<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Programação física</i>	<i>Programação física (2016-2017) (%)</i>	<i>Programação Física retificada</i>	<i>Execução física (2016-2017) (%)</i>	<i>Desvio (%)</i>	<i>Ponto de situação</i>
KTM14	PTE7P01M07_SUP_RH	Monitorização sistemática da evolução da faixa costeira quer em litoral de arriba quer em litoral arenoso	2016 – 2021	33%	2018-2021	0%	-33%	Adiada
KTM14	PTE7P01M08_RH	Criar um sistema de informação de apoio à gestão económica da água	2017 – 2019	30%	2019-2020	0%	-30%	Adiada
KTM14	PTE7P01M09_RH	Plataforma de Gestão do PGRH	2017	100%	2017-2020	5%	-95%	Em execução
KTM12	PTE8P01M02_RH	Desenvolvimento dos Procedimentos de Participação Pública a adotar nos Planos de Recursos Hídricos	2017 – 2021	20%		0%	-20%	Adiada
KTM12	PTE8P02M01_RH	Promover a capacitação, divulgação e aconselhamento no sector agrícola	2016 – 2020	40%		44%	4%	Não executada
KTM99	PTE9P01M01_RH	Promover uma ação preventiva de fiscalização	2016 – 2027	20%	2016-2021	33%	13%	Executada em contínuo
KTM14	PTE9P02M01_SUP_RH	Monitorização das massas de água superficiais	2016 – 2021	33%	2015-2021	33%	0%	Executada em contínuo
KTM14	PTE9P02M02_SUB_RH	Reestruturar as redes de monitorização das massas de água subterrâneas	2017 – 2021	20%	2015-2017	100%	80%	Executada
KTM99	PTE9P03M02_RH	Revisão do diploma relativo ao Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos (FPRH)	2017 – 2018	50%	2016	100%	50%	Executada
KTM99	PTE9P04M01_RH	Elaborar para os sítios da Rede Natura 2000 planos de gestão ou instrumentos equivalentes	2017 – 2021	20%		0%	-20%	Em execução
KTM99	PTE9P05M01_SUP_RH	Articular o controle das pressões e objetivos ambientais com os programas de medidas e monitorização definidos no âmbito da Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM)	2016 – 2020	40%	2018-2021	0%	-40%	Adiada
KTM99	PTE9P06M01_SUP_RH	Definir mecanismos de acompanhamento da implementação das medidas nas bacias internacionais	2017-2021	20%		100%	80%	Executada em contínuo
KTM99	PTE9P07M01_RH	Desenvolver ações que promovam o capital natural nas áreas do sítio da Rede Natura	2016 - 2020	40%		0%	-40%	Em execução
KTM99	PTE9P07M02_RH	Implementação do Modelo de Gestão para Empreendimentos de Fins Múltiplos ou equiparados	2016 - 2018	68%	2019-2021	0%	-68%	Adiada

Tabela C – Execução financeira das medidas regionais

KTM	Código da Medida	Investimento previsto (mil €)	Programação financeira (2016-2017) (mil €)	Fonte de Financiamento	Investimento retificado (mil €)	Investimento retificado nacional (mil €)	Investimento retificado comunitário (mil €)	Execução financeira (2016-2017) (mil €)	Execução financeira nacional (2016-2017) (mil €)	Execução financeira comunitária (2016-2017) (mil €)	Desvio do investimento retificado face ao investimento previsto (%)	Desvio do investimento retificado face ao investimento previsto (mil €)	Desvio do executado face ao previsto (%)	Desvio do executado face ao previsto (mil €)
KTM16	PTE1P02M01_RH	0	0	Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 Privado	785	548	237	377	263	114		785		
KTM16	PTE1P02M02_RH	0	0	Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 Privado	91	54	37	46	27	19		91		
KTM15	PTE1P03M01_SUP_RH	75	25	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-	-100%	- 75		0
KTM15	PTE1P04M01_RH	50	26	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-	-100%	-50		0
KTM15	PTE1P04M02_SUP_RH	75	25	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-	-100%	-75		0
KTM99	PTE1P05M01_RH	0	0	Privado Empresas Públicas Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-		-		
KTM99	PTE1P05M02_RH	0	0	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-		-		
KTM99	PTE1P05M03_SUB_RH	0	0	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-		-		
KTM02	PTE1P06M01_RH	0	0	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-		-		
KTM02	PTE1P06M02_RH	0	0	Privado Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-		-		
KTM02	PTE1P06M03_RH	0	0	Privado	-	-	-	-	-	-		-		
KTM02	PTE1P06M04_RH	0	0	Privado Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-		-		
KTM02	PTE1P06M05_RH	0	0	0	-	-	-	-	-	-		-		
KTM02	PTE1P06M06_RH	0	0	0	-	-	-	-	-	-		-		
KTM02	PTE1P06M08_RH	0	0	Privado Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-		-		
KTM02	PTE1P06M10_RH	25	8	Orçamento do Estado Fundo Ambiental	-	-	-	-	-	-	-100%	-25		0
KTM03	PTE1P07M01_RH	0	0	Privado	-	-	-	-	-	-		-		
KTM21	PTE1P10M01_RH	0	0	0	-	-	-	-	-	-		-		
KTM20	PTE1P13M01_SUP_RH	20	8	PO MAR 2020 Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-	-100%	-20		0
KTM21	PTE1P14M01_SUP_RH	0	0	Empresas Municipais	-	-	-	-	-	-		-		
KTM08	PTE2P01M01_RH	0	0	Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 Privado	440	66	374	53	8	45		440		
KTM08	PTE2P01M02_RH	20	4	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-	-100%	-20		0
KTM08	PTE2P01M13_SUP_RH	80	28	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-	-100%	-80		0
KTM13	PTE2P03M01_SUB_RH	0	0	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-		-		

KTM	Código da Medida	Investimento previsto (mil €)	Programação financeira (2016-2017) (mil €)	Fonte de Financiamento	Investimento retificado (mil €)	Investimento retificado nacional (mil €)	Investimento retificado comunitário (mil €)	Execução financeira (2016-2017) (mil €)	Execução financeira nacional (2016-2017) (mil €)	Execução financeira comunitário (2016-2017) (mil €)	Desvio do investimento retificado face ao investimento previsto (%)	Desvio do investimento retificado face ao investimento previsto (mil €)	Desvio do executado face ao previsto (%)	Desvio do executado face ao previsto (mil €)
KTM13	PTE2P03M02_SUP_RH	50	25	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-	-100%	- 50		0
KTM99	PTE2P04M01_SUB_RH	0	0	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-		-		
KTM99	PTE2P05M01_SUB_RH	20	7	Orçamento do Estado	2	2	-	2	2	-	-89%	-18	65%	1
KTM99	PTE2P05M02_SUB_RH	20	6	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-	-100%	-20		0
KTM06	PTE3P02M02_SUP_RH	0	0	Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 Privado	0	0	0	0	0	0		0		
KTM06	PTE3P02M26_SUP_RH	30	30	Orçamento do Estado Fundo Ambiental	-	-	-	-	-	-	-100%	-30		0
KTM06	PTE3P02M34_SUP_RH	37.5	12	Orçamento do Estado Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) 2014-2020 Fundo Ambiental	11	2	9	3	0	3	-71%	-27	-7%	0
KTM20	PTE4P02M01_SUP_RH	0	0	PO MAR 2020 Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-		-		
KTM23	PTE5P01M01_SUP_RH	0	0	Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 Privado	-	-	-	-	-	-		-		
KTM23	PTE5P01M02_RH	0	0	Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 Privado	4	1	3	2	1	1		4		
KTM24	PTE5P02M02_RH	30	10	0 Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-	-100%	-30		0
KTM17	PTE5P04M01_RH	0	0	0	-	-	-	-	-	-		-		
KTM15	PTE5P05M01_RH	20	6	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-	-100%	-20		0
KTM15	PTE5P05M02_SUP_RH	80	16	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-	-100%	-80		0
KTM15	PTE5P05M03_RH	25	8	0 Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos Fundo Ambiental	32	5	28	7	1	6	30%	7	-58%	-4
KTM24	PTE5P06M01_SUP_RH	375	150	Fundo Ambiental Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos	240	60	180	-	-	-	-36%	-135		-96
KTM09	PTE6P01M01_RH	0	0	Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-		-		
KTM11	PTE6P03M01_RH	0	0	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-		-		
KTM14	PTE7P01M01_RH	30	12	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos 0 Fundo Ambiental	3	0	3	1	0	1	-90%	-27	9%	0
KTM14	PTE7P01M02_RH	0	0	Programa de Desenvolvimento Rural	43	14	29	11	3	7		43		

KTM	Código da Medida	Investimento previsto (mil €)	Programação financeira (2016-2017) (mil €)	Fonte de Financiamento	Investimento retificado (mil €)	Investimento retificado nacional (mil €)	Investimento retificado comunitário (mil €)	Execução financeira (2016-2017) (mil €)	Execução financeira nacional (2016-2017) (mil €)	Execução financeira comunitário (2016-2017) (mil €)	Desvio do investimento retificado face ao investimento previsto (%)	Desvio do investimento retificado face ao investimento previsto (mil €)	Desvio do executado face ao previsto (%)	Desvio do executado face ao previsto (mil €)
				2014-2020 Privado										
KTM14	PTE7P01M03_SUB_RH	0	0	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-		-		
KTM14	PTE7P01M04_SUP_RH	140	23	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos 0 Fundo Ambiental	236	35	201	-	-	-	69%	96		-39
KTM14	PTE7P01M05_SUP_RH	10	10	Orçamento do Estado	11	11	-	8	8	-	12%	1	-43%	-3
KTM14	PTE7P01M06_RH	75	15	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos Orçamento do Estado Fundo Ambiental	41	15	26	1	-	1	-45%	-34	-873%	-7
KTM14	PTE7P01M07_RH	10	2	0	-	-	-	-	-	-	-100%	-10		0
KTM14	PTE7P01M07_SUP_RH	375	124	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos Orçamento do Estado Fundo Ambiental	462	69	392	-	-	-	23%	87		-153
KTM14	PTE7P01M08_RH	10	3	Sistema de Apoio à Modernização e capacitação da Administração Pública	-	-	-	-	-	-	-100%	- 10		0
KTM14	PTE7P01M09_RH	70	70	Sistema de Apoio à Modernização e capacitação da Administração Pública	58	58	-	9	9	-	-18%	-12	-522%	-48
KTM12	PTE8P01M02_RH	30	6	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-	-100%	-30		0
KTM12	PTE8P02M01_RH	20	8	Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 Orçamento do Estado	734	296	438	110	44	66	3569%	714	-167%	-183
KTM99	PTE9P01M01_RH	100	20	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-	-100%	-100		0
KTM14	PTE9P02M01_SUP_RH	129.25	484	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos 0 Fundo Ambiental	91	14	78	91	14	77	-29%	-38	-277%	-251
KTM14	PTE9P02M02_SUB_RH	77.5	110	Orçamento do Estado Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) 2014-2020	5	1	4	4	1	4	-94%	-73	-57%	-2
KTM99	PTE9P03M02_RH	0	0	Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-		-		
KTM99	PTE9P04M01_RH	80	16	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos Orçamento do Estado	-	-	-	-	-	-	-100%	-80		0
KTM99	PTE9P05M01_SUP_RH	100	40	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos Orçamento do Estado	24	7	18	-	-	-	-76%	-76		-10

<i>KTM</i>	<i>Código da Medida</i>	<i>Investimento previsto (mil €)</i>	<i>Programação financeira (2016-2017) (mil €)</i>	<i>Fonte de Financiamento</i>	<i>Investimento retificado (mil €)</i>	<i>Investimento retificado nacional (mil €)</i>	<i>Investimento retificado comunitário (mil €)</i>	<i>Execução financeira (2016-2017) (mil €)</i>	<i>Execução financeira nacional (2016-2017) (mil €)</i>	<i>Execução financeira comunitário (2016-2017) (mil €)</i>	<i>Desvio do investimento retificado face ao investimento previsto (%)</i>	<i>Desvio do investimento retificado face ao investimento previsto (mil €)</i>	<i>Desvio do executado face ao previsto (%)</i>	<i>Desvio do executado face ao previsto (mil €)</i>
KTM99	PTE9P06M01_SUP_RH	10	4	Orçamento do Estado Programa Transfronteiriço Espanha Portugal	250	83	168	-	-	-	2400%	240		-100
KTM99	PTE9P07M01_RH	80	32	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos Autarquias Locais	-	-	-	-	-	-	-100%	-80		0
KTM99	PTE9P07M02_RH	75	50	Orçamento do Estado	600	600	-	-	-	-	700%	525		-400

Tabela D – Indicadores das medidas regionais

<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Metas</i>	<i>Indicadores propostos</i>	<i>Metas propostas</i>	<i>Resultados</i>
PTE1P02M01_RH	Promover a melhoria da gestão de efluentes agroindustriais	N.º de investimentos apoiados que contribuam para melhorar a gestão de efluentes agroindustriais / N.º total de investimentos que contribuam para melhorar a gestão de efluentes agroindustriais	100% em 2020	N.º de candidaturas selecionadas/N.º de candidaturas aprovadas		15%
PTE1P02M02_RH	Promover a melhoria da gestão de efluentes pecuários	N.º de investimentos apoiados que contribuam para melhorar a gestão de efluentes pecuários / N.º total de investimentos que contribuam para melhorar a gestão de efluentes pecuários	100% em 2020	N.º de candidaturas selecionadas/N.º de candidaturas aprovadas		5%
PTE1P03M01_SUP_RH	Rever os TURH das ETAR urbanas não PRTR que descarregam substâncias perigosas prioritárias tendo em conta as unidades industriais ligadas à rede de drenagem das águas residuais urbanas	N.º dos TURH das ETAR urbanas não PRTR que foram revistos /N.º das ETAR urbanas não PRTR em que foram identificadas indústrias que podem originar descargas de substâncias perigosas prioritárias	100% em 2021	N.º dos TURH de ETAR urbanas que foram revistos /N.º dos TURH de ETAR urbanas		3%
PTE1P04M01_RH	Elaboração do inventário de emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias e outros poluentes.	N.º de emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias e outros poluentes inventariados/N.º de emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias e outros poluentes existentes	100% em 2019	Elaboração do inventário		50%
PTE1P04M02_SUP_RH	Rever os TURH das ETAR urbanas não PRTR que descarregam substâncias prioritárias tendo em conta as unidades industriais ligadas à rede de drenagem das águas residuais urbanas	N.º dos TURH das ETAR urbanas não PRTR que foram revistos /N.º das ETAR urbanas não PRTR em que foram identificadas indústrias que podem originar descargas de substâncias prioritárias	100% em 2021			0%
PTE1P05M01_RH	Respeitar os requisitos para as emissões industriais relativos às instalações PCIP	N.º de requisitos cumpridos das licenças ambientais / N.º de requisitos relativos à água existentes nas licenças ambientais	100% em 2020	N.º de TURH das licenças ambientais em cumprimento / N.º de TURH das licenças ambientais existentes	100% em 2021	100%

<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Metas</i>	<i>Indicadores propostos</i>	<i>Metas propostas</i>	<i>Resultados</i>
PTE1P05M02_RH	Licenciar e respeitar os requisitos legais definidos para as explorações pecuárias	N.º de explorações pecuárias licenciadas / N.º total de explorações pecuárias N.º de explorações pecuárias em conformidade com as normas ambientais / N.º total de explorações pecuárias	100% em 2017 100% em 2021	N.º de explorações licenciadas/ N.º de explorações que deram entrada no processo de licenciamento através Base de dados do NREAP	80% anualmente	90%
PTE1P05M03_SUB_RH	Proibir descargas diretas de poluentes nas águas subterrâneas e controlo da recarga artificial	N.º de recargas artificiais nas MA subterrâneas	0% / ano	Nº de pedidos indeferidos / Nº de pedidos para emissão de TURH destas utilizações	100% / ano	100%
PTE1P06M01_RH	Adotar um novo Código de Boas Práticas Agrícolas, contemplando disposições para o azoto e para o fósforo	Revisão do Código de Boas Práticas Agrícolas, contemplando disposições para o azoto e para o fósforo	100% em 2016		100% em 2017	100%
PTE1P06M02_RH	Respeitar as normas e as condicionantes definidas para a utilização de lamas de depuração em solos agrícolas (adotar boas práticas de fertilização com lamas)	N.º de normas respeitadas / N.º de normas definidas para a utilização de lamas de depuração em solos agrícolas	80% em 2020	N.º de parcelas aprovadas/N.º de parcelas submetidas a aprovação	100% em 2021	5%
PTE1P06M03_RH	Respeitar as regras da Condicionalidade nas explorações agrícolas, pecuárias e florestais	N.º de explorações agrícolas, pecuárias e florestais em conformidade com as regras da condicionalidade / N.º de explorações agrícolas, pecuárias e florestais abrangidas por estas regras	70%/ano			33%
PTE1P06M04_RH	Respeitar as normas e condicionantes definidas para a valorização agrícola de efluentes pecuários (adotar boas práticas de fertilização com efluentes pecuários)	N.º de explorações agrícolas que respeitam as normas definidas para valorização agrícola de efluentes pecuários / N.º total de explorações agrícolas que realizam valorização agrícola dos efluentes pecuários N.º de PGEP recebidos na APA com indicação de destino adequado para a totalidade dos efluentes pecuários produzidos e que mereceram parecer favorável da APA/ N.º total de PGEP recebidos na APA para emissão de parecer	100% em 2021 100% em 2021	N.º de parcelas aprovadas/N.º de parcelas submetidas a aprovação		100%

<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Metas</i>	<i>Indicadores propostos</i>	<i>Metas propostas</i>	<i>Resultados</i>
PTE1P06M05_RH	Adotar modos de produção sustentáveis	N.º de explorações agrícolas de produção sustentável ao nível dos recursos hídricos com plano de exploração aprovado /N.º de explorações agrícolas licenciadas	100% em 2020	N.º de candidaturas selecionadas/N.º de candidaturas aprovadas		
PTE1P06M06_RH	Adotar sistemas de produção tradicionais/extensivos	N.º de explorações agrícolas de produção tradicional/extensiva ao nível dos recursos hídricos com plano de exploração aprovado/N.º de explorações agrícolas licenciadas	100% em 2020	N.º de candidaturas selecionadas/N.º de candidaturas aprovadas		
PTE1P06M08_RH	Aplicar os critérios para construção e reabilitação de nitreiras.	% de nitreiras que cumprem os critérios de construção/reabilitação estabelecidos	100% em 2021			200%
PTE1P06M10_RH	Plano para a redução da contaminação das MA com efluentes agropecuários e agroindustriais (profunda reconfiguração da ENEAPAI)	Elaboração do plano	100% em 2019	Elaboração do plano		20%
PTE1P07M01_RH	Proceder a uma utilização sustentável dos produtos fitofarmacêuticos (pesticidas de utilização agrícola) nas explorações agrícolas e florestais	N.º de explorações agrícolas e florestais que respeitam as normas ambientais na utilização dos produtos fitofarmacêuticos / N.º total de explorações agrícolas e florestais que utilizam produtos fitofarmacêuticos	70%/ano	N.º de medidas implementadas/n.º de medidas definidas no Plano	100% em 2023	27%
PTE1P10M01_RH	Aplicar os critérios para a construção e/ou reabilitação de estações de lavagem de viaturas e das respetivas redes de drenagem de efluentes.	% estações de lavagem de viaturas construídas/remodeladas de acordos com os critérios de controlo da poluição	75% em 2021			0%
PTE1P13M01_SUP_RH	Assegurar o desenvolvimento e o crescimento sustentáveis da aquicultura	N.º de ações que assegurem um desenvolvimento sustentável da aquicultura N.º de explorações aquícolas licenciadas com exploração sustentável/N.º de explorações aquícolas licenciadas	5 ações em 2020 70% em 2021	Nº de planos elaborados por categoria de massas de água	100% em 2019	10%
PTE1P14M01_SUP_RH	Regulamento de descarga de águas residuais industriais em redes públicas de drenagem	N.º de EG com regulamento de descarga / Nº total de EG	100% em 2018	N.º de EG em baixa com regulamento de serviço/ N.º total de EG em baixa	100% em 2021	19%

<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Metas</i>	<i>Indicadores propostos</i>	<i>Metas propostas</i>	<i>Resultados</i>
PTE2P01M01_RH	Melhorar a gestão da água e promover a eficiência da sua utilização no regadio	N.º de investimentos apoiados que contribuam para promover melhorias na gestão da água e na eficiência hídrica / N.º total de investimentos na exploração agrícola que contribuam para promover melhorias na gestão da água e na eficiência hídrica	80% em 2020	N.º de candidaturas selecionadas/N.º de candidaturas aprovadas	100% em 2020	57%
PTE2P01M02_RH	Incentivar uma gestão mais eficiente da água	Programa de Incentivos definido N.º de agricultores abrangidos por formação / N.º total de agricultores	100% em 2018	Programa de Incentivos definido	100% em 2021	20%
PTE2P01M13_SUP_RH	Promover a reutilização de águas residuais urbanas tratadas e de águas pluviais.	N.º de Estudos Piloto realizados para a reutilização de águas residuais urbanas tratadas e/ou águas pluviais	2 em 2021	Elaboração de uma estratégia nacional, legislação e guia.	100% em 2019	30%
PTE2P03M01_SUB_RH	Harmonizar condicionantes das zonas de proteção referentes aos perímetros de proteção das captações de água subterrânea para abastecimento público	Metodologia harmonizada sobre as condicionantes das zonas de proteção referentes aos perímetros de proteção das captações de água subterrânea para abastecimento público e sua aplicação.	100% em 2021	Metodologia harmonizada sobre as condicionantes das zonas de proteção e sua aplicação.		0%
PTE2P03M02_SUP_RH	Proteção das captações de água superficial	N.º de captações superficiais com perímetros de proteção / N.º total de captações superficiais	100% em 2019		100% em 2021	0%
PTE2P04M01_SUB_RH	Melhorar a regulação das utilizações dos recursos hídricos subterrâneos	N.º de captações novas com TURH/N.º total de captações novas	100% em 2021			33%
PTE2P05M01_SUB_RH	Validar o valor de recarga das massas de água	N.º de MA com valor de recarga validado / N.º de MA em estudo	100% em 2020			100%
PTE2P05M02_SUB_RH	Delimitar zonas de máxima infiltração e restrições ao uso do solo em articulação com o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional	N.º de zonas de máxima infiltração delimitadas/N.º total de zonas de máxima infiltração a delimitar	100% em 2021			75%
PTE3P02M02_SUP_RH	Instalar, manter e recuperar galerias ripícolas e erradicar espécies invasoras lenhosas em áreas florestais e agroflorestais	N.º de galerias ripícolas recuperadas / N.º total de galerias ripícolas a recuperar	80% em 2020	N.º de candidaturas selecionadas/N.º de candidaturas aprovadas	100% em 2020	100%
PTE3P02M26_SUP_RH	Plano de remoção de infraestruturas transversais	Elaboração do plano	100% em 2018		100% em 2020	30%
PTE3P02M34_SUP_RH	Plano para a reconstituição da continuidade fluvial, restauração da	Elaboração do plano	100% em 2019		100% em 2020	10%

<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Metas</i>	<i>Indicadores propostos</i>	<i>Metas propostas</i>	<i>Resultados</i>
	vegetação ripária e revisão do regime de caudais ecológicos					
PTE4P02M01_SUP_RH	Garantir a utilização sustentável dos recursos aquáticos	Garantir que as ações para assegurar a proteção, e a manutenção do bom estado das massas de água são incluídas nos planos de gestão e exploração das ZPP e ZPL	100% de garantia até 2020	Número de planos de gestão e exploração das ZPP e ZPL aprovados/Número de planos de gestão e exploração das ZPP e ZPL existentes	100% em 2021	0%
PTE5P01M01_SUP_RH	Adotar práticas agrícolas benéficas para o clima e o ambiente/ "Greening"	N.º de práticas adoptadas nas explorações agrícolas no âmbito do greening /N.º de explorações agrícolas licenciadas	100% em 2020			40%
PTE5P01M02_RH	Promover a silvicultura sustentável	N.º de apoios à instalação de florestas/N.º de explorações silvícolas instaladas	70% / ano	N.º de candidaturas selecionadas/N.º de candidaturas aprovadas	100% em 2020	1%
PTE5P02M02_RH	Acompanhamento da implementação da Estratégia Nacional de Adaptação aos Impactos das Alterações Climáticas relacionados com os Recursos Hídricos (ENAAC-RH)	Grau de acompanhamento da ENAAC-RH (número de ações implementadas / número de ações previstas) ×100	50% em 2021 75% em 2027			100%
PTE5P04M01_RH	Promover a conservação do solo	N.º de investimentos apoiados que contribuam para melhorar a conservação do solo / N.º total de investimentos na exploração agrícola que existam para melhorar a conservação do solo	80% em 2020	N.º de candidaturas selecionadas/N.º de candidaturas aprovadas	100% em 2020	
PTE5P05M01_RH	Avaliação das fontes potenciais de risco de poluição accidental e avaliação da elaboração de relatórios de segurança e planos de emergência	N.º de fontes potenciais de risco de poluição accidental inventariados/ N.º fontes potenciais de risco de poluição accidental existentes N.º de relatórios de segurança e de planos de emergência avaliados / N.º de relatórios de segurança e de planos de emergência elaborados	100% em 2018 100% em 2021	N.º de relatórios de segurança atualizados / N.º de instalações SEVESO	100% em 2021	100%
PTE5P05M02_SUP_RH	Operacionalização de sistema de alerta contra casos de poluição accidental que podem provocar contaminação de águas balneares	N.º de sistemas de alerta implementados contra casos de poluição / N.º total de massas de água em zonas balneares	80% em 2021	N.º de sistemas de alerta implementados contra casos de poluição / N.º total de águas		0%

<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Metas</i>	<i>Indicadores propostos</i>	<i>Metas propostas</i>	<i>Resultados</i>
				balneares com necessidade de sistema de alerta		
PTE5P05M03_RH	Plano para as substâncias prioritárias e unidades PCIP e Seveso	Elaboração do plano	100% em 2019		100% em 2021	20%
PTE5P06M01_SUP_RH	Elaboração de um plano específico de sedimentos para combate à erosão costeira	Plano específico de gestão de águas para restabelecer o ciclo sedimentar para combate à erosão costeira	1 plano em 2020		1 plano em 2021	0%
PTE6P01M01_RH	Revisão dos Regimes Tarifários no Setor Urbano	Revisão dos Regimes Tarifários no Setor Urbano	100% em 2020		100% em 2019	0%
PTE6P03M01_RH	Revisão dos Regimes Tarifários no Setor Agrícola	Revisão dos Regimes Tarifários no Setor Agrícola	100% em 2018	N.º de AH do grupo II, com contrato de concessão, que aplicam taxa de exploração (TE) em função do volume de água/ N.º de AH do grupo II, com contrato de concessão, onde é aplicável TE	100% em 2021	88%
PTE7P01M01_RH	Monitorizar e avaliar a lista de vigilância	N.º de estações monitorizadas/ N.º de estações existentes	20%/ano	Elaboração de relatório	1/ano	100%
PTE7P01M02_RH	Promover a inovação no sector agrícola	N.º de ações inovadoras no sector agrícola	2/ano	N.º de candidaturas selecionadas/N.º de candidaturas aprovadas	100% em 2020	8%
PTE7P01M03_SUB_RH	Preservar os ecossistemas aquáticos e terrestres dependentes das águas subterrâneas	Metodologia de classificação dos EDAS e dos ETDAS aferida	100% em 2021			33%
PTE7P01M04_SUP_RH	Complementar os critérios de classificação para avaliação do estado das massas de água superficiais	N.º de critérios definidos / N.º de critérios necessários para complementar os sistemas de classificação	80% em 2020	Elaboração do relatório	100% em 2020	0%
PTE7P01M05_SUP_RH	Atualização da cartografia das zonas sensíveis	Elaboração de um diploma legal com a atualização da cartografia das zonas sensíveis	100% em 2017		100% em 2019	40%
PTE7P01M06_RH	Desenvolvimento de modelos de simulação dos aspetos quantitativos e qualitativos	N.º de modelos de simulação desenvolvidos/N.º de modelos necessários à gestão de recursos hídricos	100% em 2021			25%
PTE7P01M07_RH	Avaliar a possibilidade de criação de um Mercado de Licenças	Criação de um Modelo de Mercado de Licenças	100% em 2021			0%

<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Metas</i>	<i>Indicadores propostos</i>	<i>Metas propostas</i>	<i>Resultados</i>
PTE7P01M07_SUP_RH	Monitorização sistemática da evolução da faixa costeira quer em litoral de arriba quer em litoral arenoso	N.º de ações implementadas / N.º de ações previstas	100% em 2021			0%
PTE7P01M08_RH	Criar um sistema de informação de apoio à gestão económica da água	Criação de um Sistema de Informação de apoio à gestão económica da Água	100% em 2019			0%
PTE7P01M09_RH	Plataforma de Gestão do PGRH	Operacionalização da ferramenta de gestão	100% em 2017		100% em 2020	2%
PTE8P01M02_RH	Desenvolvimento dos Procedimentos de Participação Pública a adotar nos Planos de Recursos Hídricos	N.º de procedimentos de PP desenvolvidos / N.º de procedimentos de PP a adotar nos PGRH	100% em 2021	Elaboração de um guia dos procedimentos de PP	100% em 2020	0%
PTE8P02M01_RH	Promover a capacitação, divulgação e aconselhamento no sector agrícola	N.º de procedimentos de divulgação e aconselhamento no sector agrícola	10/ano	N.º de candidaturas selecionadas/N.º de candidaturas aprovadas	100% em 2020	92%
PTE9P01M01_RH	Promover uma ação preventiva de fiscalização	N.º de utilizações fiscalizadas / N.º de utilizações tituladas no ano	5% / ano			33%
PTE9P02M01_SUP_RH	Monitorização das massas de água superficiais	N.º de massas de água monitorizadas / N.º total de massas de água superficiais	60%/ano			100%
PTE9P02M02_SUB_RH	Reestruturar as redes de monitorização das massas de água subterrâneas	N.º de redes implementadas / N.º de redes redefinidas	100% em 2021	N.º de estações de monitorização implementadas / N.º de estações de monitorização consideradas necessárias		100%
PTE9P03M02_RH	Revisão do diploma relativo ao Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos (FPRH)	Revisão do Diploma do FPRH	100% em 2018			100%
PTE9P04M01_RH	Elaborar para os sítios da Rede Natura 2000 planos de gestão ou instrumentos equivalentes	N.º de planos de gestão ou instrumentos equivalentes elaborados / N.º de planos de gestão ou instrumentos equivalentes necessários para os sítios da Rede Natura 2000	100% em 2021			20%
PTE9P05M01_SUP_RH	Articular o controle das pressões e objetivos ambientais com os programas de medidas e monitorização definidos no âmbito da Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM)	Garantir a articulação com os programas de medidas e monitorização definidos no âmbito da DQEM	100% de garantia até 2020		100% em 2021	0%

<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Metas</i>	<i>Indicadores propostos</i>	<i>Metas propostas</i>	<i>Resultados</i>
PTE9P06M01_SUP_RH	Definir mecanismos de acompanhamento da implementação das medidas nas bacias internacionais	N.º de mecanismos implementados / N.º de mecanismos necessários para o acompanhamento da implementação das medidas nas bacias internacionais	100% em 2021			100%
PTE9P07M01_RH	Desenvolver ações que promovam o capital natural nas áreas do sítio da Rede Natura	N.º de investimentos apoiados que contribuam para melhorar o capital natural nas áreas do sítio da Rede Natura / N.º total de investimentos nas áreas do sítio da Rede Natura	80% em 2020			40%
PTE9P07M02_RH	Implementação do Modelo de Gestão para Empreendimentos de Fins Múltiplos ou equiparados	Atribuição dos custos associados à gestão dos EFM aos utilizadores principais	100% em 2018	Modelos de Gestão para Empreendimentos de Fins Múltiplos ou equiparados implementados/ Modelos de Gestão para Empreendimentos de Fins Múltiplos ou equiparados aplicáveis	100% em 2019	0%

Anexo II – Medidas específicas

Tabela E – Entidades responsáveis

<i>KTM</i>	<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Entidade responsável</i>
KTM01	PTE1P01M01_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Pedrógão, na freguesia de Pedrógão, concelho de Vidigueira	Medida suplementar	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M02_SUP_RH7	Construção da Nova ETAR de Beja, na freguesia de Beja (Salvador), concelho de Beja	Medida de base	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M03_SUP_RH7	Remodelação da ETAR de Amareleja, na freguesia de Amareleja, concelho de Moura	Medida de base	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M04_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Salvada, na freguesia de Cabeça Gorda, concelho de Beja	Medida suplementar	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M05_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Safara Poente e da ETAR de Safara Nascente, na freguesia de Safara, concelho de Moura	Medida de base	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M06_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Santo Aleixo da Restauração, na freguesia de Santo Aleixo da Restauração, concelho de Moura	Medida suplementar	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M07_SUP_RH7	Ampliação da ETAR de Selmes, na freguesia de Selmes, concelho de Vidigueira	Medida suplementar	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M08_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Barrancos - Zona Este (Lancheira), na freguesia e concelho de Barrancos	Medida suplementar	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M09_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Pias, na freguesia de Pias, concelho de Serpa	Medida de base	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M10_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Serpa, na freguesia de Serpa (Santa Maria), concelho de Serpa	Medida de base	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M11_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Moura, na freguesia de Moura (São João Batista), concelho de Moura	Medida de base	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M12_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Barrancos- Ferrenha, na freguesia e concelho de Barrancos	Medida suplementar	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M13_SUP_RH7	Construção da Nova ETAR de Santa Clara do Louredo, na freguesia de Santa Clara do Louredo, concelho de Beja	Medida suplementar	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M14_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Sobral da Adiça, na freguesia de Sobral da Adiça, concelho de Moura	Medida suplementar	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M15_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Póvoa de São Miguel, freguesia de Póvoa de São Miguel, concelho de Moura	Medida suplementar	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M16_SUP_RH7	Reabilitação da nova ETAR de Cuba, na freguesia e concelho de Cuba	Medida de base	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M17_SUP_RH7	Construção da Nova ETAR de Santa Cruz, na freguesia de Santa Cruz, concelho de Almodôvar	Medida suplementar	Câmara Municipal de Almodôvar
KTM01	PTE1P01M18_SUP_RH7	Construção da nova ETAR de Rio de Moinhos, na freguesia de Rio de Moinhos, concelho de Borba	Medida suplementar	Águas do Vale do Tejo, S.A.
KTM01	PTE1P01M19_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Monte do Trigo e da ETAR de Vera Cruz, no concelho de Portel	Medida suplementar	Águas do Vale do Tejo, S.A.
KTM01	PTE1P01M20_SUP_RH7	Construção da ETAR de Barbacena, ETAR de São Vicente, ETAR de Varche e ETAR de Calçadinha, no concelho de Elvas	Medida suplementar	Águas do Vale do Tejo, S.A. Município de Elvas
KTM01	PTE1P01M21_SUP_RH7	Construção da ETAR de Esperança, na freguesia de Esperança, concelho de Arronches	Medida suplementar	Águas do Vale do Tejo, S.A.
KTM16	PTE1P02M03_SUP_RH7	Construção de sistemas de pré-tratamento de efluentes de queijarias artesanais, de Rio de Moinhos no concelho de Borba, Casas Novas de Mares, no concelho de Alandroal e concelho de Serpa	Medida suplementar	Associações Industriais Agroindustriais

<i>KTM</i>	<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Entidade responsável</i>
KTM02	PTE1P06M09_SUB_RH7	Aplicação do programa de ação para as zonas vulneráveis de Beja e Elvas	Medida de base	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural Agência Portuguesa do Ambiente
KTM02	PTE1P06M10_SUP_RH7	Proteção da qualidade da água da Albufeira de Serpa	Medida suplementar	Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva
KTM02	PTE1P06M11_SUP_RH7	Proteção da qualidade da água da Albufeira da Laje	Medida suplementar	Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva
KTM04	PTE1P12M01_RH7	Recuperação Ambiental de Áreas Mineiras Degradadas - Mina de S. Domingos, no concelho de Mértola	Medida suplementar	Empresa de Desenvolvimento Mineiro
KTM08	PTE2P01M04_SUP_RH7	Infraestruturação do perímetro de rega do Aproveitamento Hidroagrícola do Xévorá, no concelho de Campo Maior	Medida de base	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
KTM05	PTE3P01M01_SUP_RH7	Recuperação de continuidade longitudinal do troço do Barranco do Panasco associado à demolição da barragem da Sardinha/Panasco, na freguesia de Pias, concelho de Serpa	Medida suplementar	Proprietários
KTM06	PTE3P02M03_SUP_RH7	Implementação de ações de reabilitação e requalificação de linhas de água na região hidrográfica do Guadiana	Medida suplementar	Proprietários
KTM07	PTE3P03M01_SUP_RH7	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Abrilongo, Aproveitamento Hidroagrícola do Xévorá, concelho de Campo Maior	Medida de base	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
KTM07	PTE3P03M02_SUP_RH7	Implementação Regime de Caudal Ecológico da Barragem do Caia, Aproveitamento Hidroagrícola do Caia, concelhos de Elvas e Campo Maior	Medida de base	0
KTM07	PTE3P03M03_SUP_RH7	Implementação Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Luçefecit, Aproveitamento Hidroagrícola de Luçefecit, concelho de Alandroal	Medida de base	Associação de Beneficiários do Luçefecit
KTM07	PTE3P03M04_SUP_RH7	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem da Vigia, Aproveitamento Hidroagrícola da Vigia, concelho de Redondo	Medida de base	Associação de Beneficiários da Obra da Vigia
KTM07	PTE3P03M05_SUP_RH7	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem do Monte Novo, concelho de Évora	Medida de base	Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. Agência Portuguesa do Ambiente
KTM07	PTE3P03M06_SUP_RH7	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Odeleite, concelho de Castro Marim	Medida de base	Águas do Algarve, S. A. Agência Portuguesa do Ambiente
KTM07	PTE3P03M07_SUP_RH7	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Beliche, concelho de Castro Marim	Medida de base	Águas do Algarve, S. A. Agência Portuguesa do Ambiente
KTM18	PTE4P01M01_SUP_RH7	Plano de controlo de infestantes aquáticas na Bacia Hidrográfica do Guadiana	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
KTM18	PTE4P01M02_SUP_RH7	Prevenção de risco de contaminação com mexilhão Zebra na Região Hidrográfica do Guadiana	Medida suplementar	Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva

<i>KTM</i>	<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Entidade responsável</i>
				Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas Agência Portuguesa do Ambiente
KTM18	PTE4P01M03_SUP_RH7	Prevenção de risco de contaminação com Jacinto de água no rio Guadiana e área de influência do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva	Medida suplementar	Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva Agência Portuguesa do Ambiente
KTM17	PTE5P04M02_RH7	Estratégia integrada de promoção da utilização sustentável da matéria orgânica no solo da área do EFMA integrada na região hidrográfica do Guadiana	Medida suplementar	Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva Federação Portuguesa de Associações de Suinicultores Agência Portuguesa do Ambiente Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P.
KTM24	PTE5P06M02_SUP_RH7	Acompanhamento das medidas de intervenções de minimização de risco de erosão costeira no âmbito do Programa da Orla Costeira Odeceixe-Vila Real de Santo António	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM14	PTE7P01M10_SUP_RH7	Revisão da delimitação de massas de água superficiais face às características hidrológicas da região hidrográfica do Guadiana	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM14	PTE9P02M02_SUP_RH7	Implementação do Plano de Monitorização do Estuário do Guadiana	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM14	PTE9P02M03_SUP_RH7	Monitorização de Investigação relativa a substâncias prioritárias e poluentes específicos nas massas de água superficiais da região hidrográfica do Guadiana	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM01	PTE1P01M01_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Pedrógão, na freguesia de Pedrógão, concelho de Vidigueira	Medida suplementar	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M02_SUP_RH7	Construção da Nova ETAR de Beja, na freguesia de Beja (Salvador), concelho de Beja	Medida de base	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M03_SUP_RH7	Remodelação da ETAR de Amareleja, na freguesia de Amareleja, concelho de Moura	Medida de base	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M04_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Salvada, na freguesia de Cabeça Gorda, concelho de Beja	Medida suplementar	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M05_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Safara Poente e da ETAR de Safara Nascente, na freguesia de Safara, concelho de Moura	Medida de base	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M06_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Santo Aleixo da Restauração, na freguesia de Santo Aleixo da Restauração, concelho de Moura	Medida suplementar	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M07_SUP_RH7	Ampliação da ETAR de Selmes, na freguesia de Selmes, concelho de Vidigueira	Medida suplementar	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M08_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Barrancos - Zona Este (Lancheira), na freguesia e concelho de Barrancos	Medida suplementar	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M09_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Pias, na freguesia de Pias, concelho de Serpa	Medida de base	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M10_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Serpa, na freguesia de Serpa (Santa Maria), concelho de Serpa	Medida de base	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M11_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Moura, na freguesia de Moura (São João Batista), concelho de Moura	Medida de base	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M12_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Barrancos- Ferrenha, na freguesia e concelho de Barrancos	Medida suplementar	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M13_SUP_RH7	Construção da Nova ETAR de Santa Clara do Louredo, na freguesia de Santa Clara do Louredo, concelho de Beja	Medida suplementar	Águas Públicas do Alentejo

<i>KTM</i>	<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Entidade responsável</i>
KTM01	PTE1P01M14_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Sobral da Adiça, na freguesia de Sobral da Adiça, concelho de Moura	Medida suplementar	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M15_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Póvoa de São Miguel, freguesia de Póvoa de São Miguel, concelho de Moura	Medida suplementar	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M16_SUP_RH7	Reabilitação da nova ETAR de Cuba, na freguesia e concelho de Cuba	Medida de base	Águas Públicas do Alentejo
KTM01	PTE1P01M17_SUP_RH7	Construção da Nova ETAR de Santa Cruz, na freguesia de Santa Cruz, concelho de Almodôvar	Medida suplementar	Câmara Municipal de Almodôvar
KTM01	PTE1P01M18_SUP_RH7	Construção da nova ETAR de Rio de Moinhos, na freguesia de Rio de Moinhos, concelho de Borba	Medida suplementar	Águas do Vale do Tejo, S.A.
KTM01	PTE1P01M19_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Monte do Trigo e da ETAR de Vera Cruz, no concelho de Portel	Medida suplementar	Águas do Vale do Tejo, S.A.
KTM01	PTE1P01M20_SUP_RH7	Construção da ETAR de Barbacena, ETAR de São Vicente, ETAR de Varche e ETAR de Calçadinha, no concelho de Elvas	Medida suplementar	Águas do Vale do Tejo, S.A. Município de Elvas
KTM01	PTE1P01M21_SUP_RH7	Construção da ETAR de Esperança, na freguesia de Esperança, concelho de Arronches	Medida suplementar	Águas do Vale do Tejo, S.A.
KTM16	PTE1P02M03_SUP_RH7	Construção de sistemas de pré-tratamento de efluentes de queijarias artesanais, de Rio de Moinhos no concelho de Borba, Casas Novas de Mares, no concelho de Alandroal e concelho de Serpa	Medida suplementar	Associações Industriais Agroindustriais
KTM02	PTE1P06M09_SUB_RH7	Aplicação do programa de ação para as zonas vulneráveis de Beja e Elvas	Medida de base	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural Agência Portuguesa do Ambiente
KTM02	PTE1P06M10_SUP_RH7	Proteção da qualidade da água da Albufeira de Serpa	Medida suplementar	Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva
KTM02	PTE1P06M11_SUP_RH7	Proteção da qualidade da água da Albufeira da Laje	Medida suplementar	Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva
KTM04	PTE1P12M01_RH7	Recuperação Ambiental de Áreas Mineiras Degradadas - Mina de S. Domingos, no concelho de Mértola	Medida suplementar	Empresa de Desenvolvimento Mineiro
KTM08	PTE2P01M04_SUP_RH7	Infraestruturação do perímetro de rega do Aproveitamento Hidroagrícola do Xévorá, no concelho de Campo Maior	Medida de base	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
KTM05	PTE3P01M01_SUP_RH7	Recuperação de continuidade longitudinal do troço do Barranco do Panasco associado à demolição da barragem da Sardinha/Panasco, na freguesia de Pias, concelho de Serpa	Medida suplementar	Proprietários
KTM06	PTE3P02M03_SUP_RH7	Implementação de ações de reabilitação e requalificação de linhas de água na região hidrográfica do Guadiana	Medida suplementar	Proprietários
KTM07	PTE3P03M01_SUP_RH7	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Abrilongo, Aproveitamento Hidroagrícola do Xévorá, concelho de Campo Maior	Medida de base	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
KTM07	PTE3P03M02_SUP_RH7	Implementação Regime de Caudal Ecológico da Barragem do Caia, Aproveitamento Hidroagrícola do Caia, concelhos de Elvas e Campo Maior	Medida de base	0
KTM07	PTE3P03M03_SUP_RH7	Implementação Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Lucefecit, Aproveitamento Hidroagrícola de Lucefecit, concelho de Alandroal	Medida de base	Associação de Beneficiários do Lucefecit

<i>KTM</i>	<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Entidade responsável</i>
KTM07	PTE3P03M04_SUP_RH7	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem da Vigia, Aproveitamento Hidroagrícola da Vigia, concelho de Redondo	Medida de base	Associação de Beneficiários da Obra da Vigia
KTM07	PTE3P03M05_SUP_RH7	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem do Monte Novo, concelho de Évora	Medida de base	Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. Agência Portuguesa do Ambiente
KTM07	PTE3P03M06_SUP_RH7	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Odeleite, concelho de Castro Marim	Medida de base	Águas do Algarve, S. A. Agência Portuguesa do Ambiente
KTM07	PTE3P03M07_SUP_RH7	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Beliche, concelho de Castro Marim	Medida de base	Águas do Algarve, S. A. Agência Portuguesa do Ambiente
KTM18	PTE4P01M01_SUP_RH7	Plano de controlo de infestantes aquáticas na Bacia Hidrográfica do Guadiana	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
KTM18	PTE4P01M02_SUP_RH7	Prevenção de risco de contaminação com mexilhão Zebra na Região Hidrográfica do Guadiana	Medida suplementar	Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas Agência Portuguesa do Ambiente
KTM18	PTE4P01M03_SUP_RH7	Prevenção de risco de contaminação com Jacinto de água no rio Guadiana e área de influência do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva	Medida suplementar	Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva Agência Portuguesa do Ambiente
KTM17	PTE5P04M02_RH7	Estratégia integrada de promoção da utilização sustentável da matéria orgânica no solo da área do EFMA integrada na região hidrográfica do Guadiana	Medida suplementar	Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva Federação Portuguesa de Associações de Suicultores Agência Portuguesa do Ambiente Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P.
KTM24	PTE5P06M02_SUP_RH7	Acompanhamento das medidas de intervenções de minimização de risco de erosão costeira no âmbito do Programa da Orla Costeira Odeceixe-Vila Real de Santo António	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM14	PTE7P01M10_SUP_RH7	Revisão da delimitação de massas de água superficiais face às características hidrológicas da região hidrográfica do Guadiana	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM14	PTE9P02M02_SUP_RH7	Implementação do Plano de Monitorização do Estuário do Guadiana	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente
KTM14	PTE9P02M03_SUP_RH7	Monitorização de Investigação relativa a substâncias prioritárias e poluentes específicos nas massas de água superficiais da região hidrográfica do Guadiana	Medida suplementar	Agência Portuguesa do Ambiente

Tabela F – Execução física das medidas específicas

<i>KTM</i>	<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Programação física</i>	<i>Programação física (2016-2017) (%)</i>	<i>Programação Física retificada</i>	<i>Execução física (2016-2017) (%)</i>	<i>Desvio (%)</i>	<i>Ponto de situação</i>
KTM01	PTE1P01M01_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Pedrógão, na freguesia de Pedrógão, concelho de Vidigueira	2016	100%	2017-2018	75%	-25%	Em execução
KTM01	PTE1P01M02_SUP_RH7	Construção da Nova ETAR de Beja, na freguesia de Beja (Salvador), concelho de Beja	2016 - 2018	75%	2017-2019	49%	-26%	Em execução
KTM01	PTE1P01M03_SUP_RH7	Remodelação da ETAR de Amareleja, na freguesia de Amareleja, concelho de Moura	2016	100%	2017-2018	82%	-18%	Em execução
KTM01	PTE1P01M04_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Salvada, na freguesia de Cabeça Gorda, concelho de Beja	2016 - 2017	100%	2018	0%	-100%	Adiada
KTM01	PTE1P01M05_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Safara Poente e da ETAR de Safara Nascente, na freguesia de Safara, concelho de Moura	2016 - 2017	100%	2018	0%	-100%	Adiada
KTM01	PTE1P01M06_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Santo Aleixo da Restauração, na freguesia de Santo Aleixo da Restauração, concelho de Moura	2016 - 2017	100%	2018	0%	-100%	Adiada
KTM01	PTE1P01M07_SUP_RH7	Ampliação da ETAR de Selmes, na freguesia de Selmes, concelho de Vidigueira	2016 - 2017	100%	2021	0%	-100%	Adiada
KTM01	PTE1P01M08_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Barrancos - Zona Este (Lancheira), na freguesia e concelho de Barrancos	2016 - 2017	100%	2018	0%	-100%	Adiada
KTM01	PTE1P01M09_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Pias, na freguesia de Pias, concelho de Serpa	2016 - 2017	100%	2020	0%	-100%	Adiada
KTM01	PTE1P01M10_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Serpa, na freguesia de Serpa (Santa Maria), concelho de Serpa	2016 - 2017	100%	2018-2019	0%	-100%	Adiada
KTM01	PTE1P01M11_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Moura, na freguesia de Moura (São João Batista), concelho de Moura	2016 - 2017	100%	2020	0%	-100%	Adiada
KTM01	PTE1P01M12_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Barrancos- Ferrenha, na freguesia e concelho de Barrancos	2016 - 2017	100%	2020	0%	-100%	Adiada
KTM01	PTE1P01M13_SUP_RH7	Construção da Nova ETAR de Santa Clara do Louredo, na freguesia de Santa Clara do Louredo, concelho de Beja	2017	100%	2018	0%	-100%	Adiada
KTM01	PTE1P01M14_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Sobral da Adiça, na freguesia de Sobral da Adiça, concelho de Moura	2017	100%	2020	0%	-100%	Adiada
KTM01	PTE1P01M15_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Póvoa de São Miguel, freguesia de Póvoa de São Miguel, concelho de Moura	2018	0%	2021	0%		Por executar

<i>KTM</i>	<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Programação física</i>	<i>Programação física (2016-2017) (%)</i>	<i>Programação Física retificada</i>	<i>Execução física (2016-2017) (%)</i>	<i>Desvio (%)</i>	<i>Ponto de situação</i>
KTM01	PTE1P01M16_SUP_RH7	Reabilitação da nova ETAR de Cuba, na freguesia e concelho de Cuba	2017	100%	2018-2020	0%	-100%	Adiada
KTM01	PTE1P01M17_SUP_RH7	Construção da Nova ETAR de Santa Cruz, na freguesia de Santa Cruz, concelho de Almodôvar	2016	100%	2018-2019	0%	-100%	Adiada
KTM01	PTE1P01M18_SUP_RH7	Construção da nova ETAR de Rio de Moinhos, na freguesia de Rio de Moinhos, concelho de Borba	2018 - 2021	0%	2018-2020	0%		Por executar
KTM01	PTE1P01M19_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Monte do Trigo e da ETAR de Vera Cruz, no concelho de Portel	2017 - 2020	25%	2018-2021	0%	-25%	Adiada
KTM01	PTE1P01M20_SUP_RH7	Construção da ETAR de Barbacena, ETAR de São Vicente, ETAR de Varche e ETAR de Calçadinha, no concelho de Elvas	2018 - 2020	0%	2017-2019	29%		Em execução
KTM01	PTE1P01M21_SUP_RH7	Construção da ETAR de Esperança, na freguesia de Esperança, concelho de Arronches	2018 - 2020	0%		0%		Por executar
KTM16	PTE1P02M03_SUP_RH7	Construção de sistemas de pré-tratamento de efluentes de queijarias artesanais, de Rio de Moinhos no concelho de Borba, Casas Novas de Mares, no concelho de Alandroal e concelho de Serpa	2017 - 2020	25%	2019-2021	0%	-25%	Adiada
KTM02	PTE1P06M09_SUB_RH7	Aplicação do programa de ação para as zonas vulneráveis de Beja e Elvas	2016 - 2021	40%	2016-2027	50%	10%	Em execução
KTM02	PTE1P06M10_SUP_RH7	Proteção da qualidade da água da Albufeira de Serpa	2017 - 2018	50%	2019-2020	0%	-50%	Adiada
KTM02	PTE1P06M11_SUP_RH7	Proteção da qualidade da água da Albufeira da Laje	2017 - 2018	50%	2019-2020	0%	-50%	Adiada
KTM04	PTE1P12M01_RH7	Recuperação Ambiental de Áreas Mineiras Degradadas - Mina de S. Domingos, no concelho de Mértola	2015 - 2020	40%	2016-2019	20%	-20%	Em execução
KTM08	PTE2P01M04_SUP_RH7	Infraestruturação do perímetro de rega do Aproveitamento Hidroagrícola do Xévorá, no concelho de Campo Maior	2016 - 2020	45%	2017-2021	7%	-38%	Em execução
KTM05	PTE3P01M01_SUP_RH7	Recuperação de continuidade longitudinal do troço do Barranco do Panasco associado à demolição da barragem da Sardinha/Panasco, na freguesia de Pias, concelho de Serpa	2016	100%		100%	0%	Executada
KTM06	PTE3P02M03_SUP_RH7	Implementação de ações de reabilitação e requalificação de linhas de água na região hidrográfica do Guadiana	2016 - 2021	30%	2019-2021	0%	-30%	Adiada

KTM	Código da Medida	Designação	Programação física	Programação física (2016-2017) (%)	Programação Física retificada	Execução física (2016-2017) (%)	Desvio (%)	Ponto de situação
KTM07	PTE3P03M01_SUP_RH7	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Abrilongo, Aproveitamento Hidroagrícola do Xévora, concelho de Campo Maior	2016 - 2020	45%	2021	0%	-45%	Adiada
KTM07	PTE3P03M02_SUP_RH7	Implementação Regime de Caudal Ecológico da Barragem do Caia, Aproveitamento Hidroagrícola do Caia, concelhos de Elvas e Campo Maior	2016 - 2020	45%	2021	0%	-45%	Adiada
KTM07	PTE3P03M03_SUP_RH7	Implementação Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Luçefecit, Aproveitamento Hidroagrícola de Luçefecit, concelho de Alandroal	2016 - 2020	45%	2021	0%	-45%	Adiada
KTM07	PTE3P03M04_SUP_RH7	Implementação do Regime de Caudal Ecológico daa Barragem da Vigia, Aproveitamento Hidroagrícola da Vigia, concelho de Redondo	2016 - 2020	45%	2021	0%	-45%	Adiada
KTM07	PTE3P03M05_SUP_RH7	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem do Monte Novo, concelho de Évora	2016 - 2020	45%	2021	0%	-45%	Adiada
KTM07	PTE3P03M06_SUP_RH7	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Odeleite, concelho de Castro Marim	2016 - 2020	45%	2021	0%	-45%	Adiada
KTM07	PTE3P03M07_SUP_RH7	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Beliche, concelho de Castro Marim	2016 - 2020	45%	2021	0%	-45%	Adiada
KTM18	PTE4P01M01_SUP_RH7	Plano de controlo de infestantes aquáticas na Bacia Hidrográfica do Guadiana	2017 - 2020	25%	2016-2020	25%	0%	Em execução
KTM18	PTE4P01M02_SUP_RH7	Prevenção de risco de contaminação com mexilhão Zebra na Região Hidrográfica do Guadiana	2017 - 2021	20%		12%	-8%	Em execução
KTM18	PTE4P01M03_SUP_RH7	Prevenção de risco de contaminação com Jacinto de água no rio Guadiana e área de influência do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva	2016 - 2021	40%		6%	-34%	Em execução
KTM17	PTE5P04M02_RH7	Estratégia integrada de promoção da utilização sustentável da matéria orgânica no solo da área do EFMA integrada na região hidrográfica do Guadiana	2017 - 2020	25%	2018	0%	-25%	Adiada
KTM24	PTE5P06M02_SUP_RH7	Acompanhamento das medidas de intervenções de minimização de risco de erosão costeira no	2016 - 2021	32%		0%	-32%	Não executada

<i>KTM</i>	<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Programação física</i>	<i>Programação física (2016-2017) (%)</i>	<i>Programação Física retificada</i>	<i>Execução física (2016-2017) (%)</i>	<i>Desvio (%)</i>	<i>Ponto de situação</i>
		âmbito do Programa da Orla Costeira Odeceixe-Vila Real de Santo António						
KTM14	PTE7P01M10_SUP_RH7	Revisão da delimitação de massas de água superficiais face às características hidrológicas da região hidrográfica do Guadiana	2017	100%	2017-2019	5%	-95%	Em execução
KTM14	PTE9P02M02_SUP_RH7	Implementação do Plano de Monitorização do Estuário do Guadiana	2017 - 2021	20%	2018-2019	0%	-20%	Adiada
KTM14	PTE9P02M03_SUP_RH7	Monitorização de Investigação relativa a substâncias prioritárias e poluentes específicos nas massas de água superficiais da região hidrográfica do Guadiana	2017 - 2018	75%	2015-2018	99%	24%	Em execução

Tabela G – Execução financeira das medidas específicas

KTM	Código da Medida	Investimento previsto (mil €)	Programação financeira (2016-2017) (mil €)	Fonte de Financiamento	Investimento retificado (mil €)	Investimento retificado nacional (mil €)	Investimento retificado comunitário (mil €)	Execução financeira (2016-2017) (mil €)	Execução financeira nacional (2016-2017) (mil €)	Execução financeira comunitário (2016-2017) (mil €)	Desvio do investimento retificado face ao investimento previsto (%)	Desvio do investimento retificado face ao investimento previsto (mil €)	Desvio do executado face ao previsto (%)	Desvio do executado face ao previsto (mil €)
KTM01	PTE1P01M01_SUP_RH7	200	200	Empresas Públicas	-	200	0	150.0	150	0	0%	-	-25%	-50
KTM01	PTE1P01M02_SUP_RH7	4997.45	3748	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) 2014-2020 Empresas Públicas	3979	597	3382	1940.0	291	1649	-20%	- 1 018.45	-28%	-1044
KTM01	PTE1P01M03_SUP_RH7	270	270	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) 2014-2020 Empresas Públicas	372	56	316	305.0	46	259	38%	102.00	-25%	-67
KTM01	PTE1P01M04_SUP_RH7	30	30	Empresas Públicas	-	30	0	0.0	0	0	0%	-	-100%	-30
KTM01	PTE1P01M05_SUP_RH7	60	60	Empresas Públicas	-	60	0	0.0	0	0	0%	-	-100%	-60
KTM01	PTE1P01M06_SUP_RH7	30	30	Empresas Públicas	-	30	0	0.0	0	0	0%	-	-100%	-30
KTM01	PTE1P01M07_SUP_RH7	150	150	Empresas Públicas	600	600	0	0.0	0	0	300%	450.00	-400%	-600
KTM01	PTE1P01M08_SUP_RH7	60	60	Empresas Públicas	-	60	0	0.0	0	0	0%	-	-100%	-60
KTM01	PTE1P01M09_SUP_RH7	80	80	Empresas Públicas	-	80	0	0.0	0	0	0%	-	-100%	-80
KTM01	PTE1P01M10_SUP_RH7	200	200	Empresas Públicas	-	200	0	0.0	0	0	0%	-	-100%	-200
KTM01	PTE1P01M11_SUP_RH7	500	500	Empresas Públicas	-	500	0	0.0	0	0	0%	-	-100%	-500
KTM01	PTE1P01M12_SUP_RH7	140	140	Empresas Públicas	-	140	0	0.0	0	0	0%	-	-100%	-140
KTM01	PTE1P01M13_SUP_RH7	85	85	Empresas Públicas	-	85	0	0.0	0	0	0%	-	-100%	-85
KTM01	PTE1P01M14_SUP_RH7	300	300	Empresas Públicas	-	300	0	0.0	0	0	0%	-	-100%	-300
KTM01	PTE1P01M15_SUP_RH7	600	0	Empresas Públicas	800	800	0	0.0	0	0	33%	200.00		0
KTM01	PTE1P01M16_SUP_RH7	1252	1252	Empresas Públicas	1255	1255	0	0.0	0	0	0%	3.00	-100%	-1255
KTM01	PTE1P01M17_SUP_RH7	30	30	Autarquias Locais Autarquias Locais	125	125	0	0.0	0	0	318%	95.46	-418%	-125
KTM01	PTE1P01M18_SUP_RH7	2400	0	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) 2014-2020 Empresas Públicas	-	1508	892	0.0	0	0	0%	0.00		0
KTM01	PTE1P01M19_SUP_RH7	2100	525	Empresas Públicas	1836	1836	0	0.0	0	0	-13%	- 264.00	-87%	-459
KTM01	PTE1P01M20_SUP_RH7	1600	0	Empresas Públicas	810	810	0	234.0	234	0	-49%	-790.00		234
KTM01	PTE1P01M21_SUP_RH7	400	0	Empresas Públicas	-	400	0	0.0	0	0	0%	-		0
KTM16	PTE1P02M03_SUP_RH7	1500	375	Fundo Ambiental Privado	-	1500	0	0.0	0	0	0%	-	-100%	-375
KTM02	PTE1P06M09_SUB_RH7	50	20	Orçamento do Estado	20	20	0	19.9	20	0	-60%	- 30.10	60%	12

KTM	Código da Medida	Investimento previsto (mil €)	Programação financeira (2016-2017) (mil €)	Fonte de Financiamento	Investimento retificado (mil €)	Investimento retificado nacional (mil €)	Investimento retificado comunitário (mil €)	Execução financeira (2016-2017) (mil €)	Execução financeira nacional (2016-2017) (mil €)	Execução financeira comunitário (2016-2017) (mil €)	Desvio do investimento retificado face ao investimento previsto (%)	Desvio do investimento retificado face ao investimento previsto (mil €)	Desvio do executado face ao previsto (%)	Desvio do executado face ao previsto (mil €)
KTM02	PTE1P06M10_SUP_RH7	350	175	Fundo Ambiental Empresas Públicas	-	350	0	0.0	0	0	0%	-	-100%	-175
KTM02	PTE1P06M11_SUP_RH7	250	125	Fundo Ambiental Empresas Públicas	-	250	0	0.0	0	0	0%	-	-100%	-125
KTM04	PTE1P12M01_RH7	900	200	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) 2014- 2020 Empresas Públicas	7038	1056	5983	1374.7	206	1168	682%	6 138.41	-95%	-189
KTM08	PTE2P01M04_SUP_RH7	30000	13500	Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 Orçamento do Estado	-	4517	25483	20.0	20	0	0%	-	-100%	-13480
KTM05	PTE3P01M01_SUP_RH7	15	15	Privado	-	15	0	15.0	15	0	0%	-	0%	0
KTM06	PTE3P02M03_SUP_RH7	1000		Fundo Ambiental Privado	-	1000	0	0.0	0	0	0%	-		0
KTM07	PTE3P03M01_SUP_RH7	300		Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 Privado	-	88	213	0.0	0	0	0%	-		0
KTM07	PTE3P03M02_SUP_RH7	300	135	Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 Fundo Ambiental	-	88	213	0.0	0	0	0%	-	-100%	-135
KTM07	PTE3P03M03_SUP_RH7	300	135	Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 Fundo Ambiental	-	88	213	0.0	0	0	0%	-	-100%	-135
KTM07	PTE3P03M04_SUP_RH7	300	135	Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 Fundo Ambiental	-	88	213	0.0	0	0	0%	-	-100%	-135
KTM07	PTE3P03M05_SUP_RH7	300	135	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) 2014- 2020 Empresas Públicas	-	88	213	0.0	0	0	0%	-	-100%	-135
KTM07	PTE3P03M06_SUP_RH7	300	135	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) 2014- 2020 Empresas Públicas	-	88	213	0.0	0	0	0%	-	-100%	-135
KTM07	PTE3P03M07_SUP_RH7	300	135	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) 2014- 2020 Empresas Públicas	-	88	213	0.0	0	0	0%	-	-100%	-135
KTM18	PTE4P01M01_SUP_RH7	500	125	Empresas Públicas Orçamento do Estado Fundo Ambiental	-	500	0	125.0	125	0	0%	-	0%	0
KTM18	PTE4P01M02_SUP_RH7	500	100	Empresas Públicas Orçamento do Estado	260	260	0	30.0	30	0	-48%	- 240.00	-22%	-22

<i>KTM</i>	<i>Código da Medida</i>	<i>Investimento previsto (mil €)</i>	<i>Programação financeira (2016-2017) (mil €)</i>	<i>Fonte de Financiamento</i>	<i>Investimento retificado (mil €)</i>	<i>Investimento retificado nacional (mil €)</i>	<i>Investimento retificado comunitário (mil €)</i>	<i>Execução financeira (2016-2017) (mil €)</i>	<i>Execução financeira nacional (2016-2017) (mil €)</i>	<i>Execução financeira comunitário (2016-2017) (mil €)</i>	<i>Desvio do investimento retificado face ao investimento previsto (%)</i>	<i>Desvio do investimento retificado face ao investimento previsto (mil €)</i>	<i>Desvio do executado face ao previsto (%)</i>	<i>Desvio do executado face ao previsto (mil €)</i>
KTM18	PTE4P01M03_SUP_RH7	2200	880	Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal Orçamento do Estado Empresas Públicas	1631	1219	412	97.4	86	12	-26%	- 568.69	-63%	-555
KTM17	PTE5P04M02_RH7	500	125	Privado Orçamento do Estado Empresas Públicas Fundo Ambiental	250	250	0	0.0	0	0	-50%	-250.00	-50%	-63
KTM24	PTE5P06M02_SUP_RH7	30	10	-	-	-	-	-	-	-	-100%	-30.00	0%	0
KTM14	PTE7P01M10_SUP_RH7	50	50	Orçamento do Estado	-	50	0	0.0	0	0	0%	-	-100%	-50
KTM14	PTE9P02M02_SUP_RH7	500	100	INTERREG Orçamento do Estado	27	7	20	0.0	0	0	-95%	-473.33	-5%	-5
KTM14	PTE9P02M03_SUP_RH7	45	33.75	Orçamento do Estado	0	0	0	0.0	0	0	-100%	-45.00	0%	0

Tabela H – Indicadores das medidas específicas

<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Metas</i>	<i>Indicadores propostos</i>	<i>Metas propostas</i>	<i>Resultados</i>
PTE1P01M01_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Pedrógão, na freguesia de Pedrógão, concelho de Vidigueira	% de execução da obra	100% em 2016		100% em 2018	75%
PTE1P01M02_SUP_RH7	Construção da Nova ETAR de Beja, na freguesia de Beja (Salvador), concelho de Beja	% de execução da obra	100% em 2018		100% em 2019	49%
PTE1P01M03_SUP_RH7	Remodelação da ETAR de Amareleja, na freguesia de Amareleja, concelho de Moura	% de execução da obra	100% em 2016		100% em 2018	82%
PTE1P01M04_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Salvada, na freguesia de Cabeça Gorda, concelho de Beja	% de execução da obra	100% em 2017		100% em 2018	0%
PTE1P01M05_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Safara Poente e da ETAR de Safara Nascente, na freguesia de Safara, concelho de Moura	% de execução da obra	100% em 2017		100% em 2018	0%
PTE1P01M06_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Santo Aleixo da Restauração, na freguesia de Santo Aleixo da Restauração, concelho de Moura	% de execução da obra	100% em 2017		100% em 2018	0%
PTE1P01M07_SUP_RH7	Ampliação da ETAR de Selmes, na freguesia de Selmes, concelho de Vidigueira	% de execução da obra	100% em 2017		100% em 2021	0%
PTE1P01M08_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Barrancos - Zona Este (Lancheira), na freguesia e concelho de Barrancos	% de execução da obra	100% em 2017		100% em 2018	0%
PTE1P01M09_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Pias, na freguesia de Pias, concelho de Serpa	% de execução da obra	100% em 2017		100% em 2020	0%
PTE1P01M10_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Serpa, na freguesia de Serpa (Santa Maria), concelho de Serpa	% de execução da obra	100% em 2017		100% em 2019	0%
PTE1P01M11_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Moura, na freguesia de Moura (São João Batista), concelho de Moura	% de execução da obra	100% em 2017		100% em 2020	0%
PTE1P01M12_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Barrancos- Ferrenha, na freguesia e concelho de Barrancos	% de execução da obra	100% em 2017		100% em 2020	0%
PTE1P01M13_SUP_RH7	Construção da Nova ETAR de Santa Clara do Louredo, na freguesia de Santa Clara do Louredo, concelho de Beja	% de execução da obra	100% em 2017		100% em 2018	0%
PTE1P01M14_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Sobral da Adiça, na freguesia de Sobral da Adiça, concelho de Moura	% de execução da obra	100% em 2017		100% em 2020	0%
PTE1P01M15_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Póvoa de São Miguel, freguesia de Póvoa de São Miguel, concelho de Moura	% de execução da obra	100% em 2018		100% em 2021	0%
PTE1P01M16_SUP_RH7	Reabilitação da nova ETAR de Cuba, na freguesia e concelho de Cuba	% de execução da obra	100% em 2017		100% em 2021	0%

<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Metas</i>	<i>Indicadores propostos</i>	<i>Metas propostas</i>	<i>Resultados</i>
PTE1P01M17_SUP_RH7	Construção da Nova ETAR de Santa Cruz, na freguesia de Santa Cruz, concelho de Almodôvar	% de execução da ETAR	100% em 2016		100% em 2019	0%
PTE1P01M18_SUP_RH7	Construção da nova ETAR de Rio de Moinhos, na freguesia de Rio de Moinhos, concelho de Borba	% de execução da obra	100% em 2021		100% em 2020	0%
PTE1P01M19_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Monte do Trigo e da ETAR de Vera Cruz, no concelho de Portel	% de execução da reabilitação da ETAR	100% em 2020		100% em 2021	0%
PTE1P01M20_SUP_RH7	Construção da ETAR de Barbacena, ETAR de São Vicente, ETAR de Varche e ETAR de Calçadinha, no concelho de Elvas	% de execução da ETAR	100% em 2020		100% em 2021	29%
PTE1P01M21_SUP_RH7	Construção da ETAR de Esperança, na freguesia de Esperança, concelho de Arronches	% de execução da ETAR	100% em 2020			0%
PTE1P02M03_SUP_RH7	Construção de sistemas de pré-tratamento de efluentes de queijarias artesanais, de Rio de Moinhos no concelho de Borba, Casas Novas de Mares, no concelho de Alandroal e concelho de Serpa	nº de queijarias dotadas de sistemas de pré-tratamento adequado/nº total de queijarias existentes na malha urbana	100% em 2020		100% em 2021	0%
PTE1P06M09_SUB_RH7	Aplicação do programa de ação para as zonas vulneráveis de Beja e Elvas	Tendência de descida do ião nitrato	50% das estações em 2018; 100% das estações em 2025		50% das estações em 2017; 100% das estações em 2027	50%
PTE1P06M10_SUP_RH7	Proteção da qualidade da água da Albufeira de Serpa	% de execução do sistema de proteção	100% em 2018	% de execução do sistema de proteção	100% em 2020	0%
PTE1P06M11_SUP_RH7	Proteção da qualidade da água da Albufeira da Laje	% de execução do sistema de proteção	100% em 2018	% de execução do sistema de proteção	100% em 2020	0%
PTE1P12M01_RH7	Recuperação Ambiental de Áreas Mineiras Degradadas - Mina de S. Domingos, no concelho de Mértola	Área recuperada/Área prevista	100% em 2020		100% em 2019	20%
PTE2P01M04_SUP_RH7	Infraestruturação do perímetro de rega do Aproveitamento Hidroagrícola do Xévorá, no concelho de Campo Maior	Área infraestruturada/Área prevista	00% em 2020	Área infraestruturada/Área prevista	100% em 2021	7%
PTE3P01M01_SUP_RH7	Recuperação de continuidade longitudinal do troço do Barranco do Panasco associado à demolição da barragem da Sardinha/Panasco, na freguesia de Pias, concelho de Serpa	% execução da recuperação longitudinal do barranco	100% em 2016			100%
PTE3P02M03_SUP_RH7	Implementação de ações de reabilitação e requalificação de linhas de água na região hidrográfica do Guadiana	% de execução de massas de água requalificadas	100% em 2021			0%

<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Metas</i>	<i>Indicadores propostos</i>	<i>Metas propostas</i>	<i>Resultados</i>
PTE3P03M01_SUP_RH7	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Abrilongo, Aproveitamento Hidroagrícola do Xévara, concelho de Campo Maior	Nº estudos previstos/Nº estudos executados Nº de órgãos adaptados/Nº de órgãos previstos	100% em 2016 100% em 2020		100% em 2020	0%
PTE3P03M02_SUP_RH7	Implementação Regime de Caudal Ecológico da Barragem do Caia, Aproveitamento Hidroagrícola do Caia, concelhos de Elvas e Campo Maior	Nº estudos previstos/Nº estudos executados Nº de órgãos adaptados/Nº de órgãos previstos	100% em 2016 100% em 2020	Nº estudos previstos/Nº estudos executados	100% em 2020	0%
PTE3P03M03_SUP_RH7	Implementação Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Lucefecit, Aproveitamento Hidroagrícola de Lucefecit, concelho de Alandroal	Nº estudos previstos/Nº estudos executados Nº de órgãos adaptados/Nº de órgãos previstos	100% em 2016 100% em 2020	Nº estudos previstos/Nº estudos executados	100% em 2020	0%
PTE3P03M04_SUP_RH7	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem da Vigia, Aproveitamento Hidroagrícola da Vigia, concelho de Redondo	Nº estudos previstos/Nº estudos executados Nº de órgãos adaptados/Nº de órgãos previstos	100% em 2016 100% em 2020	Nº estudos previstos/Nº estudos executados	100% em 2020	0%
PTE3P03M05_SUP_RH7	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem do Monte Novo, concelho de Évora	Nº estudos previstos/Nº estudos executados Nº de órgãos adaptados/Nº de órgãos previstos	100% em 2016 100% em 2020	Nº estudos previstos/Nº estudos executados	100% em 2021	0%
PTE3P03M06_SUP_RH7	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Odeleite, concelho de Castro Marim	Nº estudos previstos/Nº estudos executados Nº de órgãos adaptados/Nº de órgãos previstos	100% em 2016 100% em 2020	Nº estudos previstos/Nº estudos executados	100% em 2021	0%
PTE3P03M07_SUP_RH7	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Beliche, concelho de Castro Marim	Nº estudos previstos/Nº estudos executados Nº de órgãos	100% em 2016 100% em 2020	Nº estudos previstos/Nº estudos executados	100% em 2021	0%

<i>Código da Medida</i>	<i>Designação</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Metas</i>	<i>Indicadores propostos</i>	<i>Metas propostas</i>	<i>Resultados</i>
		adaptados/Nº de órgãos previstos				
PTE4P01M01_SUP_RH7	Plano de controlo de infestantes aquáticas na Bacia Hidrográfica do Guadiana	nº de ações de controlo realizadas/nº de ações de controlo previstas	100% em 2020			25%
PTE4P01M02_SUP_RH7	Prevenção de risco de contaminação com mexilhão Zebra na Região Hidrográfica do Guadiana	Nº de ações de desinfeção de embarcações efetuadas/Nº de ações de desinfeção de embarcações previstas	100% em 2021			12%
PTE4P01M03_SUP_RH7	Prevenção de risco de contaminação com Jacinto de água no rio Guadiana e área de influência do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva	nº de ações executados/ Nº total de ações previstas	100% em 2021			6%
PTE5P04M02_RH7	Estratégia integrada de promoção da utilização sustentável da matéria orgânica no solo da área do EFMA integrada na região hidrográfica do Guadiana	Nº de Unidades experimentais instaladas/Nº de Unidades experimentais previstas	100% em 2020		100% em 2018	0%
PTE5P06M02_SUP_RH7	Acompanhamento das medidas de intervenções de minimização de risco de erosão costeira no âmbito do Programa da Orla Costeira Odeceixe-Vila Real de Santo António	Nº de ações realizadas/Nº de ações previstas	100% em 2021			
PTE7P01M10_SUP_RH7	Revisão da delimitação de massas de água superficiais face às características hidrológicas da região hidrográfica do Guadiana	% de massas de água delimitadas	100% em 2017		100% em 2019	5%
PTE9P02M02_SUP_RH7	Implementação do Plano de Monitorização do Estuário do Guadiana	Nº de componentes de monitorização implementadas/Nº total de componentes de monitorização previstas	100% em 2021		100% em 2019	0%
PTE9P02M03_SUP_RH7	Monitorização de Investigação relativa a substâncias prioritárias e poluentes específicos nas massas de água superficiais da região hidrográfica do Guadiana	Nº Estações Monitorizadas/Nº Massas de Água a Classificar	60%/ano	N.º de massas de água monitorizadas / N.º total de massas de água superficiais	100% em 2021	99%

Anexo III – Medidas específicas e massas de água

Tabela I – Massas de água abrangidas por medidas específicas

Código da Medida	Designação	N.º de MA abrangidas (Superficiais e Subterrâneas)	MA Bom e Superior (%)	MA Inferior a Bom (%)	Execução da medida (%)
			2.º Ciclo	2.º Ciclo	
PTE1P01M01_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Pedrógão, na freguesia de Pedrógão, concelho de Vidigueira	1	0%	0%	75%
PTE1P01M02_SUP_RH7	Construção da Nova ETAR de Beja, na freguesia de Beja (Salvador), concelho de Beja	1	0%	0%	49%
PTE1P01M03_SUP_RH7	Remodelação da ETAR de Amareleja, na freguesia de Amareleja, concelho de Moura	1	0%	0%	82%
PTE1P01M04_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Salvada, na freguesia de Cabeça Gorda, concelho de Beja	1	0%	0%	0%
PTE1P01M05_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Safara Poente e da ETAR de Safara Nascente, na freguesia de Safara, concelho de Moura	1	0%	0%	0%
PTE1P01M06_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Santo Aleixo da Restauração, na freguesia de Santo Aleixo da Restauração, concelho de Moura	1	0%	0%	0%
PTE1P01M07_SUP_RH7	Ampliação da ETAR de Selmes, na freguesia de Selmes, concelho de Vidigueira	1	0%	0%	0%
PTE1P01M08_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Barrancos - Zona Este (Lancheira), na freguesia e concelho de Barrancos	1	0%	0%	0%
PTE1P01M09_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Pias, na freguesia de Pias, concelho de Serpa	1	0%	0%	0%
PTE1P01M10_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Serpa, na freguesia de Serpa (Santa Maria), concelho de Serpa	1	0%	0%	0%
PTE1P01M11_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Moura, na freguesia de Moura (São João Batista), concelho de Moura	1	0%	0%	0%
PTE1P01M12_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Barrancos- Ferrenha, na freguesia e concelho de Barrancos	1	0%	0%	0%
PTE1P01M13_SUP_RH7	Construção da Nova ETAR de Santa Clara do Louredo, na freguesia de Santa Clara do Louredo, concelho de Beja	1	0%	0%	0%
PTE1P01M14_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Sobral da Adiça, na freguesia de Sobral da Adiça, concelho de Moura	1	0%	0%	0%
PTE1P01M15_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Póvoa de São Miguel, freguesia de Póvoa de São Miguel, concelho de Moura	1	0%	0%	0%
PTE1P01M16_SUP_RH7	Reabilitação da nova ETAR de Cuba, na freguesia e concelho de Cuba	1	0%	0%	0%

Código da Medida	Designação	N.º de MA abrangidas (Superficiais e Subterrâneas)	MA Bom e Superior (%)	MA Inferior a Bom (%)	Execução da medida (%)
			2.º Ciclo	2.º Ciclo	
PTE1P01M17_SUP_RH7	Construção da Nova ETAR de Santa Cruz, na freguesia de Santa Cruz, concelho de Almodôvar	1	0%	0%	0%
PTE1P01M18_SUP_RH7	Construção da nova ETAR de Rio de Moinhos, na freguesia de Rio de Moinhos, concelho de Borba	1	0%	0%	0%
PTE1P01M19_SUP_RH7	Reabilitação da ETAR de Monte do Trigo e da ETAR de Vera Cruz, no concelho de Portel	2	0%	0%	0%
PTE1P01M20_SUP_RH7	Construção da ETAR de Barbacena, ETAR de São Vicente, ETAR de Varche e ETAR de Calçadinha, no concelho de Elvas	4	0%	0%	29%
PTE1P01M21_SUP_RH7	Construção da ETAR de Esperança, na freguesia de Esperança, concelho de Arronches	1	0%	0%	0%
PTE1P02M03_SUP_RH7	Construção de sistemas de pré-tratamento de efluentes de queijarias artesanais, de Rio de Moinhos no concelho de Borba, Casas Novas de Mares, no concelho de Alandroal e concelho de Serpa	3	0%	0%	0%
PTE1P06M09_SUB_RH7	Aplicação do programa de ação para as zonas vulneráveis de Beja e Elvas	3	0%	0%	50%
PTE1P06M10_SUP_RH7	Proteção da qualidade da água da Albufeira de Serpa	1	0%	0%	0%
PTE1P06M11_SUP_RH7	Proteção da qualidade da água da Albufeira da Laje	1	0%	0%	0%
PTE1P12M01_RH7	Recuperação Ambiental de Áreas Mineiras Degradadas - Mina de S. Domingos, no concelho de Mértola	2	0%	0%	20%
PTE2P01M04_SUP_RH7	Infraestruturação do perímetro de rega do Aproveitamento Hidroagrícola do Xévorá, no concelho de Campo Maior	1	0%	0%	7%
PTE3P01M01_SUP_RH7	Recuperação de continuidade longitudinal do troço do Barranco do Panasco associado à demolição da barragem da Sardinha/Panasco, na freguesia de Pias, concelho de Serpa	1	0%	0%	100%
PTE3P02M03_SUP_RH7	Implementação de ações de reabilitação e requalificação de linhas de água na região hidrográfica do Guadiana	1	0%	0%	0%
PTE3P03M01_SUP_RH7	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Abrilongo, Aproveitamento Hidroagrícola do Xévorá, concelho de Campo Maior	1	0%	0%	0%
PTE3P03M02_SUP_RH7	Implementação Regime de Caudal Ecológico da Barragem do Caia, Aproveitamento Hidroagrícola do Caia, concelhos de Elvas e Campo Maior	3	0%	0%	0%
PTE3P03M03_SUP_RH7	Implementação Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Lucefecit, Aproveitamento Hidroagrícola de Lucefecit, concelho de Alandroal	1	0%	0%	0%

Código da Medida	Designação	N.º de MA abrangidas (Superficiais e Subterrâneas)	MA Bom e Superior (%)	MA Inferior a Bom (%)	Execução da medida (%)
			2.º Ciclo	2.º Ciclo	
PTE3P03M04_SUP_RH7	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem da Vigia, Aproveitamento Hidroagrícola da Vigia, concelho de Redondo	1	0%	0%	0%
PTE3P03M05_SUP_RH7	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem do Monte Novo, concelho de Évora	1	0%	0%	0%
PTE3P03M06_SUP_RH7	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Odeleite, concelho de Castro Marim	1	0%	0%	0%
PTE3P03M07_SUP_RH7	Implementação do Regime de Caudal Ecológico da Barragem de Beliche, concelho de Castro Marim	1	0%	0%	0%
PTE4P01M01_SUP_RH7	Plano de controlo de infestantes aquáticas na Bacia Hidrográfica do Guadiana	1	0%	0%	25%
PTE4P01M02_SUP_RH7	Prevenção de risco de contaminação com mexilhão Zebra na Região Hidrográfica do Guadiana	11	0%	0%	12%
PTE4P01M03_SUP_RH7	Prevenção de risco de contaminação com Jacinto de água no rio Guadiana e área de influência do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva	2	0%	0%	6%
PTE5P04M02_RH7	Estratégia integrada de promoção da utilização sustentável da matéria orgânica no solo da área do EFMA integrada na região hidrográfica do Guadiana	2	0%	0%	0%
PTE5P06M02_SUP_RH7	Acompanhamento das medidas de intervenções de minimização de risco de erosão costeira no âmbito do Programa da Orla Costeira Odeceixe-Vila Real de Santo António	2	0%	0%	0%
PTE7P01M10_SUP_RH7	Revisão da delimitação de massas de água superficiais face às características hidrológicas da região hidrográfica do Guadiana	47	0%	0%	5%
PTE9P02M02_SUP_RH7	Implementação do Plano de Monitorização do Estuário do Guadiana	9	0%	0%	0%
PTE9P02M03_SUP_RH7	Monitorização de Investigação relativa a substâncias prioritárias e poluentes específicos nas massas de água superficiais da região hidrográfica do Guadiana	10	0%	0%	99%

Tabela J – Execução das medidas específicas por massa de água superficial

Objetivo ambiental	Categoria	Código	Massa de água			Medidas específicas		
			Designação	Estado ecológico (2.º ciclo)	Estado químico (2.º ciclo)	N.º medidas existentes	N.º de medidas concluídas	Execução das medidas (%)
2015	Rio	PT07GUA1399	Rio Xévora	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1400	Ribeira de Sovereite	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1402	Ribeira de Arronches	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1403	Rio Caia	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1406	Ribeira de Arronches	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1408	Ribeira dos Marmeleiros	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1409	Ribeiro do Caga-no-Ninho	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1411	Ribeira da Conceição	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1413	Rio Caia	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1414	Ribeira de Revelhos	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1415	Ribeira de Algalé	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1416	Ribeira dos Duques	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1417	Ribeira da Água Zorra	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1418	Ribeira da Murteira	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1419	Ribeira de Algalé	Bom	Desconhecido	1	0	0%
2015	Rio	PT07GUA1421	Ribeira do Torrão	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1425	Ribeiro do Vale dos Meiras	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1426	Ribeira do Ceto	Bom	Bom	1	0	0%
2015	Rio	PT07GUA1439	afluente da Ribeira de Lucefecit	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1440	Ribeira da Pardiela	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1442	Ribeira de Alfardagão	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1443	Ribeira de Lucefecit	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1445	Ribeiro do Negro	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1446	Ribeira do Alcaide	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1460	Ribeiro do Peral	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio (Albufeira)	PT07GUA1461	Albufeira Torres	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1470I	Ribeira de Cuncos	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio (Albufeira)	PT07GUA1473C	Albufeira do Loureiro	Bom	Desconhecido	1	0	
2015	Rio	PT07GUA1477	afluente do Rio Degebe	Bom	Desconhecido	0	0	

Objetivo ambiental	Categoria	Código	Massa de água			Medidas específicas		
			Designação	Estado ecológico (2.º ciclo)	Estado químico (2.º ciclo)	N.º medidas existentes	N.º de medidas concluídas	Execução das medidas (%)
2015	Rio	PT07GUA1481	Ribeira de Cagavai	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1483	Ribeira do Calastrão	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1485	Ribeira de Codes	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1486	Ribeira de Marmelar	Bom	Desconhecido	1	0	
2015	Rio (Albufeira)	PT07GUA1487G	Sistema de Albufeiras Álamo I e II	Bom	Desconhecido	1	0	
2015	Rio	PT07GUA1488	Barranco do Aguiar	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1489	Barranco das Cabanas	Bom	Desconhecido	1	0	
2015	Rio	PT07GUA1490I2	Ribeira de Murtega	Bom	Desconhecido	1	0	
2015	Rio	PT07GUA1497	Barranco do Vale de Vinagre	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1512	Ribeira da Mina de Aparis	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1515A	Barranco do Panasco	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1515B	Barranco das Amoreiras	Bom	Desconhecido	1	1	
2015	Rio (Albufeira)	PT07GUA1515C	Albufeira da Amoreira	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1518	Ribeira da Toutalga	Bom	Desconhecido	1	0	0%
2015	Rio	PT07GUA1520A	Ribeira de Pias	Bom	Bom	1	0	
2015	Rio (Albufeira)	PT07GUA1520B	Albufeira de Brinches	Bom	Bom	0	0	
2015	Rio (Albufeira)	PT07GUA1527A	Albufeira da Laje	Bom	Bom	1	0	
2015	Rio	PT07GUA1530	Rio Guadiana (Jusante B. Alqueva)	Bom	Desconhecido	2	0	
2015	Rio (Albufeira)	PT07GUA1531B	Albufeira de Serpa	Bom	Desconhecido	1	0	
2015	Rio	PT07GUA1542	Ribeira de Limas	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1543	Ribeira de Limas	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1544	Barranco da Passarinha	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1545	Barranco de Santa Iria	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1551	Ribeira da Talica	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1552	Ribeira de Alfamar	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1555	Ribeira de Terres	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1556	Barranco da Amendoeira	Bom	Desconhecido	0	0	

Objetivo ambiental	Categoria	Código	Massa de água			Medidas específicas		
			Designação	Estado ecológico (2.º ciclo)	Estado químico (2.º ciclo)	N.º medidas existentes	N.º de medidas concluídas	Execução das medidas (%)
2015	Rio	PT07GUA1560	Barranco do Pelingroso	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1561	Barranco de Bicho Aviado	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1563	Barranco da Furada	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1566	Barranco dos Alcaides	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1569	Barranco dos Alcaides	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1576	Ribeira de Alvacarejo	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio (Albufeira)	PT07GUA1577	Albufeira Tapada Grande	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1584	Barranco da Corte	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1587	Barranco do Chorrilho	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1589	Barranco do Papa Leite	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1590	Barranco do Vinagre	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio (Albufeira)	PT07GUA1591	Albufeira Chanca	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1593	Barranco do Rotilho	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1594	Barranco do Pego Redondo	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1595	Ribeira de Oeiras	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1596	Ribeira do Vascão	Bom	Desconhecido	1	0	
2015	Rio	PT07GUA1597	Ribeira do Tamejoso	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1598	Ribeira de Carreiras	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1599	Ribeira de Oeiras	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1600	Ribeirão	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1601	Barranco oo Malheiro	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Transição	PT07GUA1603I	Guadiana-WB3F	Bom	Bom	1	0	
2015	Rio	PT07GUA1604	Barranco dos Ladrões	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1606	Ribeirão	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1607	Ribeira do Vascãozinho	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1608	Ribeira da Foupanilha	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1609	Ribeira da Foupana	Bom	Desconhecido	0	0	

Objetivo ambiental	Categoria	Código	Massa de água			Medidas específicas		
			Designação	Estado ecológico (2.º ciclo)	Estado químico (2.º ciclo)	N.º medidas existentes	N.º de medidas concluídas	Execução das medidas (%)
2015	Rio	PT07GUA1610	Barranco da Maria Galega	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1611	Ribeira da Corte	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1612	Ribeira do Vascão	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1613	Ribeira de Odeleite (HMWB - Jusante B. Odeleite)	Bom	Desconhecido	1	0	
2015	Rio	PT07GUA1614	Ribeira da Foupana	Bom	Bom	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1615	Ribeira de Odeleite	Bom	Bom	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1616	Ribeira da Foupana	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1617	Barranco do Curral	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio (Albufeira)	PT07GUA1618	Albufeira Odeleite	Bom	Bom	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1619	Barranco de Marrocos	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1620	Ribeira de Beliche	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1621	Ribeiro do Leiteijo	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1622	Ribeiro das Chocas	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1623	Barranco Grande	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio (Albufeira)	PT07GUA1624	Albufeira Beliche	Bom	Bom	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1625	Ribeira de Odeleite	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1626	Ribeira de Odeleite	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1627	Ribeira da Caroucha	Bom	Desconhecido	0	0	
2015	Rio	PT07GUA1628	Ribeira de Beliche (HMWB - Jusante B. Beliche)	Bom	Desconhecido	1	0	
2015	Rio	PT07GUA1630	Ribeira do Rio Seco	Bom	Desconhecido	0	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1404I	Ribeira Abrilongo	Razoável	Desconhecido	1	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1404N	Ribeira Abrilongo	Razoável	Desconhecido	3	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1405	Ribeiro de Ouguela	Razoável	Desconhecido	2	0	
2016-2021	Rio (Albufeira)	PT07GUA1407	Albufeira Abrilongo	Razoável	Desconhecido	1	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1410	Rio Xévara	Razoável	Desconhecido	1	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1412	Ribeira de São João	Razoável	Desconhecido	1	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1423	Ribeira do Chaves	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT07GUA1428I2	Rio Guadiana (Jusante B. Caia e Açude Badajoz)	Razoável	Bom	3	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1429	Ribeiro do Can-Cão	Razoável	Desconhecido	2	0	

Objetivo ambiental	Categoria	Código	Massa de água			Medidas específicas		
			Designação	Estado ecológico (2.º ciclo)	Estado químico (2.º ciclo)	N.º medidas existentes	N.º de medidas concluídas	Execução das medidas (%)
2016-2021	Rio	PT07GUA1433	Ribeiro de São Francisco	Razoável	Desconhecido	2	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1435	Ribeira da Asseca	Razoável	Desconhecido	2	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1436	Ribeira de Pardais	Desconhecido/Sem informação	Bom	1	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1437	Ribeiro de Provincios	Razoável	Desconhecido	2	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1444	Ribeira da Palheta	Razoável	Desconhecido	2	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1447	Ribeiro de Alcalafate	Razoável	Desconhecido	2	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1451	Ribeiro de Vale de Vasco	Razoável	Desconhecido	3	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1453A	Rio Degebe	Razoável	Desconhecido	1	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1454A	Ribeira de Machede	Razoável	Desconhecido	3	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1456	Ribeira da Pardiela	Razoável	Desconhecido	1	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1457	Ribeiro da Vila	Razoável	Desconhecido	1	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1459	Ribeira do Azevel	Medíocre	Desconhecido	2	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1466	Ribeira de Pega	Razoável	Desconhecido	2	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1467	Ribeira da Azambuja	Razoável	Desconhecido	2	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1468	Ribeira de São Manços	Razoável	Desconhecido	2	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1471	Ribeira da Peceninha	Razoável	Desconhecido	3	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1472	Ribeira da Azambuja	Razoável	Desconhecido	1	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1473A	Ribeira da Aldeia	Razoável	Desconhecido	2	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1479	Barranco das Cabanas	Razoável	Desconhecido	2	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1480I	Ribeira dos Saus	Razoável	Desconhecido	1	0	0%
2016-2021	Rio	PT07GUA1480N	Ribeira de Godelim	Razoável	Desconhecido	1	0	0%
2016-2021	Rio	PT07GUA1484	Ribeiro do Zebro	Razoável	Desconhecido	1	0	
2016-2021	Rio (Albufeira)	PT07GUA1487A	Albufeira Alqueva (Principal)	Razoável	Bom	2	0	
2016-2021	Rio (Albufeira)	PT07GUA1487C	Albufeira Alqueva (Braço Alcarrache)	Razoável	Desconhecido	1	0	0%
2016-2021	Rio (Albufeira)	PT07GUA1487D	Albufeira Alqueva (Entrada Ribeira de Luçefécit)	Razoável	Insuficiente/Medíocre	1	0	
2016-2021	Rio (Albufeira)	PT07GUA1487E	Albufeira Alqueva (Montante Ribeira de Mures)	Razoável	Desconhecido	1	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1490I1	Rio Ardila	Razoável	Desconhecido	1	0	0%

Objetivo ambiental	Categoria	Código	Massa de água			Medidas específicas		
			Designação	Estado ecológico (2.º ciclo)	Estado químico (2.º ciclo)	N.º medidas existentes	N.º de medidas concluídas	Execução das medidas (%)
2016-2021	Rio	PT07GUA1490I3	Rio Ardila	Razoável	Desconhecido	1	0	0%
2016-2021	Rio	PT07GUA1490N2	Ribeira da Murtega	Razoável	Bom	1	0	0%
2016-2021	Rio	PT07GUA1491	Ribeira de Torrejais	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT07GUA1492	Ribeiro das Brenhas	Medíocre	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT07GUA1493	Ribeira de Marmelar	Razoável	Desconhecido	1	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1494	Barranco do Vale do Carvão	Razoável	Desconhecido	1	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1495	Barranco do Valtamujo	Medíocre	Desconhecido	1	0	0%
2016-2021	Rio	PT07GUA1498	Ribeira de Marmelar	Razoável	Desconhecido	1	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1499	Ribeira do Murtigão	Razoável	Desconhecido	1	0	0%
2016-2021	Rio	PT07GUA1500	Ribeira Vale de Cervas	Razoável	Desconhecido	3	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1501I	Ribeira de Safareja	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT07GUA1502	Ribeira de Brenhas	Razoável	Desconhecido	3	0	0%
2016-2021	Rio	PT07GUA1504	Barranco do Cabaço	Razoável	Desconhecido	3	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1505	Ribeira de Selmes	Medíocre	Desconhecido	1	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1507A	Ribeira de Barreiros	Medíocre	Desconhecido	1	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1508	Ribeira do Mata Frades	Razoável	Desconhecido	1	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1509	Ribeira de São Pedro	Razoável	Desconhecido	1	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1511	Barranco dos Carpinteiros	Razoável	Desconhecido	1	0	0%
2016-2021	Rio	PT07GUA1514	Ribeira do Arroio	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT07GUA1519	Barranco da Zambujeira	Razoável	Desconhecido	1	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1521	Barranco das Várzeas	Razoável	Desconhecido	2	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1524	Barranco de Grafanes	Razoável	Desconhecido	2	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1526	Barranco do Franco	Razoável	Desconhecido	1	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1528	Barranco da Retorta	Medíocre	Desconhecido	1	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1534	Ribeira da Cardeira	Razoável	Bom	2	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1536	Barranco da Gravia	Razoável	Desconhecido	2	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1538	Barranco das Vendas	Razoável	Desconhecido	3	0	0%
2016-2021	Rio	PT07GUA1539	Ribeira do Vidigão	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT07GUA1546	Barranco das Vendas (HMWB - Jusante B. Grous)	Razoável	Desconhecido	2	0	0%

Objetivo ambiental	Categoria	Código	Massa de água			Medidas específicas		
			Designação	Estado ecológico (2.º ciclo)	Estado químico (2.º ciclo)	N.º medidas existentes	N.º de medidas concluídas	Execução das medidas (%)
2016-2021	Rio	PT07GUA1548	Barranco do Amendoeiro	Medíocre	Desconhecido	1	0	0%
2016-2021	Rio	PT07GUA1549	Barranco do Monte Fava	Razoável	Desconhecido	3	0	0%
2016-2021	Rio	PT07GUA1550	Barranco do Louredo	Razoável	Desconhecido	1	0	0%
2016-2021	Rio	PT07GUA1554	Ribeira de Terges	Razoável	Bom	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT07GUA1558	Ribeira de Limas	Razoável	Desconhecido	1	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1559	Barranco de Dona Maria	Razoável	Desconhecido	1	0	0%
2016-2021	Rio	PT07GUA1562I	Rio Chança	Medíocre	Desconhecido	3	0	0%
2016-2021	Rio	PT07GUA1565	Barranco de Vale Covo	Razoável	Desconhecido	3	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1568	Barranco do Pego Escuro	Razoável	Desconhecido	2	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1570	Barranco de Cabeça de Aires	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT07GUA1571	Ribeiro de Cobres	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT07GUA1573	Ribeira de Alvacar	Razoável	Desconhecido	2	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1575	Barranco do Monte das Oliveiras	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2016-2021	Rio	PT07GUA1578	Barranco do Corte da Velha	Razoável	Desconhecido	3	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1580	Ribeira de Oeiras	Razoável	Bom	3	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1583	Ribeira de Carreiras	Razoável	Desconhecido	2	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1585	Barranco do Moinho	Razoável	Desconhecido	2	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1586	Ribeira da Lampreia	Razoável	Desconhecido	2	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1592	Barranco dos Azeites	Razoável	Desconhecido	3	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1602	Ribeira de Cadavais	Razoável	Desconhecido	1	0	
2016-2021	Rio	PT07GUA1605	Barranco dos Ladrões	Razoável	Desconhecido	1	0	
2016-2021	Transição	PT07GUA1629I	Guadiana-WB2	Medíocre	Bom	1	0	
2016-2021	Transição	PT07GUA1632I	Guadiana-WB1	Razoável	Bom	1	0	
2016-2021	Costeira	PTCOST19	Internacional	Razoável	Bom	2	0	0%
2022-2027	Rio	PT07GUA1401	Rio Caia	Mau	Desconhecido	2	0	0%
2022-2027	Rio	PT07GUA1420	Rio Xévara (HMWB - Jusante B. Abrilongo)	Razoável	Desconhecido	2	0	
2022-2027	Rio (Albufeira)	PT07GUA1422	Albufeira Caia	Razoável	Bom	2	0	0%
2022-2027	Rio	PT07GUA1424	Ribeira do Vale Morto	Medíocre	Desconhecido	2	0	0%

Objetivo ambiental	Categoria	Código	Massa de água			Medidas específicas		
			Designação	Estado ecológico (2.º ciclo)	Estado químico (2.º ciclo)	N.º medidas existentes	N.º de medidas concluídas	Execução das medidas (%)
2022-2027	Rio	PT07GUA1427	Ribeira da Lã	Razoável	Bom	2	0	
2022-2027	Rio	PT07GUA1428I1	Rio Caia (HMWB - Jusante B. Caia)	Razoável	Bom	3	0	0%
2022-2027	Rio	PT07GUA1428N	Rio Caia (HMWB - Jusante B. Caia)	Razoável	Desconhecido	1	0	0%
2022-2027	Rio	PT07GUA1430	Ribeiro dos Mosqueiros	Medíocre	Desconhecido	2	0	
2022-2027	Rio	PT07GUA1431	Ribeira de Varche	Medíocre	Desconhecido	2	0	
2022-2027	Rio	PT07GUA1432	Ribeira da Asseca	Mau	Bom	1	0	
2022-2027	Rio	PT07GUA1434	Ribeira de Mures	Medíocre	Desconhecido	3	0	
2022-2027	Rio	PT07GUA1438	Ribeira de Lucefecit	Razoável	Desconhecido	3	0	
2022-2027	Rio (Albufeira)	PT07GUA1441	Albufeira Lucefecit	Razoável	Bom	1	0	
2022-2027	Rio	PT07GUA1448	Ribeira de Lucefecit (HMWB - Jusante B. Lucefecit)	Razoável	Desconhecido	1	0	
2022-2027	Rio	PT07GUA1449	Ribeira do Alcorovisco	Medíocre	Desconhecido	2	0	
2022-2027	Rio	PT07GUA1450	Rio Degebe	Razoável	Desconhecido	2	0	
2022-2027	Rio	PT07GUA1452	Ribeira do Freixo	Medíocre	Desconhecido	2	0	
2022-2027	Rio (Albufeira)	PT07GUA1455	Albufeira Vigia	Razoável	Bom	1	0	
2022-2027	Rio (Albufeira)	PT07GUA1458A	Albufeira Monte Novo	Razoável	Bom	2	0	
2022-2027	Rio	PT07GUA1462A	Rio Degebe (HMWB - Jusante B. Monte Novo)	Razoável	Desconhecido	2	0	
2022-2027	Rio	PT07GUA1463	Ribeira da Pardiela (HMWB - Jusante B. Vigia)	Razoável	Desconhecido	2	0	
2022-2027	Rio	PT07GUA1464	Ribeira da Azambuja (HMWB - Jusante B. Torres)	Razoável	Desconhecido	1	0	
2022-2027	Rio	PT07GUA1465	Ribeira do Albardão	Medíocre	Desconhecido	2	0	
2022-2027	Rio	PT07GUA1469	Rio Degebe (HMWB - Jusante Bs. Vigia e Monte Novo)	Razoável	Desconhecido	2	0	
2022-2027	Rio	PT07GUA1473B	Ribeira da Aldeia (HMWB - Jusante B. Loureiro)	Medíocre	Bom	1	0	

Objetivo ambiental	Categoria	Código	Massa de água			Medidas específicas		
			Designação	Estado ecológico (2.º ciclo)	Estado químico (2.º ciclo)	N.º medidas existentes	N.º de medidas concluídas	Execução das medidas (%)
2022-2027	Rio	PT07GUA1474	Ribeira do Álamo	Razoável	Desconhecido	2	0	
2022-2027	Rio	PT07GUA1475	Ribeira do Pigeiro	Razoável	Desconhecido	3	0	
2022-2027	Rio (Albufeira)	PT07GUA1476	Albufeira Mourao	Razoável	Desconhecido	1	0	
2022-2027	Rio	PT07GUA1478	Ribeira da Caridade	Medíocre	Desconhecido	3	0	
2022-2027	Rio	PT07GUA1482	Ribeira da Amieira	Medíocre	Desconhecido	2	0	
2022-2027	Rio (Albufeira)	PT07GUA1487B	Albufeira Alqueva (Braço Degebe)	Razoável	Bom	2	0	0%
2022-2027	Rio	PT07GUA1487F	Ribeira das Veladas (HMWB - Jusante B. Álamo I e II)	Medíocre	Desconhecido	1	0	
2022-2027	Rio	PT07GUA1490N1	Rio Ardila	Mau	Bom	1	0	0%
2022-2027	Rio	PT07GUA1496	Barranco do Escaravelho	Medíocre	Desconhecido	1	0	0%
2022-2027	Rio	PT07GUA1501N	Ribeira de Safara	Razoável	Desconhecido	2	0	0%
2022-2027	Rio	PT07GUA1503	Ribeiro do Freixo	Medíocre	Desconhecido	2	0	
2022-2027	Rio	PT07GUA1506	Barranco da Cabrita	Medíocre	Desconhecido	1	0	
2022-2027	Rio	PT07GUA1507B	Ribeira de Barreiros (HMWB - Jusante B. Namorada)	Razoável	Desconhecido	1	0	
2022-2027	Rio (Albufeira)	PT07GUA1507C	Albufeira da Namorada	Razoável	Desconhecido	2	0	
2022-2027	Rio	PT07GUA1510A	Barranco das Amoreiras (HMWB - Jusante B. Amoreiras)	Medíocre	Desconhecido	1	0	
2022-2027	Rio (Albufeira)	PT07GUA1513	Albufeira Pedrogao	Razoável	Desconhecido	1	0	0%
2022-2027	Rio	PT07GUA1516	Ribeira de Odearce	Razoável	Desconhecido	2	0	
2022-2027	Rio	PT07GUA1517	Rio Torto	Medíocre	Desconhecido	1	0	
2022-2027	Rio	PT07GUA1520C	Ribeira de Pias (HMWB - Jusante B. Brinches)	Medíocre	Bom	1	0	
2022-2027	Rio (Albufeira)	PT07GUA1522	Albufeira Enxoe	Razoável	Bom	1	0	
2022-2027	Rio	PT07GUA1523A	Barranco da Morgadinha	Medíocre	Desconhecido	1	0	
2022-2027	Rio	PT07GUA1525	Ribeira de Enxoé (HMWB - Jusante B. Enxoé)	Medíocre	Desconhecido	2	0	

Objetivo ambiental	Categoria	Código	Massa de água			Medidas específicas		
			Designação	Estado ecológico (2.º ciclo)	Estado químico (2.º ciclo)	N.º medidas existentes	N.º de medidas concluídas	Execução das medidas (%)
2022-2027	Rio	PT07GUA1527B	Barranco da Laje (HMWB - Jusante B. Laje)	Medíocre	Desconhecido	1	0	
2022-2027	Rio	PT07GUA1529	Barranco da Foz do Guadiana	Medíocre	Desconhecido	2	0	
2022-2027	Rio	PT07GUA1531A	Ribeira de Enxoé (HMWB - Jusante B. Enxoé)	Razoável	Desconhecido	1	0	
2022-2027	Rio	PT07GUA1531C	Ribeira de Enxoé (HMWB - Jusante B. Serpa)	Medíocre	Desconhecido	1	0	
2022-2027	Rio	PT07GUA1532	Ribeira do Enxoé	Medíocre	Desconhecido	3	0	
2022-2027	Rio	PT07GUA1533	Barranco dos Quintos	Medíocre	Desconhecido	2	0	
2022-2027	Rio	PT07GUA1535	Ribeira da Cardeira	Medíocre	Desconhecido	1	0	
2022-2027	Rio (Albufeira)	PT07GUA1537	Albufeiras Herdade do Facho I e II	Razoável	Desconhecido	2	0	
2022-2027	Rio	PT07GUA1540	Barranco do João Bilheiro (HMWB - Jusante Bs. Herdade do Facho I e II)	Medíocre	Desconhecido	1	0	
2022-2027	Rio (Albufeira)	PT07GUA1541	Albufeira Monte dos Grous	Razoável	Desconhecido	1	0	0%
2022-2027	Rio	PT07GUA1547	Barranco de João Dias	Medíocre	Desconhecido	2	0	0%
2022-2027	Rio	PT07GUA1553	Barranco do Seixo	Medíocre	Desconhecido	3	0	0%
2022-2027	Rio	PT07GUA1557	Ribeira de Terges	Medíocre	Desconhecido	2	0	0%
2022-2027	Rio	PT07GUA1564	Barranco do Laranjo	Medíocre	Desconhecido	3	0	0%
2022-2027	Rio	PT07GUA1572	Ribeiro do Freixial	Medíocre	Desconhecido	3	0	
2022-2027	Rio	PT07GUA1574	Ribeira de Maria Delgada	Medíocre	Desconhecido	3	0	0%
2022-2027	Rio	PT07GUA1579	Barranco da Lage	Medíocre	Desconhecido	2	0	
2022-2027	Rio	PT07GUA1581	Barranco da Cabeça de Aires (HMWB - Jusante B. Tapada Grande)	Razoável	Insuficiente/Medíocre	2	0	0%
2022-2027	Rio	PT07GUA1582	Ribeira do Mosteirão	Medíocre	Desconhecido	2	0	0%
2022-2027	Rio	PT07GUA1588	Rio Guadiana (HMWB - Jusante Bs. Alqueva e Enxoé)	Razoável	Bom	2	0	

Objetivo ambiental	Categoria	Código	Massa de água			Medidas específicas		
			Designação	Estado ecológico (2.º ciclo)	Estado químico (2.º ciclo)	N.º medidas existentes	N.º de medidas concluídas	Execução das medidas (%)
2022-2027	Transição	PT07GUA1603N	Guadiana-WB3	Medíocre	Bom	1	0	
2022-2027	Transição	PT07GUA1631	Guadiana-WB4	Razoável	Bom	1	0	
2022-2027	Costeira	PTCOST18	CWB-I-7	Razoável	Bom	2	0	0%

Tabela K – Execução das medidas específicas por massa de água subterrânea

Objetivo ambiental	Código	Massa de água			Medidas específicas		
		Designação	Estado quantitativo (2.º ciclo)	Estado químico (2.º ciclo)	N.º medidas existentes	N.º de medidas concluídas	Execução das medidas (%)
2015	PTA5	ELVAS - VILA BOIM	Bom	Bom	10	1	10%
2015	PTA0x1RH7_C2	MACIÇO ANTIGO INDIFERENCIADO DA BACIA DO GUADIANA	Bom	Bom	9	0	0%
2015	PTM17	MONTE GORDO	Bom	Bom	0	0	
2015	PTA10	MOURA - FICALHO	Bom	Bom	1	0	0%
2015	PTM01RH7	ORLA MERIDIONAL INDIFERENCIADO DA BACIA DO GUADIANA	Bom	Bom	0	0	
2015	PTA0z1RH7_C2	ZONA SUL PORTUGUESA DA BACIA DO GUADIANA	Bom	Bom	2	0	0%
2016-2021	PTA11	ELVAS - CAMPO MAIOR	Bom	Insuficiente/Mediocre	2	1	50%
2022-2027	PTA9	GABROS DE BEJA	Bom	Insuficiente/Mediocre	2	1	50%

